

A história da Minerva demonstra seu crescimento consistente e sustentável ao longo dos anos. A família Vilela de Queiroz iniciou suas atividades com o transporte de bovinos em 1957. Em 1992, o grupo ingressou na indústria frigorífica através da aquisição da planta de Barretos, no interior do Estado de São Paulo. O quadro abaixo descreve o histórico e alguns dos principais eventos do crescimento da Companhia desde então:

1992	Aquisição do Frigorífico Minerva do Brasil S.A., em Barretos, SP (sede atual), no dia 09/03/1992, pela família Vilela de Queiroz e constituição da Companhia como sociedade empresária limitada, sob a denominação de Indústria e Comércio de Carnes Minerva Ltda., a primeira unidade de abate e processamento do grupo.
1998	Início das atividades dos Centros de Distribuição no Estado de São Paulo.
1999	Arrendamento e subsequente aquisição da unidade de abate e processamento em José Bonifácio, SP.
2004	Construção e abertura de nova unidade de abate e processamento em Palmeiras de Goiás, GO. Início das atividades do Centro de Distribuição de Olímpia, SP, que em 2010 seria transferido para Araraquara, SP.
2006	Arrendamento de uma unidade de abate e processamento em Batayporã, MS.
2007	Início da construção da unidade de Rolim de Moura, RO. Aquisição de unidade industrial em Araguaína, TO. Início das atividades do Centro de Distribuição de Palmeiras de Goiás, GO. Início da construção da unidade industrial para a produção de carne cozida e congelada (<i>cooked frozen</i>), em Barretos, SP, em <i>joint-venture</i> com a empresa irlandesa Dawn Farms Food Limited – originando a constituição da Minerva Dawn Farms (subsidiária relevante da Companhia). Também ocorre a transformação da Companhia em sociedade por ações e a oferta pública inicial de ações (IPO) da Companhia listada no Novo Mercado da BM&F-BOVESPA, com a alteração da denominação social da Companhia para “Minerva S.A.”. Abertura de escritórios comerciais nos seguintes países: Rússia, Líbano, Argélia e Chile. Aquisição de participação de 50% no capital social da Brascasing Ltda.
2008	Aquisição de 100% da participação da Lord Meat Ltda., empresa com um frigorífico em Goianésia, GO, posteriormente incorporada pela Companhia. Início das atividades dos Centros de Distribuição de Itajaí, SC, e Viana, ES. Aquisição de 70% do capital social da Friasa S.A. ("Friasa"), empresa paraguaia com um frigorífico na cidade de Assunção. Abertura de escritório comercial localizado na Arábia Saudita.
2009	Início das operações da Minerva Dawn Farms (planta de proteínas processadas em <i>joint-venture</i> com a empresa Irlandesa Dawn Farms). Início das atividades do Centro de Distribuição de Araguaína, TO. Início das operações de desossa na planta de Rolim de Moura. Aprovação do aumento de capital privado (subscrição e integralização de um total de 30.000.000 ações ordinárias, no valor total de R\$ 159 milhões).
2010	Aquisição de unidade de abate em Campina Verde, MG. Início das operações dos Centros de Distribuição no Distrito Federal e em Bauru, SP. Compra de ações adicionais da Friasa, aumentando sua participação para 92% em seu capital social. Início das atividades de abate em Rolim de Moura. Abertura de escritórios comerciais na Itália e no Chile. Aumento de 50% para 80% na participação acionaria da Minerva Dawn Farms, assumindo o controle da companhia.
2011	Aquisição da empresa PULSA S.A. (Frigorifico Pul) no Uruguai. Lançamento do programa de ADRs Nível I (<i>American Depositary Receipts</i>). Início das atividades do Centro de Distribuição de Belo Horizonte, MG. Abertura dos escritórios comerciais localizados nos EUA e Colômbia. Início das operações da primeira planta de biodiesel da Companhia. Emissão de debêntures conversíveis em ações, no montante total de R\$ 200 milhões. Também foi realizada a recompra de 27.767.678 bônus de

	subscrição (BEEF11) de emissão da Companhia por meio do lançamento de Oferta Pública de Aquisição.
2012	Aquisição de 100% da participação acionaria da Frigomerc S/A (Frigorífico Frigomerc) no Paraguai. Realização de um aumento de capital, mediante distribuição pública de ações, com a emissão de 37.500.000 ações ordinárias. Aumento de participação no capital social da Brascasing em 45% e em 20% da Minerva Dawn Farms passando a deter 100% de ambas.
2013	Abertura de 2 centros de distribuição (Uberlândia, MG e Rolim de Moura, RO). Em setembro de 2013, o International Finance Corporation (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, tornou-se acionista da Companhia adquirindo 3% do capital, além de disponibilizar para a Companhia a contratação de uma linha de financiamento no valor de R\$ 137 milhões. Em novembro de 2013, a Companhia anunciou a aquisição de duas plantas de abate de bovinos da BRF S.A. (BRF) localizadas em Mirassol D'Oeste e Várzea Grande. A referida aquisição foi implementada em outubro de 2014, uma vez concluída a avaliação da operação pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), por meio de uma reestruturação societária que resultou na entrega de 29.000.000 de novas ações da Companhia (BEEF3) para a BRF, concretizando assim um movimento estratégico importante de expansão de suas atividades para o estado do Mato Grosso. É celebrado acordo de acionistas entre VDQ Holdings S.A. ("VDQ") e BRF S.A., com interveniência da Companhia, sob condição suspensiva de tornar-se BRF S.A. acionista da Companhia.
2014	Aquisição de uma planta de abate e desossa na cidade de Janaúba, MG. Esta planta encontrava-se fechada e a compra se deu através de um leilão judicial que ofertou os ativos da massa falida do grupo Kaiowa. Após a realização dos investimentos necessários à revitalização desta planta, suas operações se iniciaram em Outubro de 2014. Aquisição do Frigorífico Matadero Carrasco, localizado na cidade de Montevidéu, no Uruguai.
2015	Aquisição de 100% das ações de emissão da Red Cárnica S.A.S e de 100% das ações de emissão da Red Industrial Colombiana S.A.S (juntos, os frigorífico "Red Cárnica"), na região de Córdoba, na Colômbia. Assinatura de um contrato entre FRIGOMERC S.A e DIGNA S.A. para aluguel de uma planta de processamento e abate de bovinos (frigorífico EXPACAR), localizada na cidade de Assunção, no Paraguai. Em dezembro de 2015, foi celebrado Acordo de Investimento entre a VDQ (controladora da Companhia), Companhia e SALIC (UK) Limited, sociedade sediada em Londres, controlada pela Saudi Agricultural and Livestock Investment Company (SALIC), por meio do qual a SALIC (UK) Limited obrigou-se a subscrever e integralizar ações de emissão da Companhia representativas de 19,95% de seu capital social. VDQ e SALIC (UK) Limited, com interveniência da Companhia, celebraram acordo de acionistas, sob condição suspensiva de tornar-se SALIC (UK) Limited acionista da Companhia. Na mesma data, o acordo de acionistas celebrado entre VDQ e BRF S.A., com interveniência da Companhia, foi aditado pelas partes.
2016	Em 21 de janeiro de 2016 ocorreu a emissão de 47.850.957 ações BEEF3, para integração da SALIC (UK) Limited ao capital social da Companhia (à época, com participação aproximada de 19,95%). Foi realizada, ainda, operação de aquisição da totalidade das quotas do capital social da Intermeat – Assessoria e Comércio Ltda., sociedade limitada com sede em Barueri, SP. Adicionalmente, foi constituída uma subsidiária de natureza relevante da Companhia, a Minerva Comercializadora de Energia Ltda., para atuar no setor de comercialização de energia. Aquisição da IMTP Pty Ltd, na Austrália, empresa dedicada à prestação de serviços de consultoria e assessoria na área de comércio exterior, que então, passou a ser chamada de

	Minerva Foods Asia Pty Ltd.
2017	Em janeiro de 2017 foi criada a Minerva Europe Ltd, uma subsidiária integral da Companhia na Inglaterra para o fim de prestação de serviços de consultoria e assessoria na área de comércio exterior. Em julho de 2017, foi concluída a aquisição, pelas subsidiárias da Companhia, Pul Argentina S.A., Frigomerc S.A. e Pulsa S.A., de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da JBS Paraguay S.A., Indústria Paraguaya Frigorífica S.A., Frigorífico Canelones S.A. e JBS Argentina S.A., no valor de US\$ 300 milhões, até então de titularidade da JBS S.A. e da JBS Handels GmbH, nos termos do contrato de compra e venda celebrado em 5 de junho de 2017. Ao todo, a Companhia adquiriu 9 unidades frigoríficas (sendo 5 na Argentina, 3 no Paraguai e 1 no Uruguai), uma unidade de processados na Argentina e um centro de distribuição na Argentina. Em outubro de 2017 foi concluído o procedimento societário que alterou o nome da JBS Argentina S.A. para Swift Argentina S.A.
2018	Em agosto de 2018, foi criada uma subsidiária da Companhia, a Athena Foods S.A., sediada em Santiago no Chile e que tem como controladas diretas a Pulsa S.A (UY), Frigorífico Carrasco S.A (UY), Frigomerc S.A (PY), Pul Argentina S.A (AR), Red Cárnica S.A.S (CO), Red Industrial Colombiana S.A.S (CO) e Minerva Foods Chile SPA (CL). Em dezembro de 2018, o Conselho de Administração da companhia homologou um aumento de capital privado, aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em outubro, que totalizou aproximadamente R\$ 965 milhões. Adicionalmente, foram atribuídos bônus de subscrição aos acionistas subscritores das ações objeto do aumento de capital.
2019	Em janeiro de 2019, foi realizado um contrato de permuta entre a Companhia e a Marfrig, no qual a Companhia recebeu uma planta de abate de bovinos localizada em Paranatinga, no estado do Mato Grosso em troca de uma planta de abate de bovinos localizada na cidade de Várzea Grande, no estado do Mato Grosso. Em outubro de 2019, a Companhia mudou o nome da JBS Paraguay S.A. para “BEEF Paraguay S.A.”. Além disso, em outubro de 2019 a Companhia celebrou Memorando de Entendimentos junto aos representantes chineses Xuefang Chen e Wenbo Ge, disciplinando a constituição de joint venture com o intuito de explorar oportunidades comerciais no mercado chinês, em particular na importação e distribuição de carne bovina na China.
2020	Em 2020, a Minerva Foods lançou, junto ao conselho administrativo, a ideia de evoluir a sua Cultura Organizacional, visto que a Companhia tinha uma estratégia de expansão e seria necessário ter valores e comportamentos únicos, valorizando as crenças e costumes regionais, mas dentro da empresa todos serem um só time, uma só cultura e um só resultado, independente do país e do perfil de unidade de negócio. Dessa ideia, nasce o programa "Nosso J3ito", um conjunto abrangente e sistematizado de iniciativas destinadas a evoluir e fortalecer a cultura corporativa, abordando os cinco valores mencionados acima como únicos para todos e desdobrando cada valor em comportamentos desejáveis e não aceitáveis. O programa foi projetado para inserir a cultura organizacional como parte da estratégia da Companhia, sendo necessária estar presente desde as decisões do Conselho Administrativo, passando pelas linhas de produção, processos das áreas, até o destino final dos produtos. Em 15 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a realização da Oferta Pública de Ações com distribuição primária de 80.000.000 novas ações ordinárias de emissão da companhia e distribuição secundária de 15.000.000 de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade de VDQ. Em decorrência da oferta pública, foi celebrado o segundo aditivo ao Acordo de Acionistas entre VDQ

	e Salic (UK) Limited. Em maio, a Minerva passou a integrar a carteira teórica do Ibovespa e em dezembro passou a fazer parte do índice de sustentabilidade (ISE) da B3. Em julho a Companhia divulgou a criação da nova Área de Inovação e em outubro anunciou sua primeira iniciativa de Venture Capital, a Clara Foods. Em agosto a Athena Foods, subsidiária da Minerva, adquiriu uma planta de abate localizada em Bucaramanga, Santander na Colômbia.
2021	Durante o ano de 2021 o Conselho de Administração aprovou aumentos de capital em virtude do exercício dos bônus de subscrição atribuídos no âmbito do aumento de capital aprovado em outubro de 2018, mediante a emissão de 58.856.908 novas ações. Em janeiro, a Minerva passou a integrar a nova carteira do Índice de Carbono Eficiente ("ICO2") da B3. Em março, a Companhia anunciou sua iniciativa de corporate venture capital com investimento na plataforma Shopper e também na Amyris, empresa de capital aberto listada na Nasdaq. Em agosto, a Companhia informa a aquisição de duas unidades frigoríficas, especializadas em ovinos, na Austrália. Em setembro, dando continuidade na sua área de corporate venture capital a Companhia anunciou investimento na Traive, que busca oferecer um conjunto de soluções financeiras para produtores rurais de pequeno e médio porte. Em dezembro, a Minerva foi novamente selecionada para integrar, pelo segundo ano consecutivo, a carteira teórica do ISE da B3.
2022	Em março de 2022, a Companhia celebrou memorando de entendimentos com a Bioflica Ambipar Environmental Investments S.A., tendo por objeto estabelecer os principais termos e condições de parceria para o desenvolvimento de projetos de carbono na cadeia do agronegócio da América do Sul (exceto Brasil e Peru). Em julho de 2022, a Companhia celebrou acordo de fornecimento com a Hilton Food Solutions, divisão de proteínas do Hilton Food Group PLC, tendo por objeto a ampliação do fornecimento de produção de carne bovina nos segmentos de <i>food service</i>, indústria de alimentos processados e varejo no Reino Unido. Ainda em julho de 2022, a Companhia concluiu a oferta da 12ª emissão de debêntures simples, no montante de R\$ 1,5 bilhão. Em julho a Companhia também iniciou o embarque de carne bovina <i>in natura</i> para o Canadá, marcando o início da exportação para o país, importante importador global de carne bovina. Em outubro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a aquisição de duas novas unidades frigoríficas na Austrália, passando a totalizar quatro unidades industriais naquele país. Também em outubro, a Companhia anunciou o investimento de US\$ 5 milhões em participação da Liv Up, uma foodtech brasileira especializada em refeições prontas e saudáveis. Em dezembro de 2022, a Companhia foi novamente selecionada para integrar tanto a carteira teórica do ISE da B3 (pelo terceiro ano consecutivo), como a carteira do ICO2 da B3.
2023	Em janeiro de 2023, a Companhia recebeu habilitação de seis plantas brasileiras para exportação de carne bovina para a Indonésia, um importante mercado de carne <i>Halal</i>. Em março de 2023, a Companhia foi notificada da abertura do mercado do México para exportação de carne bovina. Em maio, a Companhia anunciou o investimento de US\$ 2 milhões na rodada de captação (Series Seed) da Bluebell, uma climate-tech brasileira especializada no desenvolvimento de ativos ambientais, "Bluebells", que englobam o carbono, a hidrologia, o solo e a biodiversidade em uma medida ambiental única, em uma oportunidade de maximizar a receita das propriedades rurais. Em junho de 2023, a Companhia assinou um acordo de parceria com a National Agriculture Development Company ("NADEC"), uma das maiores empresas agrícolas de processamento de alimentos do Oriente Médio e Norte da África. Em agosto de 2023, a Companhia anunciou a finalização do processo de aquisição da

	Breeders and Packers Uruguay S.A. (“BPU Meat”). Ainda em agosto de 2023, a Companhia e sua controlada Athn Foods Holdings S.A. (“Athn Foods”) firmaram contratos de compra e venda de ações com a Marfrig Global Foods S.A. (“Marfrig”) (e sociedades por ela controladas) por meio dos quais a Companhia e a Athn Foods firmaram os termos e condições para a aquisição indireta de determinados negócios, incluindo estabelecimentos industriais e comerciais, da Marfrig localizados no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai. O fechamento das transações com a Marfrig encontra-se sujeito a determinadas condições precedentes, incluindo aprovações das respectivas autoridades concorrenciais.
2024	Em março de 2024, a Companhia recebeu habilitação de 4 plantas de seu parque industrial para exportação de carne bovina para a China. Duas plantas produtivas na Colômbia, Bucaramanga e Ciénaga de Oro, e duas plantas no Brasil, Araguaína e Janaúba, totalizando uma exposição consolidada de capacidade de abate de aproximadamente 14,8 mil cabeças de gado/dia. Em outubro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição das plantas bovinos da Marfrig América do Sul localizadas no Brasil e Argentina aumentando a capacidade de abate em, inicialmente, 10.849 cabeças/dia e de ovinos no Chile aumentando em 6.500 cabeças/dia de abate. Vale ressaltar que tais números não consideram as 3 unidades de abate localizadas no Uruguai, alvos da operação de aquisição dos estabelecimentos de propriedade de controladas da Vendedora no Uruguai (“Operação – Uruguai”), e que ainda aguardam aprovação das autoridades locais.
2025	Em junho de 2025, o Conselho de Administração da companhia homologou um aumento de capital privado, aprovado em assembleia geral extraordinária ocorrida em abril, que totalizou aproximadamente R\$ 2 bilhões. Adicionalmente, foram atribuídos bônus de subscrição aos acionistas subscritores das ações objeto do aumento de capital.

1.2 Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

A Companhia é uma das líderes brasileiras na produção e comercialização de carne bovina in natura resfriada e congelada, produtos proteicos industrializados (incluindo produtos industrializados de carne bovina, suína e aves) e subprodutos (incluindo couro beneficiado e miúdos), segundo dados da SECEX (Secretaria de Comércio Exterior). A Companhia é líder na exportação de carne bovina na América do Sul, com participação de aproximadamente 20% nas exportações de carne bovina in natura da América do Sul, segundo dados da SECEX, SENACSA (Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal), INAC (Instituto Nacional de Carnes), SENASA (Servicio Nacional de Sanidad Y Calidad Agroalimentaria), DANE (Departamento Administrativo Nacional de Estadística – Colombia), BCP (Banco Central del Paraguay), INDEC (Instituto Nacional de Estadística y Censos), DNA (Dirección Nacional de Aduanas) e OCIT (Oficina Consultiva y de Investigación Técnica). No período findo em 31 dezembro de 2024, as exportações representaram 58% da receita bruta da Companhia, de acordo com a demonstração financeira referente a tal período.

As operações de abate e desossa de bovinos da Companhia estão estrategicamente localizadas em seis estados brasileiros, no Paraguai, na Argentina, no Uruguai, e na Colômbia, permitindo minimizar os riscos de surtos de doenças do gado, garantindo a flexibilização das suas exportações. Além disso, a Companhia detém quatro unidades industriais, especializadas em ovinos, na Austrália. A localização das unidades industriais da Companhia também representa uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes localizados em outros países com mão-de-obra mais cara e menos capacitada e, em geral, com preços mais elevados de gado e outras matérias-primas.

A Companhia também revende e distribui diversos produtos de fabricação de terceiros, incluindo vegetais, carneiro, aves e peixes congelados. Seus produtos visam os seguintes segmentos: clientes da indústria alimentícia, clientes varejistas (focando os pequenos e médios varejistas) e outras indústrias de processamento de alimentos.

Ademais, a Companhia também produz produtos industrializados de carne bovina, tais como carnes em conserva enlatadas (*cubed beef* e *roast beef*), voltados principalmente às cadeias de supermercados no mercado externo, além de cortes porcionados direcionados para o mercado interno, comercializando ainda, subprodutos como farinhas de carne, osso, sangue e sebo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha 46 unidades industriais. Três plantas de processamento de proteína, uma no Brasil e duas na Argentina, 38 plantas de abate e desossa de bovinos, todas situadas na América do Sul. As plantas estão estrategicamente localizadas em nove estados brasileiros, nas cidades de Assunção, San Antonio, Tablada e Belén, no Paraguai, nas cidades de Melo, Canelones, Durazno e Montevideú, no Uruguai, nas cidades de Rosário,

Pilar, Berazategui, Colonia Caroya, Venado Tuerto e Villa Mercedes na Argentina, e nas cidades de Bucaramanga e Ciénaga de Oro na Colômbia, próximas aos portos a partir dos quais seus produtos são exportados, bem como aos principais mercados internos. Além disso, a Companhia detinha mais 5 unidades industriais com foco em ovinos, sendo quatro na Austrália e uma no Chile.

A diversificação geográfica das plantas é um aspecto essencial da estratégia da Companhia por permitir (i) aproveitamento da abundância de pastagens e reduzir a dependência de commodities agrícolas na dieta alimentar do rebanho, (ii) a implementação da arbitragem de basis, visando minimizar o custo de aquisição da matéria prima e (iii) a mitigação de riscos sanitários. Vale destacar, que as plantas na Austrália complementam de maneira singular as operações na América do Sul, maximizando as oportunidades comerciais e sinergias operacionais, reduzindo os riscos e contribuindo para nossa estratégia de consolidação no mercado de exportação de proteína animal.

Em 31 de dezembro de 2024 as plantas industriais da Companhia possuíam capacidade diária de abate equivalente a 43.540 cabeças de gado.

Capacidade Instalada em 31/12/2024			
Unidades Industriais	Região	Abate	Desossa
Barretos	São Paulo	1.309	900
José Bonifácio	São Paulo	1000	750
Palmeiras de Goiás	Goiás	2.200	2.000
Araguaína	Tocantins	1.138	960
Goianésia	Goiás	500	791
Rolim de Moura	Rondônia	1.750	1170
Campina Verde	Minas Gerais	840	689
Paranatinga	Mato Grosso	1.500	1.500
Mirassol D'Oeste	Mato Grosso	2.000	1.200
Janaúba	Minas Gerais	950	700
Mineiros	Goiás	2.000	1.415
Pirenópolis	Goiás	600	600
Chupinguaia	Rondônia	1.120	1.101
Pontes e Lacerda	Mato Grosso	640	614
Tangará da Serra	Mato Grosso	1.700	1.632
Porto Murtinho	Mato Grosso do Sul	600	600
Bataguassu	Mato Grosso do Sul	1.500	1.242
Tucumã	Pará	600	600
Alegrete	Rio Grando do Sul	800	768
São Gabriel	Rio Grando do Sul	960	874
Bagé	Rio Grando do Sul	680	680

Lombardo	Paraguai	1.015	823
Frigomerc	Paraguai	1.840	1.840
Tablada	Paraguai	750	750
San Antonio	Paraguai	1.420	1.420
Belén	Paraguai	3.000	3.000
Rosário	Argentina	2.498	2.498
Berazategui	Argentina	900	500
Colonia Caroya	Argentina	500	400
Pontevedra	Argentina	700	500
Venado tuerto	Argentina	630	630
Vila Mercedes	Argentina	750	750
Pul	Uruguai	900	900
Carrasco	Uruguai	800	800
Canelones	Uruguai	800	800
Durazno	Uruguai	1.200	1.200
Red Cárnica	Colômbia	850	850
Bucaramanga	Colômbia	600	600
Total		43.540	39.047

Em outubro de 2022, as 4 unidades industriais localizadas na Austrália, com foco em ovinos, somavam 19.216 abates diários. Em outubro de 2024 tivemos a incorporação da unidade industrial do Chile com mais 6.500 abates de ovinos diários.

Em 31 de julho de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da JBS Paraguay S.A., Indústria Paraguaya Frigorífica S.A., Frigorífico Canelones S.A. e JBS Argentina S.A., até então de titularidade da JBS S.A. e da JBS Handels GmbH, ao todo, foram adquiridas 9 unidades frigoríficas (sendo 5 na Argentina, 3 no Paraguai e 1 no Uruguai), além de duas unidades de processados e um centro de distribuição na Argentina.

Com a conclusão das aquisições mencionadas acima, a Companhia elevou sua capacidade de abate em 52%, saindo de 17.330 cabeças/dia em 31 de dezembro de 2016 para 26.380 cabeças/dia em 31 de julho de 2017.

Em 21 de janeiro de 2019, foi realizado um contrato de permuta entre a Companhia e a Marfrig, no qual a Companhia recebeu uma planta de abate de bovinos localizada em Paranatinga, no estado do Mato Grosso em troca de uma planta de abate de bovinos localizada na cidade de Várzea Grande, no estado do Mato Grosso.

Em 05 de agosto de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de uma 1 planta de abate e desossa na Colômbia, pertencente ao Frigorífico Vijagual S.A., localizada em Bucaramanga, Santander,

com capacidade de abate e desossa de 700 cabeças/dia.

Em 26 de agosto de 2021, a Companhia adquiriu duas unidades frigoríficas especializadas em ovinos na Austrália, localizadas em Esperance e Tammin. Em 20 de outubro de 2022, a Companhia adquiriu mais duas unidades frigoríficas focadas em ovinos na Austrália, pertencente a Australian Lamb Company Pty Ltd, localizadas nas cidades de Sunshine e Colac. No consolidado, a Companhia, na Australia, possui capacidade de abate de 19.216 cabeças/dia.

Em 31 de agosto de 2023, a Companhia concluiu o processo de aquisição da Breeders and Packers Uruguay S.A. (“BPU Meat”), uma subsidiária da NH Foods Group (“NH Foods”), sendo um dos mais modernos frigoríficos de carne bovina da América do Sul, localizada próxima a cidade de Durazno no Uruguai, com capacidade de abate de 1.200 cabeças/dia. A BPU utiliza alta tecnologia no processo industrial, produzindo e exportando carne bovina do Uruguai com os mais altos índices de qualidade e segurança sanitária, acessando os principais e mais restritivos mercados no mundo, como o Japão, Coreia do Sul, China e Estados Unidos.

Além disso, ao longo dos últimos anos a Companhia veio efetuando investimentos de expansão e manutenção em duas plantas operacionais o que possibilitou o aumento da capacidade de abate da Minerva.

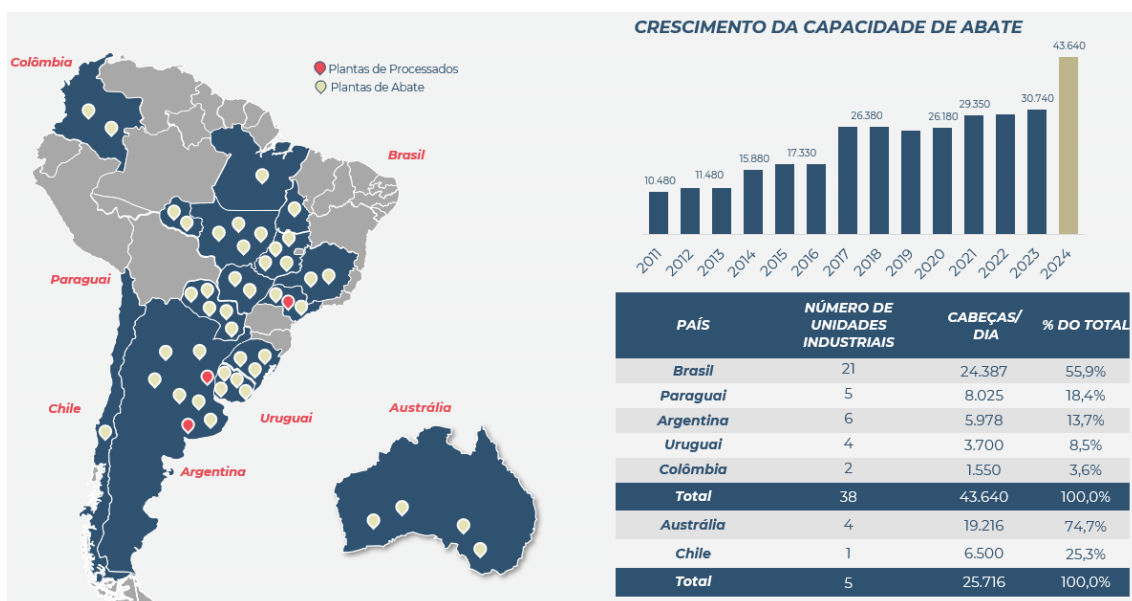
As tabelas abaixo ilustram a receita proveniente da divisão carnes e o volume de vendas subdividido entre mercado interno e mercado externo, durante os períodos nelas indicados:

Receita Bruta (R\$ Milhões)	2024	2023
Mercado Externo	21.042,2	18.617,1
Mercado Interno	15.296,9	10.025,4
Total	36.339,2	28.642,5

Volume de Vendas (milhares de tons)	2024	2023
Mercado Externo	867,4	805,8
Mercado Interno	635,4	484,5
Total	1.502,8	1.290,3

Preço Médio	2024	2023
Mercado Externo (US\$/Kg)	4,5	4,6
Mercado Interno (R\$/Kg)	24,1	20,7

A seguir, encontra-se o mapa contendo a atual localização das unidades industriais da Companhia. Vale ressaltar que a diversificação geográfica mitiga riscos sanitários e amplia o alcance à matéria-prima, ao boi e aos mercados consumidores de carne regionais.



Os produtos da Companhia são exportados para aproximadamente 100 países. A Companhia mantém o foco principalmente em países em desenvolvimento, através de seus 18 escritórios comerciais localizados no Chile, Estados Unidos, Argélia, Líbano, Rússia, China, Egito, Reino Unido, Itália, Austrália, Taiwan, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Japão, México, Hong Kong, Singapura e Suíça.

No mercado interno, a Companhia oferece o conceito *"one stop shop"* para cerca de aproximadamente 50 mil clientes, pelo qual vende e distribui produtos próprios e de terceiros (por exemplo, aves, suínos, peixes, batata frita, vegetais congelados, entre outros) com foco no pequeno e médio varejista, através de uma rede de distribuição presente em São Paulo, Ceará, Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo, Paraná, Assunção no Paraguai, Pilar na Argentina e Santiago no Chile. A Companhia acredita que esta estratégia eleva a fidelização de seus clientes e amplia a capilaridade destes produtos.

Adicionalmente, a Companhia opera uma unidade industrial de processamento de proteínas, Minerva Dawn Farms (*"MDF"*), localizada na cidade de Barretos, estado de São Paulo, com capacidade de processamento de proteínas entre 80 e 120 toneladas de produtos proteicos processados ao dia (variando de acordo com o tipo de produto em produção). Com esta operação a Companhia eleva a variedade de produtos customizados e de alto valor agregado de carne bovina, suína e aves. Entre suas características, a MDF conta com equipamentos modernos e elevado grau de automação com o monitoramento online de seu processo produtivo e laboratório para o desenvolvimento e teste de novos produtos.

A Companhia também possui duas plantas de processamento de proteínas localizadas nas cidades de Rosário e Pilar na Argentina com capacidade de processamento de 162 e 55 ton/dia, respectivamente. As unidades compõem a marca Swift Argentina, além de fornecer para as principais redes de *fast food* no país como Mc Donald's e Burger King elevando o *share* de produtos industrializados. A Swift é líder do ranking *Kantar Brand Footprint* na categoria de resfriados e congelados, sendo também líder de mercado em patês.

Nos termos do seu Estatuto Social (art. 3º), a Companhia tem por objeto social:

- VI. explorar a indústria e comércio de carnes, a agropecuária e, sob todas as suas modalidades, inclusive, mas sem limitação:
 - (i) produzir, processar, industrializar, comercializar, comprar, vender, importar, exportar, distribuir, beneficiar e representar:
 - (a) gado bovino, ovino, suíno, aves e outros animais, em pé ou abatidos, bem como carnes, miúdos, produtos e subprodutos derivados dos mesmos, quer em estado natural, quer manufaturados, quer manipulados de qualquer forma ou maneira;
 - (b) pescados ou produtos comestíveis do mar;
 - (c) produtos e subprodutos de origem animal e vegetal, comestíveis ou não, incluindo-se, mas não se limitando a, produtos para animais (tais como aditivos nutricionais para ração animal, rações balanceadas e alimentos preparados para animais), condimentos, glicerina, produtos de graxaria, higiene e limpeza pessoal e doméstica, colágeno, perfumaria e artigos de toucador, cosméticos, derivados de curtimento e outras atividades relacionadas à preparação de couro;
 - (d) proteínas e produtos alimentícios em geral, frescos ou preparados, transformados ou não, para os mercados brasileiro e estrangeiro;
 - (e) produtos relacionados à exploração das atividades acima

relacionadas, tais como fitas de serra, facas, ganchos, uniformes e assessórios descartáveis e embalagens apropriadas;

- (f) a indústria e a cultura canavieira, em terras próprias ou por meio de parceria agrícola em terras de terceiros, e o comércio de açúcar, álcool e seus derivados; e
 - (g) quaisquer produtos relacionados às atividades constantes dos itens anteriores.
-
- (ii) fundar, instalar e explorar matadouros, frigoríficos e estabelecimentos industriais destinados a elaborar e conservar, por qualquer processo de que sejam suscetíveis, as carnes e demais produtos provenientes de abate de gado de qualquer espécie;
 - (iii) construir, comercializar, instalar, importar e exportar, por conta própria ou de terceiros, máquinas, peças de máquinas e aparelhos destinados ao preparo de carnes e seus derivados;
 - (iv) explorar o negócio de armazéns gerais e depósitos, principalmente pelo frio, de carnes e seus derivados comestíveis e outros perecíveis, incluindo, mas não se limitando, a matérias-primas, embalagens, material intermediário e insumos em geral;
 - (v) construir, dar ou exercer a agência ou representação de frigoríficos, entrepostos, fábricas e produtores;
 - (vi) gerar, produzir, comercializar, importar e exportar energia elétrica, biocombustível, e biodiesel e seus derivados, a partir de gordura animal, óleo vegetal e subprodutos e bioenergia;
 - (vii) fabricar, comercializar, importar e exportar bebidas alcoólicas e não alcoólicas em geral, incluindo destilados, e dióxido de carbono liquefeito, bem como explorar as atividades de engarrafamento de referidas bebidas, em estabelecimentos próprios ou de terceiros; e

- (viii) produzir, industrializar, distribuir, comercializar e armazenar produtos químicos em geral.
- II. prestar serviços a terceiros, inclusive de transporte de mercadorias;
- III. participar de outras sociedades, no País ou no exterior, como sócia, acionista ou quotista;
- IV. prestar serviços combinados de escritório e apoio administrativo;
- V. prestar serviços de análises laboratoriais, essencialmente destinados ao uso interno de empregados e colaboradores da Companhia; e
- VI. praticar e realizar todos os atos jurídicos que tenham relação direta ou indireta com os objetivos sociais.

Parágrafo Único. O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar:

- a) Os interesses de curto e longo prazo da Companhia e de seus acionistas; e
- b) Os efeitos econômicos, sociais, ambientais, e jurídicos de curto e longo prazo das operações da Companhia em relação aos empregados ativos, fornecedores, consumidores e demais credores da Companhia e de suas subsidiárias, como também em relação à comunidade em que ela atua local e globalmente.”

Adicionalmente, segue abaixo a descrição das unidades industriais da Companhia e em seguida a relação de suas controladas:

- **Barretos:** Em 1992, a Companhia adquiriu a sua primeira unidade industrial de abate e processamento localizada na cidade de Barretos, no estado de São Paulo, a qual, além da carne bovina *in natura*, também produz carne em conserva enlatada (*cubed beef* e *roast beef*).
- **José Bonifácio:** A unidade industrial de José Bonifácio, localizada no estado de São Paulo, teve o início da sua operação em 1999.

- **Palmeiras de Goiás:** a unidade de abate e processamento na cidade de Palmeiras de Goiás, no estado de Goiás, iniciou as atividades de abate em agosto de 2004 e de processamento em junho de 2005. A Companhia acredita que essa planta seja uma das mais avançadas unidades industriais de abate e processamento na América Latina. A unidade de Palmeiras de Goiás conta com diversos recursos de melhoria da eficiência, inclusive tecnologia de processamento avançada e equipamentos sanitários, um layout de chão de fábrica que permite o processamento simultâneo do gado, além de oferecer logística integrada, um sistema de congelamento rápido da carne bovina durante a maior parte de todas as fases de industrialização e equipamentos de embalagem automatizados.
- **Araguaína:** esta unidade de abate, adquirida em abril de 2007, localizada na cidade de Araguaína, no estado do Tocantins, oferece algumas vantagens competitivas distintas, pois está localizada próxima das novas áreas de criação de gado no Brasil.
- **Goianésia:** em fevereiro de 2008, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Lord Meat Ltda., a qual detinha frigorífico Goianésia, localizado no estado de Goiás.
- **Campina Verde:** a unidade industrial de Campina Verde, localizada em Minas Gerais foi adquirida em 2010 e teve o início da sua operação no mesmo ano.
- **Janaúba:** unidade industrial localizada na cidade de Janaúba, no estado de Minas Gerais, adquirida pela Companhia em leilão judicial em fevereiro de 2014.
- **Mirassol D'Oeste:** unidade industrial localizada na cidade de Mirassol D'Oeste, no estado do Mato Grosso, foi adquirida da BRF pela Companhia em 2013.
- **Paranatinga:** unidade industrial localizada na cidade de Paranatinga, no estado do Mato Grosso. Foi adquirida em janeiro de 2019, por meio da celebração de um contrato de permuta entre a Companhia e a Marfrig.
- **Rolim de Moura:** unidade industrial localizada na cidade de Rolim de Moura, no estado de Rondônia, iniciou suas atividades em julho de 2010.
- **Mineiros:** unidade industrial localizada na cidade de Mineiros, no estado de Goiás, iniciou suas atividades em novembro de 2024.
- **Pirenópolis:** unidade industrial localizada na cidade de Pirenópolis, no estado de Goiás, iniciou suas atividades em novembro de 2024.

- **Chupinguaia:** unidade industrial localizada na cidade de Chupinguaia, no estado de Rondônia, iniciou suas atividades em novembro de 2024.
- **Pontes e Lacerda:** unidade industrial localizada na cidade de Pontes de Lacerda, no estado do Mato Grosso, iniciou suas atividades em novembro de 2025.
- **Tangará da Serra:** unidade industrial localizada na cidade de Tangará da Serra, no estado do Mato Grosso, iniciou suas atividades em novembro de 2025.
- **Porto Murtinho:** unidade industrial localizada na cidade de Porto Murtinho, no estado do Mato Grosso do Sul, iniciou suas atividades em novembro de 2025.
- **Bataguassu:** unidade industrial localizada na cidade de Bataguassu, no estado do Mato Grosso do Sul, iniciou suas atividades em novembro de 2025.
- **Tucumã:** unidade industrial localizada na cidade de Tucumã, no estado do Pará, iniciou suas atividades em novembro de 2024.
- **Alegrete:** unidade industrial localizada na cidade de Alegrete, no estado do Rio Grande do Sul, iniciou suas atividades em novembro de 2025.
- **São Gabriel:** unidade industrial localizada na cidade de São Gabriel, no estado do Rio Grande do Sul, iniciou suas atividades em novembro de 2025.
- **Bagé:** unidade industrial localizada na cidade de Bagé, no estado do Rio Grande do Sul, iniciou suas atividades em novembro de 2025.

Segue abaixo a descrição das atividades desenvolvidas pelas controladas da Companhia, na data deste Formulário de Referência:

- **Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A.:** localizada em Barretos (SP), processa e comercializa produtos à base de carne bovina, suínos e frangos. Possui produção para escalas diversas que visam a abastecer a demanda nacional e mundial por produtos para o segmento de *Food Service*.
- **Loin Consultoria e Participações Ltda:** localizada em São Paulo (SP), presta serviços de consultoria e assessoria a terceiros, inclusive fundos de investimento, em matéria financeira e de negócios em geral, no âmbito nacional ou internacional.

- **Transminerva Ltda:** localizada em Barretos (SP), é a transportadora criada para atender à Companhia e reduzir gastos com fretes dentro do país.
- **MyCarbon 3 Ltda.:** Criada em 2021 é uma subsidiária que tem como objetivo apoiar as empresas no cumprimento de metas de neutralização das emissões de gases de efeito estufa por meio da compensação de carbono, de forma transparente, confiável e sustentável. A empresa desenvolve projetos, origina e comercializa créditos de carbono, em linha com os padrões internacionais, criando oportunidades financeiras para a preservação da natureza, acelerando a ação de combate as mudanças do clima e promovendo um futuro de baixa emissão de carbono.
- **Minerva Comercializadora de Energia Ltda.:** localizada em São Paulo (SP), dedica-se a comercialização de energia elétrica.
- **Fortunceres S.A:** Sociedade Anônima de capital fechado, constituída pela Marfrig em 2023 no contexto da Transação – América do Sul, com o propósito exclusivo de receber e passar a deter a titularidade de determinados ativos objeto da Transação – América do Sul. No fechamento da transação – América do Sul, a Companhia adquiriu a totalidade das ações de titularidade da Fortunceres, tornando-se titular, assim, dos respectivos ativos. São 13 unidades industriais e centro de distribuição localizadas no Brasil, Argentina e Chile.
- **Pulsa S.A.:** adquirida em março de 2011, a planta está localizada na cidade de Melo, capital da Província de Cerro Largo, no Uruguai. Opera como frigorífico, abate e desossa, com 85% de suas vendas destinadas ao mercado externo, principalmente os mercados americano e europeu.
- **Frigomerc S.A.:** localizada em Assunção, Paraguai, opera como frigorífico, abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo.
- **Frigorífico Carrasco S.A.:** localizado na cidade de Montevideu no Uruguai, opera como frigorífico, abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo.
- **Minerva Foods Chile SpA:** sediada em Santiago no Chile, tem como atividade principal a comercialização de produtos da Companhia.
- **Minerva Foods FZE:** Localizada em Dubai, Emirados Árabes Unidos, esta subsidiária auxilia na comercialização e venda de nossos produtos.

- **Minerva Foods DMCC:** Localizada em Dubai, Emirados Árabes Unidos, esta subsidiária auxilia na comercialização e venda de nossos produtos.
- **Fortuna (Shanghai) International Trading Co Ltd:** Localizada em Shanghai, na China, esta subsidiária tem como atividade principal a importação e exportação de produtos agrícolas e derivados.
- **Hainan Greenland Minerva Food Trading Co Ltd:** Sediada em Hainan, na China, esta subsidiária é uma joint-venture com Greenland, empresa chinesa, para importação e exportação de produtos alimentícios.
- **Minerva Live Cattle Exports S.A.:** sediada em Santiago no Chile, foi constituída para exportação de gado vivo.
- **Frigorífico Patagonia S.A.:** Sociedade que integrou a operação de aquisição de ativos da Marfrig pela Minerva S.A. em 2024. Possui uma planta localizada em Porvenir, Tierra del fuego, Chile. Nessa unidade são realizadas atividades de abate, desossa e processamento de ovinos.
- **Minerva Overseas Ltd.:** localizada nas Ilhas Cayman, trata-se de uma controlada criada em 2006 para a emissão de “Bonds”, no montante de 200 milhões de dólares, realizada em janeiro de 2007. A empresa foi constituída com o propósito específico (EPE) de emissão dos referidos “Bonds”, não existindo quaisquer outras operações nessa controlada. A Minerva Overseas Ltd. deixou de ser a emissora dos bonds em 05 de dezembro de 2011, momento em que a Minerva Luxembourg S.A. assumiu esse papel.
- **Minerva Overseas II Ltd.:** localizada nas Ilhas Cayman, trata-se de uma controlada criada em 2010 para a emissão de “Bonds”, no montante de 250 milhões de dólares, realizada em janeiro de 2010. A empresa foi constituída com o propósito específico (EPE) de emissão dos referidos “Bonds”, não existindo quaisquer outras operações nessa controlada. A Minerva Overseas II Ltd. deixou de ser a emissora dos bonds em 05 de dezembro de 2011, momento em que a Minerva Luxembourg S.A. assumiu esse papel.
- **Minerva Luxembourg S.A:** localizada em Luxemburgo, trata-se de uma controlada criada no 4º trimestre de 2011 constituída com o propósito de substituir a Minerva Overseas Ltd e a Minerva Overseas II Ltd, passando a figurar como emissora dos referidos “Bonds” em 05 de dezembro de 2011. Até o momento não há quaisquer outras operações nessa controlada que não sejam

ligadas ao endividamento da companhia.

- **Minerva Middle East S.A.L. Offshore:** trata-se de um escritório de representação localizado no Líbano para fins de comercialização e vendas de produtos da Companhia.
- **Minerva Meats USA INC:** localizada em Chicago, Illinois, dedica-se à importação de carne bovina congelada e carne bovina cozida enlatada.
- **Minerva USA LLC:** localizada nos Estados Unidos, a subsidiária foi constituída para fins de operações financeiras do grupo.
- **MF92 VENTURES LLC:** localizada em Delaware, nos Estados Unidos, a companhia é o vetor do grupo para investimentos em venture capital.
- **Red Carnica S.A.S:** localizada em Ciénaga de Oro, Córdoba, Colômbia, opera como planta de processamento e abate de bovinos com capacidade para abate e desossa de 850 cabeças/dia. Possui também uma planta localizada em Bucaramanga, Colômbia, com capacidade para abate e desossa de 600 cabeças/dia.
- **Red Industrial Colombiana S.A.S.:** localizada em Ciénaga de Oro, Córdoba, Colômbia, dedica-se ao processamento de subprodutos carnes.
- **Minerva Colombia S.A.S.:** Localizada na cidade de Sabanagrande, na Colômbia, a Minerva Colômbia S.A.S. é uma unidade estratégica do grupo voltada para o setor de processamento de couro.
- **Minerva Australia Holdings Pty Ltd.:** localizada em Brisbane, na Austrália, dedica-se à participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.
- **Minerva Foods Asia Pty Ltd.:** localizada em Brisbane, na Austrália, dedica-se à prestação de serviços de consultoria e assessoria, na área de comércio ao exterior, para todo e qualquer ramo de atividade no setor alimentício.
- **Minerva Foods Australia Pty Ltd:** Joint Venture criada entre Minerva Australia Holdings e Salic. Em 2021, adquiriu um frigorífico de abate de cordeiros localizado em Esperance e Tammin, na Austrália. Posteriormente, em 2022, adquiriu a Australian Lamb Company Pty. Ltd., detentora de duas unidades frigoríficas localizadas em Sunshine e Colac. Opera no abate, desossa e

processamento de carnes de cordeiro, com atuação no mercado interno e externo.

- **Australian Lamb Company Pty Ltd:** processadora de ovinos adquirida em 2022 por meio da Joint Venture Minerva Foods Australia Pty Ltd, localizada nas cidades de Sunshine e Colac.
- **Minerva Europe Ltd.:** localizada na Inglaterra, Reino Unido, dedica-se à prestação de serviços de consultoria e assessoria, na área de comércio ao exterior, para todo e qualquer ramo de atividade no setor alimentício.
- **Pul Argentina S.A.:** localizada em Buenos Aires, na Argentina, dedica-se à participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.
- **Swift Argentina S.A.:** Localizada em Buenos Aires, na Argentina, possui 7 plantas, sendo duas nas cidades de Rosário e Venado Tuerto que realizam atividades de abate, desossa e processamento de carnes, com atuação no mercado interno e externo. Uma planta em Pilar responsável pela fabricação de produtos de carne (hamburger), uma planta responsável pela fabricação de produtos de carne (hamburger) em Rosário e uma planta em Pontevedra que realiza preparação de subprodutos de abate e duas que, atualmente, estão inoperantes, localizadas em Berazategui e Colonia Caroya. Foi adquirida pela Companhia em 2017 da JBS S.A.
- **Mercobeeff S.A.** Sociedade que integrou a operação de aquisição de ativos da Marfrig pela Minerva S.A. em 2024. Possui uma planta localizada em Villa Mercedes, na província de San Luis, na Argentina. Nessa unidade são realizadas atividades de abate, desossa e processamento de carnes, com atuação tanto no mercado interno quanto no externo.
- **Beef Paraguay S.A.:** realiza atividade de abate e desossa, com atuação no mercado interno e externo por meio de duas plantas localizadas no Paraguai, nas cidades de San Antonio e Belén. Foi adquirida pela Companhia em 2017 da JBS S.A.
- **Industria Paraguaya Frigorífica S.A.:** realiza atividade de abate e desossa, com atuação no mercado interno e externo por meio de uma planta localizada na cidade de Assunção, no Paraguai. Foi adquirida pela Companhia em 2017 da JBS S.A.

- **Frigorífico Canelones S.A.:** realiza atividade de abate e desossa, com atuação no mercado interno e externo por meio de uma planta localizada no Uruguai, na cidade de Canelones. Foi adquirida pela Companhia em 2017 da JBS S.A.
- **Athena Foods S.A.:** localizada na cidade de Santiago, no Chile, dedica-se à participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior.
- **Fortuna Foods Pte. Ltd.:** iniciou suas atividades em 2021 estando sediada em Singapura, tem como atividade principal a gestão de participações societárias e administração de bens próprios.
- **ATHN Foods Holdings S.A.:** iniciou suas atividades em 2021 estando sediada na Espanha, tem como atividade principal a gestão de participações societárias e administração de bens próprios.
- **Breeders and Packers Uruguay S.A.:** Localizada em Durazno, no Uruguai, opera como planta de processamento e abate de bovinos. A BPU utiliza alta tecnologia no processo industrial, produzindo e exportando carne bovina do Uruguai com os mais altos índices de qualidade e segurança sanitária, acessando os principais e mais restritivos mercados no mundo.

Vantagens competitivas:

Forte Crescimento Alinhado a uma Estratégia Consistente e Gestão de Riscos Eficiente

A Companhia investiu significativamente na expansão de sua capacidade produtiva, elevando sua capacidade de abate de 8.640 cabeças/dia em 2010 para 26.180 cabeças de gado em 2020 (crescimento composto de 11% ao ano), e encerrando o ano de 2024 com uma capacidade produtiva em 43.540 cabeças de gado/dia bem como na expansão de sua rede de distribuição e na diversificação de seu portfólio de produtos. Como resultado, a receita líquida da Companhia cresceu de R\$ 3,4 bilhões em 2010 para R\$ 34,1 bilhões em 2024.

Os investimentos da Companhia foram realizados segundo um planejamento estratégico definido, que privilegia plataformas produtivas nos países da América do Sul livres de risco sanitário. Suas plantas estão estrategicamente localizadas em nove estados brasileiros, no Paraguai, no Uruguai, na Colômbia e na Argentina. A diversificação geográfica é um importante instrumento para mitigar riscos sanitários e de concentração da base de fornecedores. Além disso, em 2021 a Companhia efetuou suas 2 primeiras iniciativas de investimento no mercado da Austrália, com a aquisição das unidades frigoríficas especializadas em ovinos: Shark Lake e Great Eastern Abattoir, localizadas na costa oeste da Austrália. Em 2022, por sua vez, a

Companhia manteve sua expansão no mercado australiano, adquirindo a Australian Lamb Company, uma das principais processadoras de ovinos da Austrália, e que contava com duas unidades frigoríficas no estado de Victoria – que, somadas às unidades de Shark Lake e Great Eastern Abattoir adquiridas em 2021, passaram a perfazer aproximadamente 15% do abate total de ovinos do mercado australiano. Atualmente, a Austrália é a maior exportadora global de ovinos processados, sendo reconhecida mundialmente pela tradição e qualidade dos seus produtos, além do acesso tanto a destinos de alto crescimento como Ásia e Oriente Médio, mas também mercados premium como Estados Unidos, Europa, Japão, Coreia do Sul, entre outros. Essa iniciativa segue alinhada com o direcionamento estratégico da Minerva Foods, e complementa de maneira singular nossas operações na América do Sul, maximizando as oportunidades comerciais e sinergias operacionais, reduzindo os riscos e contribuindo para nossa estratégia de consolidação no mercado de exportação de proteína animal e disciplina financeira.

Durante seu período de forte expansão, a Companhia procurou sempre manter uma estrutura de capital equilibrada, utilizando fontes de capital próprio (a oferta inicial de ações em 2007, aumento de capital em 2009, debêntures obrigatoriamente conversíveis em 2011, a oferta pública de ações realizada em outubro de 2012, o investimento privado em 2016 e o aumento de capital em 2018) bem como financiamento de terceiros (por exemplo, a emissão de bonds com vencimento em 2017, 2019, 2022, 2023, 2026, 2028, 2031, 2033 e também um bond perpétuo) de longo prazo. Tal disciplina financeira possibilitou que a Companhia atravessasse um momento de crise mundial com solidez.

Adicionalmente, a Companhia se estruturou ao longo dos anos observando uma austera gestão de risco, pautada por uma reunião diária chamada "Beef Desk", oportunidade na qual todas as decisões operacionais, comerciais e financeiras são tomadas. Nesta reunião são expostos todos os riscos e oportunidades de curto prazo com o objetivo de fixar as melhores margens aproveitando o melhor momento de mercado.

A Companhia acredita que a implementação de sua estratégia consistentemente seguida pela Administração, tem se refletido em bons resultados operacionais, notados através da estabilidade de margens operacionais (margem EBITDA Ajustado, 9,2% em 2022, 9,5% em 2023 e 9,2% em 2024).

Eficiência e Retorno Sobre o Capital

A plataforma produtiva da Companhia, aliada à sua disciplina financeira e planejamento cuidadoso dos investimentos para expansão, permitiu que ela mantivesse elevadas taxas de utilização de sua capacidade, mesmo durante esse período de forte expansão. A Companhia acredita figurar entre as companhias mais eficientes do setor em função de (i) suas margens operacionais elevadas, (ii) sua maior utilização da capacidade produtiva, e (iii) uma gestão do

capital de giro que acredita ser mais eficiente que a de seus competidores. A eficiência operacional da Companhia, aliada à sua gestão de riscos diferenciada, traduz-se em maior geração de caixa operacional e caixa líquido ao acionista. Em 2024, a Companhia gerou aproximadamente R\$ 6,6 bilhões de caixa operacional e R\$ 2,4 bilhões em fluxo de caixa livre, patamar recorde para um período anual, desconsiderando a aquisição dos ativos alvos. .

Operações estrategicamente localizadas

A Companhia tem uma base operacional diversificada, uma vez que suas 46 unidades industriais (sendo 3 plantas de processamento de proteína, 1 no Brasil e 2 na Argentina, 38 plantas de abate e desossa de bovinos e 5 plantas de abate e desossa de ovinos), estão estrategicamente localizadas nos estados de Goiás, Mato Grosso, Rondônia, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pará e Tocantins, no Brasil, nas cidades de Assunção, San Antonio, Tablada e Belén, no Paraguai, nas cidades de Melo, Canelone, Montevideu e Durazno, no Uruguai, nas cidades de Rosario, Berazategui, Colonia Caroya, Villa Mercedes, Venado Tuerto e Pontevedra na Argentina, e nas cidades de Bucaramanga e Ciénaga de Oro na Colômbia, próximas tanto aos portos nos quais seus produtos são exportados, quanto aos principais centros dos seus respectivos mercados internos. As plantas focadas em ovinos estão localizadas 4 na Austrália e 1 no Chile. A dispersão geográfica de suas plantas também a ajuda a gerenciar os riscos sanitários de sua atividade, além aumentar sua rede de fornecimento (hoje conta com uma base de mais de 25 mil pecuaristas com foco no pequeno e médio produtor). Suas unidades industriais também se encontram próximas aos seus fornecedores de gado (em média a uma distância de até 300 quilômetros de suas unidades industriais).

No dia 2 de outubro de 2012, a Companhia concluiu a aquisição da Frigomerc S.A., empresa com sede em Assunção, no Paraguai, que tem por atividade principal a produção, transformação, conservação, elaboração, comercialização, importação e exportação de produtos decorrentes da atividade pecuária, principalmente de carne bovina. Esta aquisição reforça o foco estratégico da Companhia na América do Sul.

A Companhia conta ainda com a Minerva Dawn Farms, uma unidade industrial de processamento de alimentos de valor agregado localizada na cidade de Barretos, no estado de São Paulo. Essa planta foi inicialmente fruto de uma joint venture firmada em 2007 com a empresa irlandesa Dawn Farms, e em 2012 a Companhia aumentou sua participação na Minerva Dawn Farms para 100%. A planta está estrategicamente localizada próxima aos principais fornecedores, clientes e ao porto de Santos.

Em novembro de 2013, a Companhia anunciou a aquisição de duas plantas de abate de bovinos da BRF S.A., concretizando assim um movimento estratégico importante, de expansão de suas atividades para o estado do Mato Grosso. A operação foi concluída após aprovação em assembleia geral extraordinária da Companhia realizada no dia 01 de outubro de 2014.

A Companhia adquiriu uma planta de abate e desossa na cidade de Janaúba, estado de Minas Gerais, com capacidade de abate de 900 cabeças/dia. Esta planta encontrava-se fechada e a compra se deu por meio de um leilão judicial que ofertou os ativos da massa falida do grupo Kaiowa.

Em maio de 2014, a Companhia concluiu a compra do Frigorífico Carrasco, localizado na cidade de Montevideú, Uruguai, com capacidade de abate de 900 cabeças/dia. As operações nesta planta sob gestão da Companhia foram iniciadas em maio do mesmo ano.

Em fevereiro de 2015, a Companhia anunciou a celebração de um Memorando de Entendimentos para adquirir o frigorífico Red Cárnica, localizado em Ciénaga de Oro, no departamento de Córdoba, na Colômbia. O frigorífico possui capacidade de abate e desossa de 850 cabeças/dia possuindo também diversas habilitações para exportação (Oriente Médio, Rússia, Egito, Hong Kong, Venezuela, Peru, Angola, entre outros). No dia 31 de julho de 2015, foram celebrados os contratos definitivos para a aquisição de 100% das ações do frigorífico Red Cárnica S.A.S e 100% das ações de Red Industrial Colombiana S.A.S. com transferência da totalidade das ações para a Companhia em 25 de agosto de 2015. A conclusão da aquisição ocorreu em agosto de 2015.

Ratificando o compromisso de diversificar seus negócios, no dia 28 de janeiro de 2016, a Companhia criou a Minerva Comercializadora de Energia Ltda., voltada à comercialização de energia elétrica. Em seguida, no dia 05 de fevereiro de 2016, foi adquirida integralmente pela Companhia a totalidade das quotas do capital social da Intermeat – Assessoria e Comércio Ltda., sociedade voltada à prestação de serviços de consultoria e assessoria na área de comércio exterior. No dia 17 de julho 2016 a companhia adquiriu na Austrália, a IMTP Pty Ltd, sediada em Brisbane, a qual é dedicada à prestação de serviços de consultoria e assessoria na área de comércio exterior, sendo que a partir do dia 29 de julho de 2016, passou a ser chamada de Minerva Foods Asia Pty Ltd.

Em 31 de julho de 2017, a Companhia concluiu a aquisição da JBS Paraguay S.A., Indústria Paraguaya Frigorifica S.A. Frigorifico Canelones S.A. e JBS Argentina S.A., até então de titularidade da JBS S.A. e da JBS Handels GmbH. Ao todo, foram adquiridas 9 unidades frigoríficas (sendo 5 na Argentina, 3 no Paraguai e 1 no Uruguai), duas unidades de processados e um centro de distribuição na Argentina.

Em 21 de janeiro de 2019, foi realizado um contrato de permuta entre a Companhia e a Marfrig, no qual a Companhia recebeu uma planta de abate de bovinos localizada em Paranatinga, no estado do Mato Grosso em troca uma planta de abate de bovinos localizada na cidade de Várzea Grande, no estado do Mato Grosso.

Em 05 de agosto de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 1 planta de abate e desossa na Colômbia, pertencente ao Frigorífico Vijagual S.A., localizada em Bucaramanga, Santander, com capacidade de abate e desossa de 700 cabeças/dia.

Em 26 de agosto de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 2 plantas de abate e desossa na Austrália, ambas focadas em ovinos. E em 20 de outubro de 2022, a Companhia adquiriu mais duas unidades frigoríficas focadas em ovinos na Austrália, então pertencentes a Australian Lamb Company Pty Ltd, localizadas nas cidades de Sunshine e Colac. As 4 plantas totalizam uma capacidade consolidada de 19.216 cabeças/dia.

Em 31 de agosto de 2023, a Companhia finalizou o processo de aquisição da Breeders and Packers Uruguay S.A. localizada na cidade de Durazno no Uruguay com uma capacidade de abate de 1.200 cabeças/dia.

Em outubro de 2024, ocorreu o fechamento da operação de aquisição, pela Companhia, de estabelecimentos industriais e comerciais de propriedade da Marfrig Global Foods S.A. no Brasil, na Argentina e no Chile. No Brasil, foram adquiridas 11 plantas e um centro de distribuição, além de uma 1 planta na Argentina e 1 planta de ovinos no Chile. A operação foi ratificada em assembleia realizada em abril de 2025.

Logística de Distribuição Eficiente e Integrada

A Companhia acredita possuir uma logística de distribuição integrada e eficiente, o que permite direcionar suas vendas aos mercados mais atrativos, captando variações favoráveis na demanda e preços, e consequentemente, permitindo aumentar suas vendas de produtos com maiores margens.

Para suas exportações, a Companhia contrata diretamente os serviços de armazenagem, transporte e seguros, além de desenvolver parceria com os armadores e terminais portuários do país. Esta estratégia propicia a eficiência operacional necessária para assegurar a qualidade dos seus produtos e a pontualidade de entrega. A Companhia exporta a maioria de seus produtos sob o regime CIF (Cost. Insurance and Freight), por meio de navios fretados (break bulk) e contêineres, que fornecem economia de escala na negociação de custos de frete, armazenagem e seguro. A Companhia ainda exporta seus produtos diretamente aos seus consumidores finais nos destinos das exportações e, auxiliada por suas tradings, evitando pagamento de taxas de intermediação. Adicionalmente a Companhia acredita que sua cadeia logística eficiente e ágil lhe permite vender os produtos de carne bovina resfriada a diversos mercados externos, em todos os continentes.

No mercado interno, a Companhia acredita possuir um eficiente sistema logístico, chegando ao varejista por meio de 20 centros de distribuição localizados no Brasil. A Companhia adota o

conceito "one-stop-shop", que atende aproximadamente 50 mil pequenos e médios varejistas no Brasil, servindo-lhes de produtos perecíveis congelados ou resfriados produzidos por ela ou fornecidos por terceiros (tais como aves, suínos, peixes, batata frita, vegetais congelados, entre outros). A estratégia de fidelização do cliente da Companhia é pautada por entregas regulares e eficazes, o que lhe permite operar com maior margem. Além disso, a Companhia possui mais 3 centros de distribuição focados no mercado externo, totalizando 23 centros de distribuição localizados ao redor do continente.

Administração Experiente e Estratégia Diferenciada

A Companhia está presente na pecuária brasileira desde 1957, ano em que a família Vilela de Queiroz (controladora da Companhia por meio da VDO Holding S.A.) iniciou a atividade de criação e transporte de gado desenvolvendo um duradouro relacionamento com membros relevantes da pecuária brasileira. A aquisição da primeira planta de abate e desossa se deu com a compra da massa falida do frigorífico Minerva em 1992, na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Ao longo de 68 anos de experiência na pecuária e 33 anos de indústria, a Companhia tornou-se o terceiro maior frigorífico de bovinos em capacidade de abate no Brasil, segundo maior exportador de carne bovina in natura do Brasil e líder de mercado nas exportações do Paraguai, Colômbia e da Argentina, segundo dados da Scot Consultoria, SECEX, IPCVA, DANE e SENACSA. A Companhia é atualmente um grupo composto por mais de 34 mil funcionários.

A Companhia acredita ainda que se transformou em uma referência do setor em eficiência operacional, gestão de risco e disciplina financeira, fomentando com isso a atração e retenção de profissionais de excelente qualidade e reconhecimento de mercado.

Estratégia

Expandir a Capacidade Produtiva com Disciplina Financeira

Desde 2010 a Companhia investiu aproximadamente R\$ 13,6 bilhões na expansão de sua capacidade produtiva e na diversificação de seu mix de produtos por meio de aquisições seletivas e construção de novas unidades industriais, aumento e modernização da capacidade produtiva de todas as unidades e a construção da unidade de processamento de alimentos – Minerva Dawn Farms. O foco de seu crescimento foi pautado na origem de matéria-prima nas principais regiões produtoras como América do Sul e Austrália. A Companhia realizou investimentos estratégicos, mitigando riscos e diversificando o portfólio, mantendo sempre um alto padrão de produtividade, qualidade e segurança alimentar.

Em decorrência de tais investimentos, a alavancagem financeira da Companhia atingiu

patamares elevados, porém, através da excelência em gestão de risco, o índice Dívida Líquida/EBITDA tem se mantido em níveis estáveis, abaixo das 3,7x.

Em 31 de dezembro de 2021 seu endividamento consolidado líquido era de R\$ 5.902,7 (excluindo o pagamento de dividendos no montante de R\$ 200 milhões, efetuados em novembro) milhões, dos quais 89% representavam endividamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2022, por sua vez, o endividamento líquido consolidado era de R\$ 6.695,0 milhões, dos quais 85% representavam endividamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2023 o endividamento líquido consolidado era de R\$ 7.378,3 milhões (excluindo o pagamento antecipado em investimentos de R\$ 1,5 bilhão), dos quais 82% representavam endividamento de longo prazo. Já em 31 de dezembro de 2024, o endividamento líquido consolidado era de R\$ 15.621,2 milhões

Adicionalmente, a Companhia continua a focar na estratégia financeira de gestão eficiente do capital de giro, administração do risco e geração de caixa livre. Por fim, pretende também utilizar sua experiência de aquisições para continuar participando na consolidação dos principais mercados globais de proteína animal, sem comprometer sua estabilidade financeira e lucratividade.

Expandir a Base de Clientes Nacionais e Internacionais

A Companhia pretende continuar a fortalecer sua base de clientes nacionais e internacionais, por meio da prestação de serviços de qualidade superior bem como agregar valor na distribuição interna através da ampliação da oferta de produtos próprios e de terceiros.

A Companhia acredita que existem oportunidades para elevar sua participação em mercados emergentes de crescente consumo de carne bovina, assim como aumentar sua exposição no mercado interno através da implantação de novos centros de distribuição que permitam aumentar suas vendas de produtos in natura e processados, além de canais como o *food service* (serviços alimentares).

Melhorar Eficiências Operacionais e Reduzir os Custos Operacionais

A Companhia está comprometida a manter sua posição como um produtor de baixo custo de produtos de carne bovina e seus derivados. A Companhia implementou controles internos e sistemas de software de alta tecnologia em todas as unidades industriais, com o intuito de ampliar sua eficiência operacional. A Companhia trabalha ativamente para que seus empregados estejam informados sobre sua estratégia de otimização de custos além de oferecer uma remuneração adicional com base no aumento da produtividade e maiores taxas de utilização da capacidade. A Companhia acredita que sua capacidade média utilizada de abate esteja entre as maiores do setor. A manutenção de suas eficiências operacionais é prioridade na

sua estratégia de negócios.

Fortalecer a marca para aproximação do consumidor final

A Companhia apresentou em agosto de 2012 sua nova identidade visual (reunindo em um mesmo conceito todas as empresas do grupo), ocasião na qual passou a incluir o logotipo "Minerva Foods" em todas as marcas do grupo, nomeadamente Minerva, Pul (Uruguai) e Friasa (Paraguai).

A reestruturação da identidade visual da Companhia foi a primeira etapa de um esforço de reposicionamento de sua marca com o objetivo de (i) criar uma marca que dialogue de forma mais direta com o consumidor final e (ii) agregar à marca valores pelos quais é atualmente conhecida pelos seus parceiros comerciais, tais como "tradição", "confiabilidade" e "excelência". Esta primeira etapa incluiu a mudança da identidade visual, principalmente, na matriz, nos escritórios, em sua frota própria e embalagens de produtos.

Em dezembro de 2021 a Companhia passou por uma nova revitalização de sua marca, refletindo a transformação que a Minerva Foods vivenciou nos últimos anos, apresentando uma identidade visual mais moderna e renovada, reforçando a presença global da companhia de forma unificada. Além disso, a mudança reflete a capacidade de inovação e sustentabilidade, com foco em uma forte cultura organizacional global.

a. produtos e serviços comercializados

No ano de 2024, conforme as suas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia possui dois segmentos operacionais distintos sendo um representado pela “Divisão Carnes” e pelo “Outros”.

Divisão Carnes

A Companhia produz carne bovina congelada e resfriada a partir do abate de gado (sendo este adquirido de pecuaristas) nos países em que possui operações (Brasil, Paraguai, Uruguai, Colômbia e Argentina). Adicionalmente, a Companhia produz subprodutos do abate como, por exemplo, couros, miúdos, entre outros. Os produtos são comercializados tanto nos mercados internos destes países quanto no mercado externo.

Outros

A divisão Outros, consiste nas controladas da Companhia que efetuam a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios, chamadas então de “Trading”.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A Companhia apresenta abaixo a receita líquida de vendas proveniente de seus segmentos de atuação:

R\$ Milhões	2024
Receita Líquida de Vendas	34.068,9
Carnes	32.361,2
% Receita Líquida	95,0%
Outros	1.707,6
% Receita Líquida	5,0%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia apresenta abaixo o lucro de seus segmentos de atuação:

R\$ Milhões	2024
Lucro Operacional	2.427,9
Carnes	2.362,8
% Lucro Operacional	97,3%
Outros	65,1
% Lucro Operacional	2,7%

A Companhia faz a abertura de seus segmentos operacionais da seguinte maneira: (i) Divisão Carne, e (ii) Divisão Outros. A divisão Outros, consiste nas controladas da Companhia que efetuam a prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios.

a. características do processo de produção

Divisão Carnes

1. Aquisição de matéria-prima

Cada unidade de abate e desossa da Companhia possui uma equipe de compra de gado. Exceto por sua atuação em parcerias de confinamento de terminação, a Companhia não desenvolve a atividade de criação de gado. A Companhia compra gado de mais de 25.000 criadores nos países onde possui operações (Brasil, Paraguai Uruguai, Argentina e Colômbia). O gado comprado é transportado para as plantas em caminhões boiadeiros, adaptados para o transporte de animais vivos.

A aquisição de gado para abate representou entre 75% e 85% do custo de produtos vendidos na operação de bovinos em 2024.

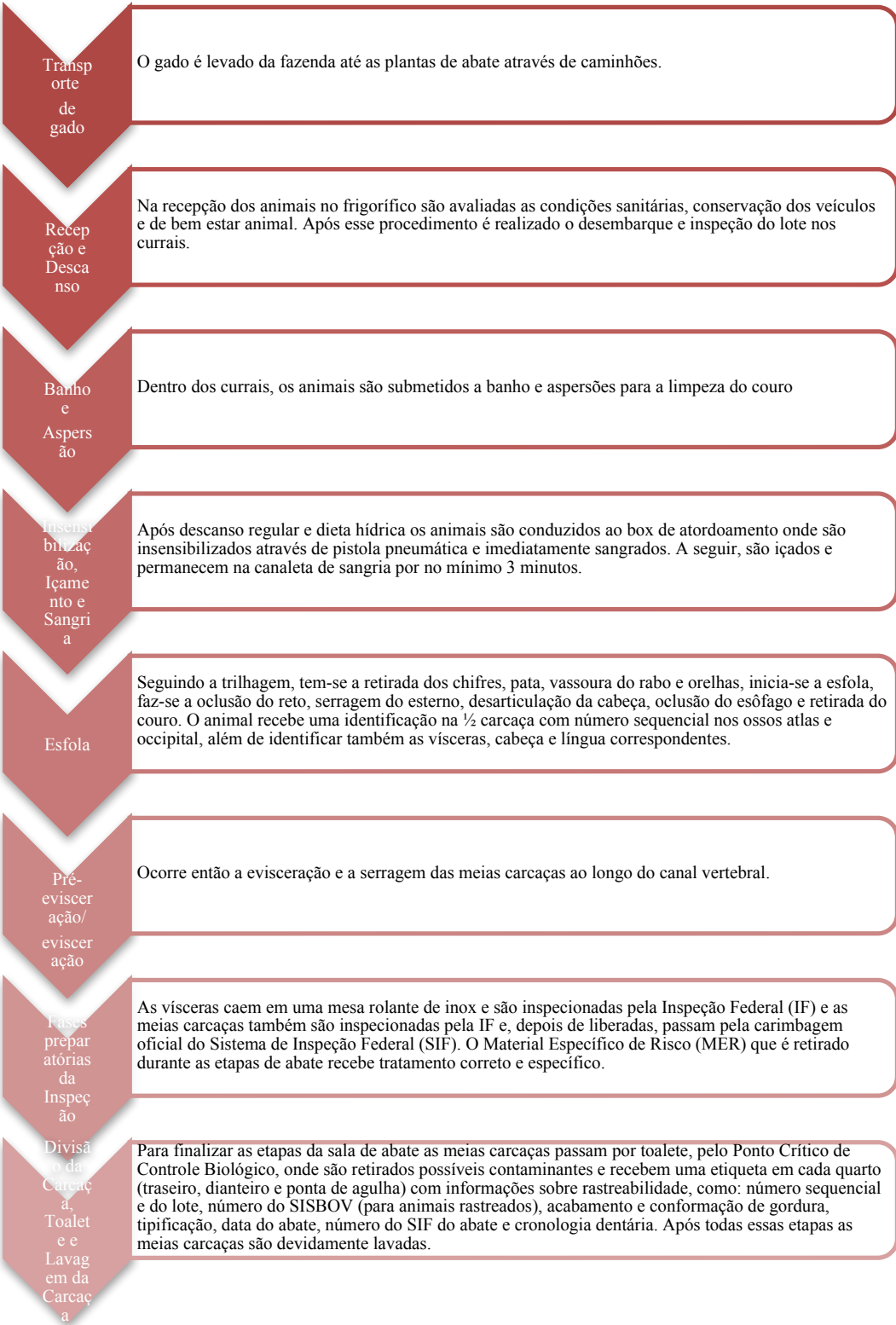
A equipe de compra de gado verifica questões como a qualidade do animal e cumprimento de regras e normas socioambientais pelas fazendas de origem.

O gado adquirido pela Companhia é entregue às suas instalações e abatido e desossado e finalmente transformado em produtos de carne e derivados no prazo médio de 60 horas.

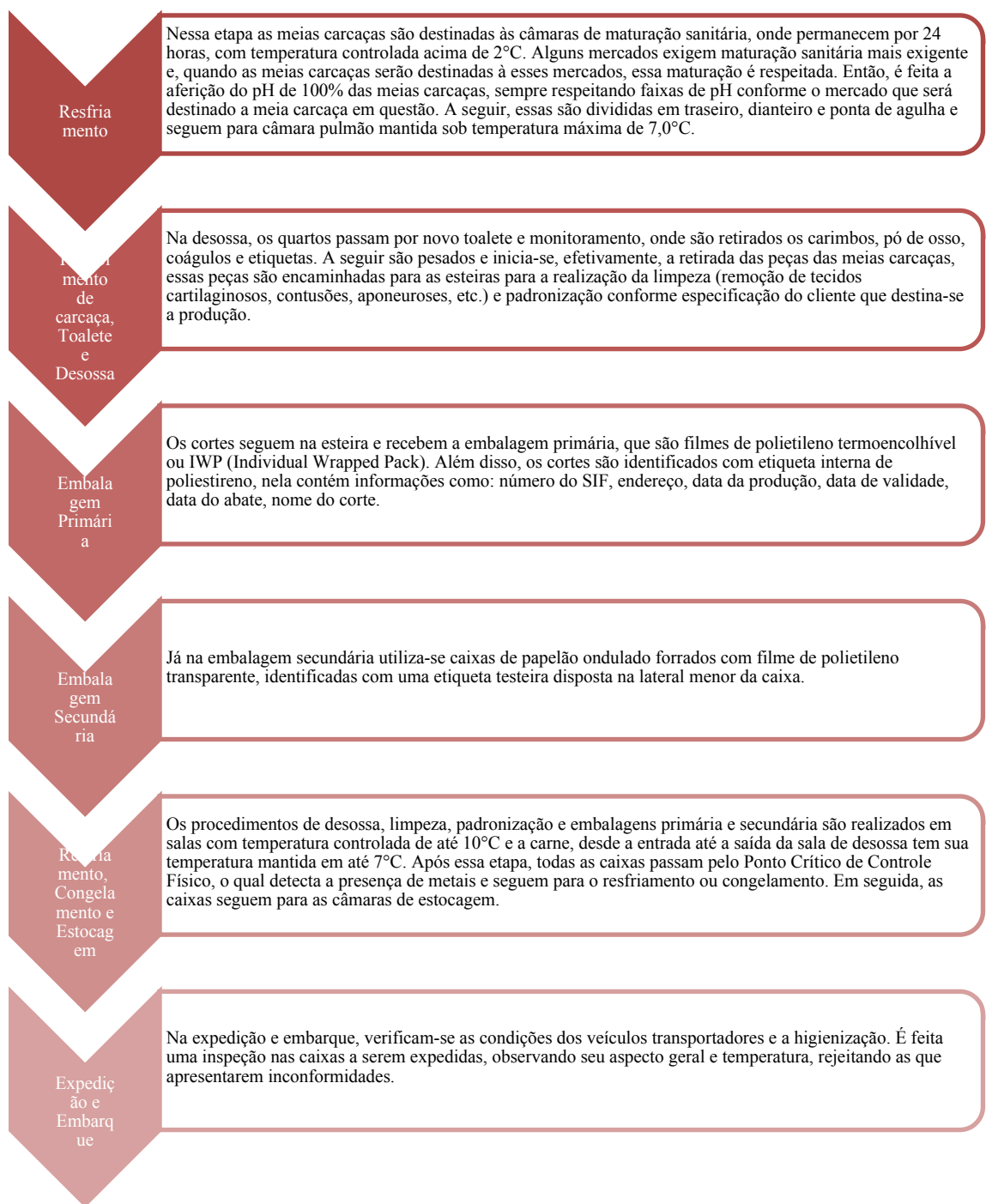
A alta qualidade da carne bovina produzida pela Companhia resulta diretamente da qualidade do gado abatido, de um rigoroso sistema de rastreamento que permite controlar a origem do gado e da ênfase em oferecer produtos que tenham sido severamente inspecionados e certificados. Ainda, a Companhia possui tecnologia e know-how que permitem produzir e oferecer uma variedade de mais de 17 mil produtos.

2. Processo de abate e desossa

Apresentamos abaixo o fluxograma do processo de abate do gado:



Na etapa a seguir, as carcaças são enviadas para desossa, conforme diagrama abaixo:



A tecnologia empregada nas instalações industriais é formada por um complexo de máquinas e equipamentos disponíveis nos mercados locais, com exceção das 3 unidades de processamento de carne localizadas no Brasil, na cidade de Barretos, estado de São Paulo e na Argentina, nas cidades de Rosário e Pilar, as quais apresentam percentual representativo de máquinas e equipamentos importados, não existindo patentes de tecnologias locais. O diferencial para apresentação de um parque moderno está na montagem, dimensionamento das máquinas e equipamentos e estruturação do layout para que as tarefas sejam realizadas com a mais alta qualidade para fluidez das operações da produção dentro dos prazos convencionais de segurança alimentar. Os principais parceiros nacionais que compõem os equipamentos do complexo frigorífico são: Marel Brasil Comercial Ltda, Johnson Controls, Mycom Sul America Ltda, John Been Technologies; Ulma Packaging, Cryovac Brasil, Foss do Brasil Instrumentos, CMP Industria e Serviços de Refrigeração Industrial Ltda, Torfresma Industrial Ltda, Dheytecnica Industria de Maquinas, Haarslev Industries Ltda, Gratt Industria de Maquinas, Beckhauser Industria e Comercio, Vemag do Brasil Equipamentos, Metal Marc Industria Metalurgica, Guntner do Brasil, Coldbras S.A., Alfa Laval Aalborg Industria, Toledo do Brasil Industria de Balanças Ltda, Cyklop do Brasil Embalagens Ltda, WEG Equipamentos Elétricos, Siemens Ltda.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia detinha 46 unidades industriais, sendo três plantas de processamento de proteína, uma no Brasil e duas na Argentina, 38 plantas de abate e desossa de bovinos, todas situadas na América do Sul, além de mais 4 unidades industriais localizadas na Austrália e 1 no Chile, com foco em ovinos. As plantas de bovinos estão estrategicamente localizadas em nove estados brasileiros, nas cidades de Assunção, San Antonio, Tablada e Belén, no Paraguai, nas cidades de Melo, Durazno, Canelones e Montevideú, no Uruguai, nas cidades de Rosário, Pilar, Berazategui, Colonia Caroya, Villa Mercedes e Venado Tuerto na Argentina, e nas cidades de Bucaramanga e Ciénaga de Oro na Colômbia, próximas aos portos a partir dos quais seus produtos são exportados, bem como aos principais mercados internos, conforme ilustrado abaixo. As unidades industriais da Companhia também se encontram próximas aos seus fornecedores (em média, em uma distância de até 300 quilômetros de unidades industriais).



A diversificação geográfica das plantas é um aspecto essencial da estratégia da Companhia por permitir (i) aproveitamento da abundância de pastagens e reduzir a dependência de commodities agrícolas na dieta alimentar do rebanho, (ii) a implementação da arbitragem de basis, onde é avaliada a possibilidade de elevar ou reduzir a compra de gado em diferentes regiões do Brasil, com base no diferencial entre o indicador de preço do estado de São Paulo (indicador CEPEA) e o preço do gado na região analisada, visando minimizar o custo de aquisição da matéria prima e (iii) a mitigação de riscos sanitários.

Em 31 de dezembro de 2024 as plantas industriais da Companhia possuíam capacidade diária de abate equivalente a 43.540 cabeças de gado, e uma capacidade de desossa de 39.047 cabeças de gado, conforme demonstrado abaixo:

Capacidade Instalada em 31/12/2024					
Unidades Industriais de Abate e Desossa	Região	Abate (cab/dia)	Desossa (cab/dia)	Início das operações	Tipo de propriedade
Barretos	São Paulo	1.309	900	1992	Própria
José Bonifácio	São Paulo	1.000	750	1999	Própria
Palmeiras de Goiás	Goiás	2.200	2.000	2004	Própria
Araguaína	Tocantins	1.138	960	2007	Própria
Goianésia	Goiás	500	791	2008	Própria
Rolim de Moura	Rondônia	1.750	1.170	2009	Própria

Campina Verde	Minas Gerais	840	689	2010	Própria
Paranatinga	Mato Grosso	1.500	1.500	2019	Própria
Mirassol D’Oeste	Mato Grosso	2.000	1.200	2014	Própria
Janaúba	Minas Gerais	950	700	2014	Própria
Mineiros	Goiás	2.000	1.415	2024	Própria
Pirenópolis	Goiás	600	600	2024	Própria
Chupinguaia	Rondônia	1.120	1.101	2024	Própria
Pontes e Lacerda	Mato Grosso	640	614	2024	Própria
Tangará da Serra	Mato Grosso	1.700	1.632	2024	Própria
Porto Murtinho	Mato Grosso do Sul	600	600	2024	Própria
Bataguassu	Mato Grosso do Sul	1.500	1.242	2024	Própria
Tucumã	Pará	600	600	2024	Própria
Alegrete	Rio Grando do Sul	800	768	2024	Própria
São Gabriel	Rio Grando do Sul	960	874	2024	Própria
Bagé	Rio Grando do Sul	680	680	2024	Própria
Lombardo	Paraguai	1.015	823	2008	Própria
Frigomerc	Paraguai	1.840	1.840	2012	Própria
Tablada	Paraguai	750	750	2017	Própria
San Antonio	Paraguai	1.420	1.420	2017	Própria
Belén	Paraguai	3.000	3.000	2017	Própria
Rosário	Argentina	2.498	2.498	2017	Própria
Berazategui	Argentina	900	500	2017	Própria
Colonia Caroya	Argentina	500	400	2017	Própria
Pontevedra	Argentina	700	500	2017	Própria
Venado tuerto	Argentina	630	630	2017	Própria
Villa Mercedes	Argentina	750	750	2024	Própria
Pul	Uruguai	900	900	2011	Própria
Carrasco	Uruguai	800	800	2014	Própria
Canelones	Uruguai	800	800	2017	Própria
Durazno	Uruguai	1.200	1.200	2023	Própria
Red Cárnica	Colômbia	850	850	2015	Própria
Bucaramanga	Colômbia	600	600	2020	Própria
Total		43.540	39.047		

Unidades Industriais de Processamento	Região	Capacidade (ton/dia)	Início das operações	Tipo de propriedade
Barretos	São Paulo	120	2009	Própria
Rosário	Argentina	162	2017	Própria
Pilar	Argentina	55	2017	Própria
Total		337		

Em 31 de dezembro de 2024, as 4 unidades industriais localizadas na Austrália, somadas a planta no Chile, todas com foco em ovinos, somavam uma capacidade de 25.716 abates diários.

Desde março de 2009, a Minerva Dawn Farms opera uma unidade industrial de processamento de proteínas de última geração na cidade de Barretos, no estado de São Paulo, com uma capacidade diária de processamento de 120 toneladas de produtos proteicos processados ao dia (variando de acordo com o tipo de produto em produção), o que permitiu à Companhia aumentar sua variedade de produtos customizados e de alto valor agregado de carne bovina, suína e aves. Entre suas características, a unidade industrial de processamento de alimentos da MDF conta com modernos equipamentos de processamento de alimentos, elevado grau de automação com o monitoramento on-line de seu processo produtivo e um laboratório para o desenvolvimento e teste de novos produtos. Esta unidade industrial também cumpre os padrões mundiais de sustentabilidade e saúde e segurança de alimentos.

Adicionalmente, desde julho de 2017, a Companhia também opera duas plantas de processamento de proteínas localizadas nas cidades de Rosário e Pilar na Argentina com capacidade de processamento de 162 e 55 ton/dia, respectivamente. As unidades compõem a marca Swift Argentina, a qual atinge aproximadamente 65% dos domicílios argentinos, além de fornecer para as principais redes de fast foods no país como Mc Donald's e Burger King elevando o share de produtos industrializados. A Swift é líder do ranking Kantar Brand Footprint na categoria de resfriados e congelados, sendo também líder de mercado em patês.

A empresa apresenta seguro contratado para todas as unidades industriais e tem como objeto segurado prédios, máquinas, móveis, utensílios, mercadorias e matéria-prima regularmente existentes no local do risco, devidamente identificado na apólice. A cobertura básica compreende danos materiais resultantes dos riscos de incêndio, inclusive quando diretamente decorrente de tumultos, explosão de qualquer natureza e queda de raio.

As plantas industriais são providas de geradores para suprimento da falta de energia para um tempo necessário de organização das carcaças e produtos nas câmaras de resfriamento. As linhas de ações contínuas são facilmente revertidas em linhas manuais para tal operação, não havendo consequências maiores de forma a garantir a qualidade da carne. Os investimentos em manutenção são constantes e representativos dentro do imobilizado do grupo, haja vista que a limpeza da planta, necessária antes, durante e após as operações, desgastam bastante as estruturas das plantas, bem como existem vidas úteis de máquinas e equipamentos que são repostos para devida continuidade da produtividade da operação.

b. características do processo de distribuição

A Companhia acredita que sua logística de distribuição integrada e eficiente a permite direcionar suas vendas aos mercados mais atrativos, propiciando flexibilidade para obter as vantagens decorrentes das alterações na demanda e preços, consequentemente permitindo aumentar suas vendas de produtos com maiores margens.

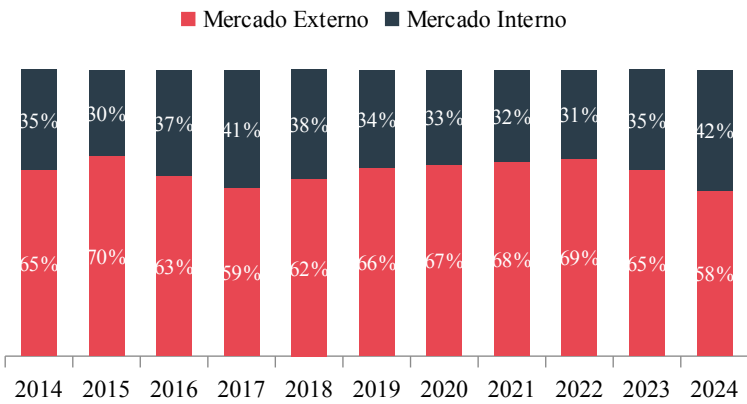
- Mercado Externo. A cadeia logística de exportação, por meio da contratação de serviços de armazenagem, transporte, seguros e da forte parceria desenvolvida com os armadores e terminais portuários do País, propicia à Companhia eficiência operacional necessária para assegurar a alta qualidade dos produtos e a pontualidade de entrega. A Companhia exporta a maioria de seus produtos por meio de navios fretados (break bulk) e contêineres, o que propicia economia de escala na negociação de custos de frete, armazenagem e seguro. A Companhia exporta seus produtos diretamente aos seus consumidores finais e, portanto, evita o pagamento de taxas de intermediação e outros custos a sociedades tradings e outros intermediários. Adicionalmente, a cadeia logística eficiente e ágil da Companhia permite vender os produtos de carne bovina resfriada a diversos mercados externos, incluindo países na Europa, Oriente Médio, África e Ásia.
- Mercado Interno. A Companhia utiliza serviços de terceiros e sua própria frota de caminhões para a venda de produtos no mercado interno. Possui um eficiente sistema de logística no mercado interno para fornecimento ao mercado atacadista diretamente a partir de suas unidades industriais e ao mercado

varejista por meio de 23 centros de distribuição, sendo 20 localizados no Brasil e 1 no Paraguai, 1 na Argentina e 1 no Chile. A Companhia adota o conceito "one-stop-shop" por meio do qual oferece a mais de 60 mil clientes no Brasil (em sua grande maioria empresas de *food services*, pequenos e médios varejistas) vários tipos de produtos perecíveis congelados ou resfriados produzidos pela Companhia ou fornecidos por terceiros (incluindo vegetais, aves, carneiro e peixe congelados). A Companhia procura fidelizar seus clientes, através de entregas regulares, para se tornar o principal fornecedor destes clientes. Em consequência desta abordagem, a Companhia pode maximizar suas entregas por meio da distribuição de uma ampla variedade de produtos.

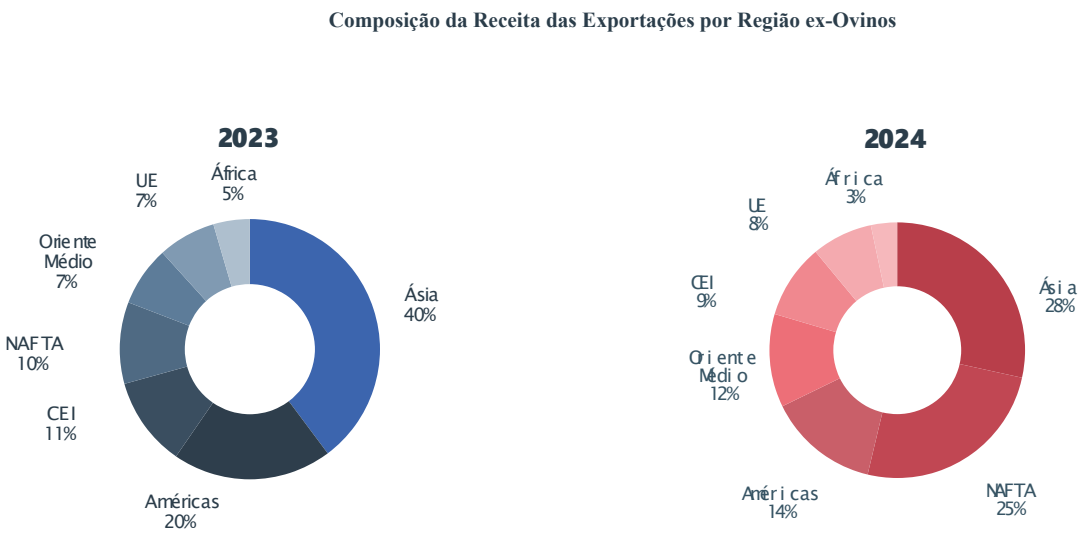
c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Apresentamos abaixo a composição da receita bruta da Companhia entre mercado doméstico e exportações.



Apresentamos nos gráficos a seguir a composição das vendas consolidadas por região na comparação entre os períodos de 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024, e qual a estratégia adotada em cada região:



ii. condições de competição nos mercados

- África: A região correspondeu por 3% das exportações em 2024, queda de 2 p.p. em relação ao ano anterior.
- Américas: Nos últimos 12 meses, as Américas totalizaram 14% das exportações, redução de 6 p.p. em relação ao ano de 2023.
- Ásia: O continente asiático totalizou 29% do total exportado em 2024, uma redução de 11 p.p em relação ao ano

anterior, entretanto, manteve-se como o principal destino das nossas exportações. Destaque para a China, com 21% das exportações da Companhia no período.

CEI (Comunidade dos Estados Independentes): A participação da Comunidade dos Estados Independentes, representada essencialmente pela Rússia, diminuiu em 2 p.p. em 2024, totalizando 9% das exportações.

União Europeia: Em 2024, a UE representou 8% das exportações da Companhia, estável ante 2023.

NAFTA: A região foi responsável por 25% das exportações em 2024, um considerável incremento na comparação com o último ano, quando totalizou 10%. Com isso, o NAFTA passa a ser o segundo principal destino das exportações da Minerva Foods, tendo os Estados Unidos como o grande vetor de demanda na região, alcançando uma participação de 23% e tornando-se o principal mercado de destino das nossas exportações.

Oriente Médio: Em 2024, a região do Oriente Médio também apresentou um importante incremento, representando 12% do total exportado, com um crescimento de 5 p.p. na comparação com o ano anterior, quando teve um share de 7%.

Os produtos da Companhia também competem com outras fontes de proteína, incluindo frango e suíno. Entretanto, os principais concorrentes são os demais processadores de carne bovina.

Mercado Doméstico

Na América Latina, os principais concorrentes de carne bovina incluem, principalmente, os frigoríficos JBS e Marfrig.

Mercado Internacional

No mercado internacional, a Companhia concorre com diversos produtores, incluindo Cargill, Tyson Foods, Smithfield Foods e Swift & Co. (JBS) nos Estados Unidos e Australian Meat, Tey Bros e Nippon Meat Packers na Austrália.

A competitividade de um produtor de carne bovina no mercado nacional e internacional é impactada significativamente por sua estrutura de custo. Os dois principais componentes da estrutura de custo do setor em geral são matéria-prima e industrialização. O custo real líquido considera também as despesas geradas em decorrência da venda de subprodutos da produção de carne bovina, como couro e miúdos. A competitividade de uma unidade industrial no mercado internacional também é afetada pelos custos de transporte e distribuição. O Brasil tem uma das menores estruturas de custo geral entre os maiores países exportadores de carne bovina. Veja na tabela abaixo a diferença do custo médio de matéria-prima (boi gordo para abate) no Brasil e nos EUA.

País	Custo Médio
	(U.S.\$ por quilograma de peso de carcaça)
Brasil	3,16
USA	6,52

Fonte: Cepea e World Beef Report, média de janeiro a dezembro de 2024.

Os baixos custos brasileiros para a produção de carne bovina decorrem de seu clima favorável, de terras relativamente baratas, economias de escala resultantes do aumento da produção e disponibilidade de mão-de-obra capacitada, os quais contribuem para a maior competitividade internacional dos produtores brasileiros.

Estas vantagens, entre outras, permitem que o Brasil produza carne de melhor qualidade, por preços competitivos.

As receitas geradas pelas vendas de subprodutos extraídos do gado após o abate são um fator importante para a redução dos custos operacionais líquidos de uma companhia produtora de carne bovina. As receitas decorrentes das vendas destes subprodutos, em geral conhecidos como “fifth quarter” (quinto quarto), podem ser significativas e cobrir uma parte importante dos custos fixos da operação de um frigorífico. Em alguns casos, a receita decorrente do “fifth quarter” chega a exceder o total dos custos marginais de operação de um frigorífico. Os produtos do “fifth quarter” podem ser divididos nas seguintes categorias: sobras (incluindo fígado, coração, língua, pâncreas, intestino e estômago), sebo e outros (incluindo sangue, ossos e couro).

Apesar da natureza altamente competitiva da indústria bovina, a Companhia acredita que a qualidade de seus produtos e serviços diferenciados lhe permite obter preços competitivos nos seus mercados.

d. eventual sazonalidade

A Companhia sofre efeitos da sazonalidade tanto na compra de gado quanto na comercialização de seus produtos.

Compra de matéria-prima: Os preços do boi gordo nos países em que a Companhia atua são diretamente influenciados pelo clima já que a pecuária é desenvolvida essencialmente em pastagens. Nas épocas mais secas e frias do ano diminui o volume e a qualidade do capim tropical no Brasil, na Colômbia e no Paraguai, e das pastagens cultivadas/naturais na Argentina e no Uruguai o que determina menor oferta de matéria-prima para o frigorífico. Este período é conhecido como entressafra e é quando os preços atingem os maiores patamares. Nos países do sul do continente (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) a entressafra é no segundo semestre e ao norte, (Colômbia) ocorre no final do primeiro semestre.

Para lidar com a redução na oferta de pasto os pecuaristas lançam mão de algumas estratégias que, embora sejam eficientes, são adotadas por um número limitado de produtores, já que normalmente estão associadas a aumento de custo e de manejo. Por este motivo não são suficientes para garantir aumento significativo na disponibilidade de matéria-prima ao frigorífico.

Na Argentina e no Uruguai, quando as temperaturas caem, uma parte dos produtores cultivam pastagens de inverno, forrageiras com alto teor de proteína, como alternativa para engorda dos animais. A suplementação com ingredientes vegetais como milho e farelo de soja nos chamados sistemas de confinamento e semiconfinamento é a estratégia adotada no Brasil, no Paraguai, na Argentina e, em menor frequência, no Uruguai. Na Colômbia esta atividade é incipiente o que faz a entressafra do país bastante pronunciada.

Comercialização de seus produtos: verifica-se uma significativa correlação da demanda por carne bovina e a renda per capita, que em geral tem aumentado nos últimos anos. Existe também sazonalidade de demanda devido a fatores religiosos, culturais e climáticos. No Oriente Médio, o consumo de carne bovina aumenta durante o Ramadã. No Leste Europeu cresce no inverno enquanto na Europa Ocidental é no verão. No Brasil, observam-se picos de demandas em períodos próximos aos principais feriados nacionais ou datas festivas, principalmente nas festas de final de ano.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Em geral, a Companhia compra gado por meio de operações no mercado à vista, porém a Companhia também utiliza

instrumentos do mercado de futuros para fixar os preços do gado, protegendo tanto a Companhia como os criadores de gado em caso de oscilações no mercado.

O fato de os acionistas controladores da Companhia terem sido os maiores transportadores de gado do país nas décadas de 60 e 70 gerou aos pecuaristas um relacionamento de elevada credibilidade entre as partes. A Companhia acredita que esse relacionamento permite ter um melhor acesso ao gado e encorajar os fornecedores a adequar suas decisões de produção às necessidades da Companhia.

O gado adquirido pela Companhia atende todas as exigências legais e certificações que garantem o padrão de qualidade para atender os mercados de destino. Para garantir a qualidade dos produtos, uma parcela significativa do gado abatido no Brasil para venda em mercados internacionais e para venda no mercado interno deve fazer parte do SISBOV, o sistema nacional de rastreamento de gado.

Os esforços da Companhia para gerenciamento da cadeia de suprimentos se mantem como um dos pilares no relacionamento com nossos stakeholders, especialmente os fornecedores, garantindo segurança e transparência dos critérios de compra de gado. Ao adotar práticas da Pecuária Sustentável, a Minerva Foods aprimora continuamente sua responsabilidade socioambiental por meio de critérios, indicadores de desempenho e programas que garantam maior segurança e rastreabilidade aos produtos. A cada compra no Brasil e no Paraguai é verificada a existência de desmatamento, invasões a terras indígenas e áreas de proteção ambiental nas propriedades fornecedoras. No Brasil, também é realizada a consulta ao Cadastro de Empregadores que submeteram trabalhadores à condições análogas as de escravo, emitido e atualizado pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia.

Para as unidades internacionais, localizadas no Argentina, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Austrália há uma constância nas inspeções e protocolos a serem cumpridos na área de alimentos, abrangendo a produção de alimentos processados (na Argentina, a empresa possui uma unidade de processamento). Tais regulamentações derivam das orientações dos respectivos órgãos nacionais:

- Paraguai: SENACSA (Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal);
- Uruguai: Ministerio de Salud Pública;
- Colômbia: INVIMA (Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos);
- Argentina: Ministerio de Salud Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica.
- Austrália: DAFF (Department of Agriculture, Fisheries and Forestry)
- Chile: SAG (Servicio Agrícola y Ganadero)

Cuidados com o Gado

De acordo com a legislação dos países onde atua, os fornecedores de gado são obrigados a documentar a qualidade de suas operações e verificar se o uso que fazem de antibióticos e produtos químicos agrícolas segue os padrões dos respectivos fabricantes. Todo gado que a Companhia compra é inspecionado por veterinários e médicos do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Ministério da Agricultura do Brasil e órgãos equivalentes nos demais países, que autorizam a produção e industrialização de carne bovina. Além disso, para obter a aprovação para a exportação de carne bovina para a União Europeia, os criadores devem atender exigências severas de auditoria, necessárias para a certificação ERAS.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Nenhum fornecedor de gado para abate forneceu à Companhia, individualmente, mais de 2% do gado que a Companhia comprou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

iii. eventual volatilidade em seus preços

Uma parcela significativa dos custos da Companhia consiste no custo de aquisição de matérias-primas. A principal matéria-prima é o gado, cujo preço no mercado interno varia em função da região e da relação entre oferta e demanda. Em geral, a Companhia efetua a compra de gado em operações no mercado à vista, e o preço pago é definido por arroba (equivalente a 15 kg). Os aumentos significativos no preço do gado e, consequentemente, o custo de produção da Companhia e de seus produtos podem reduzir as margens brutas e resultados das operações da Companhia, na medida em que ela pode ter dificuldades em repassar estes custos acrescidos para seus clientes e pode resultar em redução dos volumes de vendas. Inversamente, reduções significativas no preço do gado e, consequentemente, no custo de produção de seus produtos podem aumentar as margens brutas e resultados das operações da Companhia, podendo resultar em maiores volumes de vendas.

A média de preço do mercado doméstico por arroba de gado no período findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 255,68/@, estável na comparação com 2023, por conta do período de ciclo bovino positivo, quando há uma maior disponibilidade de animais prontos para o abate. Em relação a 2023 e 2022 o preço médio foi de R\$ 254,69/@ e R\$ 317,74/@, respectivamente, de acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA (base São Paulo - valor à vista). O preço no mercado doméstico por arroba de gado flutuou significativamente no passado, e a Companhia acredita que continuará a flutuar no futuro, devido à sazonalidade de oferta e demanda de gado, condições climáticas, entre outros.

Divisão Outros

A divisão “Outros”, no qual compreende menos de 10% da Receita consolidada da Companhia, engloba as operações de trading de proteínas, portanto estão suscetíveis a variação dos preços das proteínas e à demanda global desses produtos. A Companhia utiliza dos serviços de trading internalizado, de modo a diminuir despesas com comissões de prestadores de serviços externos.

1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida da Companhia.

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Companhia está comprometida com a execução rigorosa de todas as leis socioambientais, sejam elas federais, estaduais ou municipais, incluindo a manutenção de suas licenças, alvarás, outorgas e autorizações em pleno vigor e efeito. Para controlar o impacto socioambiental de suas operações, a Companhia mantém um processo de manutenção preventiva e preditiva para todos os seus equipamentos, destacando-se, mas não se limitando ao controle de poluição, bem como programas de ecoeficiência produtiva, dado que as leis e regulamentações ambientais exigem que a Companhia monitore regularmente a qualidade de suas emissões atmosféricas, além da gestão, tratamento e disposição adequada dos efluentes líquidos e resíduos sólidos gerados nas operações industriais, determinando a conformidade com os parâmetros permitidos. Periodicamente a Companhia avalia os indicadores de performance ambientais de seus processos e operações a fim de identificar os aspectos e impactos relevantes, por meio de uma equipe de profissionais treinados e consultores contratados especializados. Em 2022, ao Minerva Foods deu um importante passo em sua jornada de excelência ambiental ao implementar o SGA - Sistema de Gestão Ambiental (Certificado ISO 14.001), representando um marco significativo ao estabelecer uma estrutura robusta e integrada para o gerenciamento das questões ambientais em todas as suas operações. Alinhado à visão estratégica de desenvolvimento sustentável da empresa, o SGA contempla o controle e organização sistemática de toda documentação ambiental, incluindo a criação e gestão de procedimentos operacionais padronizados, acompanhamento de licenças e documentos legais entre outros indicadores de desempenho. Sua implementação proporcionou a uniformização das práticas ambientais em todas as unidades, oferecendo suporte para auditorias internas e externas, bem como o acompanhamento sistemático de condicionantes ambientais. Como resultado, a Minerva Foods consolidou uma virtude para sua gestão ambiental, integrando eficientemente todos os elementos necessários para fortalecer seu pilar ambiental e garantir não apenas a conformidade legal, mas também o contínuo aprimoramento de suas práticas sustentáveis.

A consolidação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) impulsionou a conquista de certificações ambientais significativas, com destaque inicial para a ISO 14001, norma internacional que reconhece a excelência na gestão ambiental, obtida primeiramente pela unidade de José Bonifácio em 2022, seguida pela planta de Barretos que conquistou sua certificação em 2024, ambas mantendo seus certificados através de minuciosas auditorias anuais que avaliam a contínua aderência aos requisitos estabelecidos.

Paralelamente ao sucesso nas certificações ISO, as operações internacionais da companhia também alcançaram reconhecimentos expressivos, com a conquista do Punto Azul na Colômbia, que destaca o compromisso com práticas ambientais sustentáveis, e do Sello Verde na Argentina. Além disso em 2025, as unidades de Janaúba (Brasil) e Bucaramanga (Colômbia) alcançaram outro marco significativo ao receberem a certificação Aterro Zero, demonstrando o avanço contínuo na gestão de resíduos das origens.

Este robusto conjunto de reconhecimentos não apenas evidencia o sucesso da implementação do SGA, mas também demonstra sua capacidade de atuar com excelência em diferentes

contextos e territórios, sempre mantendo o mais alto nível de comprometimento com a sustentabilidade ambiental.

As operações industriais localizadas no Brasil estão sob inspeção permanente, de responsabilidade de um médico veterinário oficial em seu cargo de Auditor Fiscal Federal Agropecuário do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), que visa à garantia da segurança dos alimentos e o atendimento aos requisitos dos países importadores. Além destas fiscalizações permanentes, dependendo das suas habilitações, a Companhia pode sofrer auditoria de Auditores Fiscais Federais Agropecuários do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA, os quais ficam localizados em Brasília, e auditam tanto a Companhia quanto o trabalho do veterinário oficial e sua equipe de inspeção local que fica lotada no estabelecimento da Companhia. Ademais, as unidades industriais também são auditadas por missões sanitárias internacionais, com o objetivo de verificar se os requisitos exigidos para exportar para determinado país e se premissas específicas estão sendo executadas.

As operações industriais internacionais localizadas na Argentina, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Chile e Austrália, também são fiscalizadas por órgãos e agentes fiscais das instituições sanitárias de cada país.

As unidades também podem receber auditorias de clientes e/ou certificadoras a fim de verificar o Sistema da Gestão da Segurança na Produção de Alimentos. Mudanças na regulamentação governamental relacionadas às questões de segurança dos alimentos, regulamentações sanitárias mais rigorosas ou litígios decorrentes destas, podem demandar à Companhia realizar investimentos, podendo incorrer em custos adicionais para adequar-se à nova legislação. Regulamentações sanitárias mais rigorosas podem resultar em um aumento de custos e/ou investimentos que podem ter um efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia. Além disso, a Companhia pode estar sujeita a litígios devido às regulamentações governamentais, que podem, de igual forma, afetar os negócios e resultados operacionais.

A produção de gado e a comercialização são significativamente afetadas por normas, regulamentos e políticas governamentais, o que influencia a indústria de gado bovino, por meio de impostos, tarifas aduaneiras, subsídios e restrições à importação e à exportação de carne bovina e/ou subprodutos de origem bovina.

A Companhia possui longa experiência no relacionamento com a administração pública, notadamente no que se refere aos órgãos socioambientais que regulam questões envolvendo meio ambiente e saúde e segurança ocupacional objetivando a fiscalização de suas atividades. Este relacionamento sempre ocorreu de forma respeitosa e de acordo com os

mais altos valores éticos. Não há nenhum caso registrado de contrariedade relevante entre a Companhia e quaisquer autoridades.

Mais especificamente, mantemos um diálogo constante com os seguintes órgãos e autoridades governamentais:

MAPA: Ministério da Agricultura e Pecuária

SIF: Serviço de Inspeção Federal

MMA: Ministério do Meio Ambiente

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

MPF: Ministério Público Federal

MPE: Ministério Público Estadual

Secretarias de Meio Ambiente Estaduais

Secretarias de Meio Ambiente Municipais

Corpo de Bombeiros

Órgãos Ambientais

Polícia Civil

Polícia Federal

Exército

Autoridades e órgãos governamentais das unidades industriais localizadas fora do Brasil:

Paraguai: SENACSA (Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal);

Uruguai: Ministerio de Salud Pública;

Colômbia: INVIMA (Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos);

Argentina: Ministerio de Salud Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica.

Australia: DAFF (Department of Agriculture, Fisheries and Forestry)

Chile: SAG (Servicio Agrícola y Ganadero)

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Após uma parceria com a IFC (International Finance Corporation), membro do Banco Mundial, a companhia implementou um plano de melhorias socioambientais, tendo como principal objetivo a elevação dos padrões de sustentabilidade, tanto na gestão da cadeia de suprimentos, como na implantação de sistemas de gestão, como o Sistema de Gestão Integrado (SGI).

O Sistema de Gestão Integrado (SGI) abrange a padronização de processos internos, dos departamentos responsáveis pelos temas de Saúde e Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Segurança de Alimentos e Responsabilidade Social para possibilitar uma visão global das oportunidades e demandas, contribuindo para a geração de valor aos diversos públicos e ao negócio. Além disso, visa a excelência por meio do aumento da eficiência e da qualidade, do aperfeiçoamento de programas direcionados à saúde e à segurança dos colaboradores, assim como das demais ações socioambientais. A ferramenta se alinha aos princípios definidos pela International Finance Corporation (IFC).

Com isso, estabeleceu-se uma política voltada diretamente para as áreas de Saúde e Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Segurança de Alimentos e Responsabilidade Social:

A Companhia, estabelece e comunica a todos os envolvidos as suas diretrizes

- Promover e proteger a saúde e integridade física de seus colaboradores, prestadores de serviço e visitantes, por meio de condições e comportamentos seguros e da gestão dos perigos e riscos identificados em nossos processos, minimizando a ocorrência de incidentes;
- Respeitar o meio ambiente e a comunidade através da prevenção da poluição e conservação dos recursos naturais, visando a sustentabilidade do negócio e gerenciando os aspectos ambientais significativos como o tratamento adequado de seus efluentes líquidos, resíduos sólidos e emissões atmosféricas;
- Promover a implementação de práticas de manejo visando o bem-estar animal;
- Oferecer produtos alimentícios seguros, lícitos e autênticos em conformidade com as normas de qualidade e segurança de alimentos, promovendo a melhoria contínua de seus processos, produtos e serviços;
- Respeitar seus colaboradores repudiando toda e qualquer forma de discriminação, trabalho forçado e infantil, com a criação de condições para seu crescimento, através da educação por e para o trabalho;
- Promover a participação e desenvolvimento da Companhia com as comunidades locais, especialmente vizinhas ao empreendimento, com ações que beneficiem e fortaleçam as partes interessadas;
- Cumprir a legislação e demais normas e regulamentos aplicáveis;

- Buscar atendimento das necessidades e expectativas de seus clientes e demais partes interessadas.

Na indústria frigorífica, a água assume grande importância, principalmente devido às exigências sanitárias e aos seus vários usos ao longo dos processos. Nesse contexto, sabe-se que a água em frigoríficos é utilizada para diversos fins, sendo essencial ao funcionamento dessa atividade bem como ao atendimento da legislação sanitária. A atuação para a prevenção de vazamentos e a utilização de equipamentos modernos para otimização do uso de recursos hídricos são alguns instrumentos de gerenciamento do consumo de água bem como as iniciativas de conscientização.

Ademais, anualmente são realizadas análises de emissões atmosféricas para fontes fixas e móveis, visando garantir tanto a qualidade das emissões como também a qualidade do ar ao entorno do empreendimento. Outra medida adotada, é o desenvolvimento do inventário anual de emissões de GEE como instrumento norteador de melhorias e investimentos nas instalações da Companhia visando o combate as mudanças climáticas.

Já a gestão dos resíduos sólidos é feita em todas as unidades da Companhia, objetivando a redução de desperdícios, reciclagem de materiais e reutilização quando possível, visando a proteção ao meio ambiente. A totalidade dos resíduos segregados tem destinação realizada de acordo com o preconizado na legislação dos locais onde atua.

A Companhia opera Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) com sistemas primários e secundários em todas as suas unidades, realizando o monitoramento por amostragem, por meio da qual verifica a eficácia do sistema e identifica pontos de melhoria. As unidades que realizam lançamento em corpo hídrico, além das avaliações em pontos estratégicos do sistema, também promovem análises a montante e a jusante do lançamento, monitorando a qualidade do corpo receptor. Para as unidades que adotam lançamento em solo, através da fertirrigação, além do monitoramento do efluente, também é feito o monitoramento do solo

.

Em 2024 foram investidos mais de U\$ 3.000.000 milhões em melhorias nos tratamentos primário e secundário dos efluentes nas unidades industriais da Companhia.

Destacam-se algumas ações e projetos da Companhia:

Água

A maioria das unidades são abastecidas com águas superficiais, que passam por estações de tratamento – ETA, antes de serem utilizadas na produção. O controle da retirada de água é feito pelas equipes locais de meio ambiente via hidrômetros calibrados e monitorados por meio de indicadores (KPI's) avaliados regularmente, de modo que se possa identificar desvios e tratá-los.

Em 2024, o Programa de Gestão Hídrica manteve sua trajetória de evolução contínua, intensificando ainda mais as ações que vêm sendo desenvolvidas ano após ano. Os grupos de trabalhos multidisciplinares, já consolidados na organização, fortaleceram sua atuação na identificação e implementação de oportunidades para otimização do consumo hídrico. Além disso, a companhia apresentou uma expansão significativa nos mapas de reuso de água e a aplicação de boas práticas em todas as operações do Brasil e LATAM, resultando em um expressivo volume médio de 7.500m³ de água reutilizada diariamente, demonstrando a consolidação do compromisso da empresa com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

É importante destacar que, além do monitoramento de consumo, são realizadas avaliações periódicas da qualidade da água tratada nas ETAs (Estações de Tratamento de Água), estas avaliações são fundamentais para assegurar a qualidade e segurança do produto seguindo rigorosamente os índices estabelecidos nas legislações locais.

Efluentes

Uma das premissas da Companhia é ter o melhor tratamento primário disponível para que o secundário não apresente interferências, de forma a reduzir a eficiência anaeróbia ou aeróbia de seu sistema, garantindo assim, uma remoção de carga orgânica acima do especificado em legislação vigente. Atualmente a companhia está em processo de automatização das ETE, com diversos investimentos para o uso do CMI (Centro de Monitoramento Industrial). O recurso facilitará os ajustes necessários para manter a eficiência das estações de tratamento de efluente (ETE) permitindo um acompanhamento detalhado das operações.

Foram implementadas rotinas de verificação de performance de equipamentos, com a melhoria da manutenção preventiva e redução da manutenção corretiva.

O volume de efluente gerado é gerenciado por meio do sistema Dux e CMI, diariamente as informações são capturadas em leitores de volume localizados próximos aos emissários e a medição é lançada no sistema. A Companhia monitora ainda a qualidade do efluente, realizando análises diárias internas e mensais em laboratório externo acreditado. As unidades

que não realizam lançamento direto em corpo receptor têm seu efluente disperso em sistema de fertirrigação em periodicidade estabelecida por suas licenças de operação.

Resíduos

Por meio do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Industriais a Companhia procura garantir o tratamento ambiental adequado, adotando destinação específica à categoria de resíduo produzido por tipo de atividade. A segregação é feita de forma a reciclar o maior volume de material, processo em que são selecionados os que podem ser reaproveitados e/ou devem ser eliminados ou descontaminados. Após o processo de segregação, todos os tipos de resíduos têm sua destinação realizada por empresas licenciadas. Para todos os resíduos destinados no Brasil aplica-se o documento denominado Manifesto de Transporte de Resíduos, que visa controlar a expedição, o transporte e o recebimento dos resíduos na unidade de destinação final. A logística reversa é um trabalho realizado pela Minerva possuindo atuação em todos os estados do Brasil aonde o nosso produto seja comercializado, para execução desse trabalho é realizado levantamento de todos os produtos vendidos em sacos plásticos e/ou caixas de papelão para estimar a quantidade de cada tipo de embalagem envolvida nas operações do estado, garantindo a compensação equivalente.

Minerva Comercializadora de Energia

A Companhia constituiu, em 2015, uma nova área de negócios, com o objetivo de atuar no mercado brasileiro de eletricidade. A Minerva Energia destaca-se entre as maiores comercializadoras de energia elétrica do país, atuando com operações de compra e venda de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL), por meio de um amplo portfólio de produtos. Além disso, a Minerva Energia gerencia as exposições das instalações da Minerva Foods no mercado brasileiro, monitora o consumo de energia do grupo, o balanceamento de suas posições de curto e longo prazos e a administração dos contratos de compra no mercado livre. Atualmente, 100% da energia elétrica que abastece as operações da Minerva Foods é de origem renovável, rastreável por meio de Certificados de Energia Renovável, os I-RECs. Foram adquiridos certificados de energia hidrelétrica para todos os países na América do Sul, com exceção do Paraguai, em que não há certificados, pois, toda a energia consumida já é de fonte renovável. Dessa forma, além de zerar as emissões de escopo 2 da aquisição de energia elétrica, a Companhia fomenta o mercado de energia gerada a partir de fontes renováveis. A

companhia está em processo de auditoria para obtenção, pelo quinto ano consecutivo, a Companhia obteve o Selo de Energia Renovável, emitido pelo Instituto Totum em parceria com a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) e a Associação Brasileira de Energia Limpa (Abragel). Além da garantia de origem renovável, o selo assegura a adoção de práticas diferenciadas nos aspectos sociais e de relacionamento com as comunidades pelas usinas geradoras.

Pecuária Sustentável

O emissor, com o intuito de promover a sustentabilidade na cadeia de valor da pecuária bovina, firmou protocolos, termos e acordos com entidades civis, governamentais e não-governamentais:

- Compromisso Público da Pecuária - define critérios mínimos para as operações de compra de gado e produtos bovinos em escala industrial no Bioma Amazônico.
- Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção - iniciativa que reúne empresas e entidades empresariais com o objetivo de promover a integridade e combater a corrupção no ambiente empresarial brasileiro.
- Pacto Global das Nações Unidas - a Minerva Foods tornou-se signatária da iniciativa em 2021, formalizando seu apoio e compromisso com os Dez Princípios pautados em temáticas anticorrupção, de relações trabalhistas, de meio ambiente e de direitos humanos e com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).
- Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo – iniciativa articulada pelo Instituto Ethos em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONG Repórter Brasil, atualmente é coordenado pelo Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPACTO).
- Protocolo de Monitoramento dos Fornecedores de Gado da Amazônia - tem como objetivo atender a todos os compromissos existentes na Amazônia, na busca por harmonizar a implementação pelos signatários e facilitar a implantação das boas práticas de monitoramento da cadeia de fornecedores diretos de gado
- Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado no Cerrado - visa contribuir para o alinhamento das melhores práticas de monitoramento socioambiental padronizando os critérios socioambientais de monitoramento das compras de produtos de origem bovina no bioma Cerrado.

- Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Federal, por intermédio do Ministério Público - Procuradoria da República do Pará – firmado em 07 de julho de 2009, tem como objetivo garantir que a compra de gado, pela Companhia, no Estado do Pará seja realizada apenas de fazendas fornecedoras que (i) não estejam envolvidas com condições de trabalho análogas à de escravo, ou constantes no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo publicado periodicamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, (ii) não estejam localizadas em áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, por abrigarem atividades ilegais contra o meio ambiente; e (iii) não tenham envolvimento com invasão de terras indígenas, violência agrária, grilagem, desmatamento ou outros conflitos agrários, lesões às comunidades quilombolas e populações tradicionais no Estado do Pará. Na hipótese de a Companhia não cumprir com as obrigações por ela assumidas no âmbito do TAC aqui referido, poderá incorrer em impactos negativos significativos em suas atividades e em sua imagem.
- Termo de Compromisso Ambiental (“TCA”) com o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual do Tocantins - tem a finalidade de garantir que a compra de gado, pela Companhia, no Estado do Tocantins seja realizada apenas de fazendas fornecedoras que (i) não estejam envolvidas com condições de trabalho análogas a de escravo, ou constantes no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo publicado periodicamente pela Secretaria de Trabalho, pertencente ao Ministério da Economia, (ii) não estejam localizadas em áreas embargadas divulgadas na internet no sítio dos órgãos do SISNAMA, por abrigarem atividades ilegais contra o meio ambiente; e (iii) não tenham envolvimento com invasão de terras indígenas, violência agrária, grilagem, desmatamento ou outros conflitos agrários, lesões às comunidades quilombolas e populações tradicionais no Estado do Tocantins.

O emissor também participou ativamente de grupos de discussões setoriais em 2024, dentre os quais:

- Comitê de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) - criada em 1979, a ABIEC tem por missão defender os interesses do setor exportador de carne bovina brasileira nos âmbitos nacional e internacional. Engendrar esforços para a redução das barreiras comerciais tarifárias e não-tarifárias e promover os produtos brasileiros e a imagem do País no exterior com vistas à abertura e consolidação de

mercados, e garantir a representação do setor nos fóruns nacionais e internacionais de modo a influenciar a tomada de decisões e o processo normativo e legislativo que afetam o comércio internacional de carnes bovinas.

- *Global Roundtable for Sustainable Beef* (GRSB) - composta por especialistas, acadêmicos e grandes companhias de cinco continentes, a GRSB tem como objetivo compartilhar práticas de gestão e manter um diálogo construtivo sobre os caminhos da indústria global. Como integrante desde junho de 2019, a Minerva Foods aprimora a representatividade do continente Sul-Americano, que é o maior produtor de carne no mundo, em discussões globais.
- Grupo de Trabalho de Fornecedores Indiretos (GTFI) - principal fórum de discussão sobre o monitoramento de fornecedores indiretos na cadeia de suprimento da carne bovina no Brasil.
- Conselho Consultivo do Protocolo do Cerrado: composto por representantes de sociedade civil, frigoríficos e empresas compradoras, tem a função de aconselhar e auxiliar na definição e implementação do Protocolo do Cerrado, visando a adoção das melhores práticas de monitoramento socioambiental na cadeia.
- Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável (MBPS) - conhecida internacionalmente como *Brazilian Roundtable on Sustainable Livestock* (BRSL), tem por finalidade debater e formular princípios, padrões e práticas comuns adotadas pela cadeia com a premissa de construir uma pecuária sustentável, justa, ambientalmente correta, e economicamente viável.
- *Mesa Ganaderia Sostenible* Colombia - mesa composta por atores relevantes na Colômbia, que possuem o objetivo de articular e estruturar planos de desenvolvimento sustentável para a cadeia pecuária local.
- *Mesa Paraguaya de Carne Sostenible* (MPCS) - capítulo da *Global Roundtable for Sustainable Beef* (GRSB), tem como objetivo a articulação e direcionamento das ações de sustentabilidade na cadeia de produção de carne no Paraguai.
- Mesa Uruguaia de Carne Sostenible (MUCS) – tem a função de garantir as melhores práticas socioambientais e de manejo na cadeia de produção pecuária.

Alinhado às iniciativas acima, por meio de seu departamento de sustentabilidade, o emissor estabeleceu diretrizes e procedimentos que contemplam critérios socioambientais para a aquisição de matéria-prima. Os critérios socioambientais são determinados de acordo com a legislação vigente nos locais de atuação e disponibilidade de informações públicas para aplicação. Em 2023, o emissor divulgou sua política [‘Aquisição de Commodities Agrícolas e](#)

[Produtos da Pecuária'](#) que estabelece as diretrizes sobre o tema, incluindo a gestão sustentável da cadeia de fornecimento.

No Brasil, a Minerva Foods foi pioneira ao implantar o monitoramento, a partir de critérios socioambientais, de suas fazendas fornecedoras diretas em todos os biomas em que opera (Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga e Pantanal) por meio de análises geoespaciais. O monitoramento ocorre em 100% das compras de gado para verificar a conformidade perante os critérios estabelecidos na política mencionada.

No [Compromisso com a Sustentabilidade](#), divulgado em 2021, a Companhia estabeleceu a meta de manter 100% de monitoramento socioambiental nas compras de gado no Brasil e expandir essa cobertura para os demais países da América do Sul até 2030. No Paraguai, a meta foi alcançada ainda em 2021. Na Colômbia, o objetivo foi atingido em 2023, com seis meses de antecedência. Na Argentina, cuja meta previa o alcance até 2030, a Companhia antecipou em seis anos, concluindo o monitoramento em 2024. Já no Uruguai, a meta foi cumprida um ano antes do previsto, também em 2024, atingindo 100% de monitoramento socioambiental.

O engajamento dos fornecedores é realizado por meio de diversas campanhas e eventos de apoio, objetivando instruí-los, sensibilizá-los e conscientizá-los sobre o desenvolvimento sustentável da atividade pecuária.

A Companhia disponibiliza, para tanto, o Serviço de Atendimento ao Fornecedor (SAF), um canal direto com os pecuaristas, através do qual o fornecedor pode tirar suas dúvidas e fazer sugestões, além de promover e participar de eventos direcionados à pecuária, como por exemplo o “Falando de Pecuária”, uma iniciativa de relacionamento com fornecedores apoiada por palestras complementares às visitas de campo feitas por técnicos, zootecnistas, veterinários e agrônomos da Minerva Foods, com temas e assuntos adequados à realidade de cada região e estruturados a partir de diagnósticos feitos pelos compradores da Companhia e de sugestões dos pecuaristas. O site institucional da Companhia também proporciona ao pecuarista seu cadastramento para que este possa receber periodicamente relatórios e conteúdos sobre o mercado e o setor, além de oferecer a opção de consultar documentos de romaneio online.

Em 2019 foi realizado o lançamento do aplicativo Minerva Pecuaria. O recurso permite ao pecuarista obter, pelo telefone celular, informações sobre agendamento de abates dos seus animais, romaneio, histórico dos abates, perfil do gado abatido e preços, além de poder baixar toda a documentação envolvida no negócio e em 2020, novas funcionalidades foram incorporadas a ferramenta.

Além disso, a Minerva Foods, em parceria com a empresa Niceplanet Geotecnologia, desenvolveu o aplicativo SMGeo Prospec®, uma ferramenta que está transferindo para os produtores rurais de todo o Brasil a mesma tecnologia que garante à Companhia os melhores resultados no monitoramento socioambiental perante os grandes players do setor, permitindo que monitorem seus fornecedores e mapeiem riscos antes de realizar qualquer comercialização.

Bem-estar Animal

O bem-estar dos animais é uma prioridade para a Minerva Foods e com base em nosso posicionamento ético, reconhecemos os animais como seres sencientes e, evitar abusos ou exploração contra eles sempre estará consistente com os nossos valores. Isto abrange todas as espécies (bovinos, ovinos, suínos, frangos de corte, pescados, galinhas poedeiras e vacas de leite) nas localidades que produzimos e comercializamos produtos. Promovemos o fortalecimento dessa agenda por meio da disseminação contínua de boas práticas de manejo animal, orientando pecuaristas e demais elos da cadeia de fornecimento.

A [Política Global de Bem-Estar Animal](#) da Minerva Foods reconhece que os animais são seres sencientes e expressa seu compromisso em garantir que sejam tratados com cuidado, dignidade e respeito. Além disso, a Companhia acredita que a implementação de melhores práticas de bem-estar animal tem impacto direto na redução do uso de antibióticos, e consolidou seu posicionamento referente ao tema através da [Política Global de Uso de Antibióticos](#), sendo essa baseada nas premissas de da organização mundial da saúde (OMS) e da Global Roundtable for Sustainable Beef (GRSB).

Não são tolerados atos de abuso, negligência e maus-tratos, e são seguidos os cinco domínios do bem-estar animal recomendados pelo [Farm Animal Welfare Committee](#) (FAWC), que englobam os seguintes temas: i. Nutrição (acesso à água e comida suficientes); ii. Ambiente (instalações confortáveis e agradáveis); iii. Saúde (garantia da saúde, da aptidão e

ausência de lesões); iv. Comportamento (expressão de comportamentos naturais das espécies) e; v. Sentimentos (ausência de estresse e sentimentos negativos).

Cada vez mais, a Companhia vem estabelecendo altos padrões de Bem-Estar Animal, respeitando não apenas às regulamentações dos países onde atua, mas também a códigos e protocolos reconhecidos internacionalmente. Todas as unidades da Minerva Foods são certificadas por auditores PAACO (Professional Animal Auditor Certification Organization) utilizando o Protocolo NAMI (North American Meat Institute). Em 2024, a média de conformidade dos requisitos auditados foi de 99,98% nas unidades certificadas. No Uruguai, as fazendas e unidades operacionais da Companhia são certificadas pela Global Animal Partnership (GAP) – Step 4, que possui padrões elevados na avaliação de bem-estar animal. Na Austrália, a Companhia possui duas unidades certificadas no protocolo Australian Livestock Processing Industry Animal Welfare Certification System, o AAWCS, e tem índice de aprovação de 100%.

A transparência é um balizador para as ações da Minerva Foods, e um dos marcos importantes nesse sentido é a publicação do [Relatório de Bem-estar Animal](#), que apresenta um panorama global dos dados relacionados às atividades operacionais e aos procedimentos adotados em toda a cadeia de abastecimento, abrangendo tanto as operações próprias quanto as de fornecedores parceiros. A Companhia também possui [Compromissos Públicos de Bem-estar Animal](#) firmados, atendendo exigências propostas por avaliações importantes para o tema, como o Business Benchmark on Farm Animal Welfare (BBFAW), que é a principal avaliação internacional de Bem-Estar Animal (ocupa o tier 3D – Companhia melhor avaliada na América Latina), e o Collier Fairr Protein Producer Index, em que recebeu a melhor avaliação dentro da categoria de Bem-Estar Animal e ocupa a categoria de “*Best Practice*”, enquanto para “Antibióticos” evoluiu para “*Low Risk*”.

Comprometida com a melhoria contínua de suas práticas e com o alinhamento aos mais elevados padrões internacionais, a Minerva Foods tem ampliado, progressivamente, seus investimentos em bem-estar animal. Como parte desse compromisso, a Companhia integra importantes iniciativas setoriais, como a Global Coalition for Animal Welfare (GCAW) e a Colaboração Brasileira de Bem-Estar Animal (COBEA), que oferecem suporte técnico e fomentam discussões sobre temas sensíveis relacionados à agenda. Além de manter as boas práticas já consolidadas, a Minerva Foods prioriza a evolução constante nesse tema em toda a sua cadeia de fornecedores, por meio do mapeamento e da implementação de um sistema de verificação do cumprimento dos compromissos públicos assumidos.

Proteção de dados

A Companhia, para manter a privacidade, a autodeterminação informativa do titular de dados e a transparência sobre o uso de dados pessoais, vem ao longo dos anos implementando medidas de prevenção de incidentes, segurança e adequando seus processos internos. A adoção da *privacidade by design* e *privacidade by default* se tornou não apenas uma obrigação legal, mas uma diretriz institucional da qual todos os colaboradores, prestadores de serviços e parceiros de negócios devem seguir em suas atividades diárias.

A Companhia ainda considera os direcionamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, agência reguladora e fiscalizadora do tema no Brasil, bem como possui Encarregado de Proteção de Dados e um time global de privacidade, com o dever de exercer a comunicação entre a autoridade e a empresa, além de esclarecer dúvidas dos titulares de dados e parceiros de negócio.

Desta maneira, para garantir que dados pessoais sejam utilizados com fundamentação, finalidade, necessidade, adequação e uma base legal definida, a Companhia adota processos de mapeamento análise mitigação de riscos em proteção de dados, processos de gestão de acessos, análise de fornecedores e gestão de consentimento. A Companhia, por meio de seu time global de privacidade, acompanha as alterações da legislação produzidas pelo Congresso Nacional e das resoluções emitidas pela ANPD, com a finalidade de manter sua estrutura de uso de dados adequada.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia e as sociedades por ela controladas atualmente são titulares de marcas e nomes de domínio que são relevantes para o desenvolvimento dos seus negócios, contribuindo para o posicionamento da Companhia no mercado e para a identificação dos seus produtos e linhas de negócio. A esse respeito, e sem prejuízo das marcas específicas exploradas em segmentos do negócio da Companhia, destacam-se as marcas registradas no INPI (e nos respectivos órgãos e autoridades similares nos demais países em que a Minerva Foods tem operações) relacionadas a “Minerva”, “Minerva Foods”, “Pul”, “Estância 92”, “Cabaña Las Lilas”, “Ana Paula Black Angus”, “Plate”, “Quality Meat”, “Sovereign”, “Ambassador”, “Everdene” e “Alma Lusa”. As principais marcas, estão devidamente registradas nas classes de produtos e serviços que se referem as atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia é titular de nomes de domínios registrados nos Órgãos competentes, a exemplo do “minervafoods.com”.

Por fim, atualmente não há dependência específica de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia não contribui financeiramente em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos bem como partidos políticos.

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Em 2024, a receita proveniente dos mercados domésticos dos países onde a Companhia atua, foi de R\$ 15.296,9 milhões, representando 42,1% da receita total da Companhia.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A tabela abaixo evidencia a distribuição da receita proveniente dos clientes da Companhia atribuídos a países estrangeiros e sua participação na receita líquida total da Companhia:

	2024	
	Milhões (R\$)	Part (%)
Oriente Médio.....	2.481,4	6,83%
Américas.....	2.951,1	8,12%
NAFTA.....	5.315,1	14,63%
CEI.....	1.977,3	5,44%
Ásia.....	5.981,7	16,46%
Europa.....	1.620,3	4,46%
África.....	697,4	1,92%
Outros.....	17,9	0,05%
Total.....	21.042,2	57,91%

As exportações da Companhia estão sujeitas à regulação dos países dos seus importadores, deixando-a exposta a vários riscos relacionados às operações internacionais, conforme identificados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

Em seus principais mercados de exportação nas regiões do Oriente Médio, Norte da África, Ásia, Américas e Comunidade dos Estados Independentes (CEI), a Companhia está sujeita a riscos semelhantes àqueles descritos anteriormente. O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá de forma significativa do cenário econômico e das condições sociais e políticas em curso em seus principais mercados de exportação. A capacidade de exportar seus produtos no futuro pode ser adversamente afetada por fatores que estão além de seu controle, tais como:

- variações cambiais;
- desaceleração das economias dos principais mercados de exportação;
- imposição ou aumento de tarifas (incluindo tarifas antidumping), ou barreiras sanitárias e/ou alfandegárias;
- imposição de controles cambiais e restrições às operações cambiais;
- greves ou outros eventos que possam afetar a disponibilidade de portos e transporte;
- cumprimento das diferentes legislações estrangeiras; e
- sabotagem dos seus produtos.

Os países para os quais a Companhia realiza suas exportações podem barrar seus produtos, proibindo a compra destes por períodos indeterminados, por diferentes razões, incluindo alterações na legislação aplicável. A Companhia pode não ser capaz de se adaptar a essas mudanças ou encontrar novos mercados em tempo hábil para compensar um país que proíbe ou reduz a compra de seus produtos, porém, seu histórico de crescimento de faturamento, mostra que a companhia vem conseguindo buscar mercados quando necessário.

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Há 13 anos, anualmente, a Minerva Foods comunica o seu desempenho nos aspectos ASG (ambiental, social e de governança) ao público de interesse e ao mercado em geral, através de Relatórios de Sustentabilidade. O documento apresenta as boas práticas adotadas em suas atividades e um panorama dos resultados, desafios e conquistas alcançados durante o ano de referência.

Complementarmente, as informações referentes às emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) da Companhia, consolidadas anualmente no Inventário Corporativo de Emissões de GEE, além de inseridas no Relatório de Sustentabilidade, também são divulgadas publicamente na página do Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol.

Reforçando seu compromisso com a transparência das práticas ASG, a Minerva Foods divulga anualmente os Relatórios de Bem-Estar Animal e Compliance, que apresentam em detalhe as práticas de gestão e desempenho frente a esses temas.

A Companhia possui também uma central de indicadores ASG em seu site institucional, que traz informações complementares as divulgadas nos relatórios e que são atualizadas anualmente.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório de Sustentabilidade, ano-base 2024, foi elaborado em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB) e World Economic Forum (WEF). Além disso, considerou as recomendações de divulgação de informações sobre a estratégia climática em acordo com as recomendações do Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD).

A construção do conteúdo segue ainda as recomendações de importantes índices de sustentabilidade, como o Coller FAIRR Protein Producer Index, do Business Benchmarking on Farming Welfare (BBFAW) e do Climate Disclosure Project (CDP). Além de levar em conta os elementos de reporte para o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice Carbono Eficiente (ICO2) da Bolsa de Valores Brasileira (B3).

A publicação também remete, ao longo do relato, ao compromisso da Minerva Foods com os Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) e com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para a elaboração anual do Inventário Corporativo de Emissões de GEE, a Minerva Foods utiliza a metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol, uma adaptação da metodologia reconhecida internacionalmente, GHG Protocol, ao contexto brasileiro, a norma ISO 14064 e as diretrizes publicadas pelo Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês), em 2006.

O Relatório de Bem-Estar Animal, considera os requisitos de importantes índices de mercado, como o Coller FAIRR Protein Producer Index e o Business Benchmarking on Farming Welfare (BBFAW), além de indicadores e práticas de gestão recomendados mundial em protocolos como o do NAMI

(North American Meat Institute). O relatório de Compliance, utiliza metodologias reconhecidas no mercado como a da GRI e indicadores próprios que mostram os avanços do Programa de Integridade da Companhia.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório de Sustentabilidade e o Inventário Corporativo de Emissões de GEE, ano-base 2024, passaram por asseguração externa conduzida pelo Instituto Tótum.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório de Sustentabilidade da Minerva Foods está disponível nos seguintes endereços eletrônicos: (i) na página web da Companhia <https://minervafoods.com/relatorios-de-sustentabilidade/>; (ii) no sistema do Empresas.Net na CVM <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmExibirArquivoIPEExterno.aspx?NumeroProtocoloEntrega=1241197>.

Os dados de emissões de Gases de Efeito Estufa da Companhia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico na rede mundial de computadores: <https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/2817>.

O relatório de Bem-Estar Animal está disponível na página web da Companhia: <https://minervafoods.com/wp-content/uploads/2024/06/relatorio-de-bem-estar-animal-minerva-foods-2023.pdf>

Os relatórios anuais de Compliance, estão disponíveis no portal de integridade da página web da Minerva Foods: https://minervafoods.com/wp-content/uploads/2024/12/RELATORIO-COMPLIANCE-23_final_pt.pdf

A Central de Indicadores ASG está disponível no endereço eletrônico <https://minervafoods.com/central-de-indicadores/>.

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A Minerva Foods realiza regularmente processo de análise de materialidade, de forma a identificar, priorizar e definir os temas mais relevantes para sua gestão e comunicação.

Em 2023, foi conduzido um estudo de dupla materialidade, em parceria com consultoria especializada, seguindo a metodologia estabelecida pelo European Sustainability Reporting Guidelines (ESRG). O processo permitiu identificar os temas ASG de maior relevância a partir do cruzamento de duas perspectivas: i) materialidade de impacto; ii) materialidade financeira.

É importante destacar a participação ativa dos membros da alta liderança e do Conselho de Administração no processo, assim como a aprovação da matriz final com a Comissão de Sustentabilidade.

As etapas do processo englobaram:

I. Definição das premissas e avaliação do cenário estratégico

Através da análise dos mecanismos de mercado e principais frameworks de sustentabilidade e do levantamento dos temas mais relevantes para as empresas que atuam no mesmo setor da Minerva Foods.

II. Consulta online com os stakeholders

Consulta com stakeholders prioritários selecionados pela Companhia (entre eles colaboradores, clientes, acionistas/investidores, terceiro setor, fornecedores, prestadores de serviços, Conselho de Administração, executivos, empresas do mesmo setor, entidades setoriais e instituições financeiras), visando identificar os temas mais relevantes em sua visão.

III. Condução de entrevistas

Entrevistas com executivos, membros do Conselho de Administração e público externo, cujo objetivo foi compreender os principais riscos e oportunidades do negócio no curto, médio e longo prazo.

IV. Avaliação da dupla materialidade

Considerou-se a importância dos temas levantados do ponto de vista da materialidade do impacto e da materialidade financeira.

V. Definição da estratégia de sustentabilidade

Foram identificados 10 temas materiais que devem nortear os esforços da Companhia em cultivar a resiliência em toda a sua cadeia, promovendo práticas cada vez mais sustentáveis, ao passo em que gera valor para o mercado.

- 1. Pecuária Sustentável
- 2. Biodiversidade e Impactos ecológicos
- 3. Mudanças Climáticas
- 4. Saúde, Segurança e Bem-Estar do Colaborador
- 5. Responsabilidade Social
- 6. Bem-Estar do Consumidor
- 7. Bem-Estar Animal
- 8. Mercado de Atuação
- 9. Ética, Integridade e Compliance
- 10.Gestão Ambiental

Com base nos temas definidos, os indicadores a seguir são considerados como materiais para a Minerva Foods:

Tema Material	Frete de Atuação - ESG	Indicadores - chave
Pecuária Sustentável	Dedicação ao Planeta	% de monitoramento socioambiental de fazendas fornecedoras diretas % conformidade em auditorias de terceira parte % de novos fornecedores selecionados com base em critérios socioambientais
Biodiversidade e Impactos ecológicos	Dedicação ao Planeta	Número de hectares monitorados, por bioma Operações em áreas de alto valor de biodiversidade Impactos significativos de atividades, produtos e serviços na biodiversidade

Mudanças Climáticas	Dedicação ao Planeta	Fazendas certificadas no projeto de certificação de produtos carbono neutro Unidades certificadas no projeto de certificação de produtos carbono neutro Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa (tCO2e/TPA) % de energia elétrica renovável
Saúde, Segurança e Bem-Estar do Colaborador	Prosperidade de nossa gente	Taxa de acidentes de trabalho com comunicação obrigatória Taxa de doenças ocupacionais % de colaboradores e terceiras cobertas pelo sistema de gestão em saúde e segurança ocupacional % de colaboradores participantes em programas de saúde e bem-estar
Responsabilidade Social	Prosperidade de nossa gente	Número de crianças e adultos impactados por iniciativas de responsabilidade social Volume de proteínas doadas Investimento social total
Bem-estar animal	Qualidade do Produto e Respeito com a Vida	de confinamento, com acesso ao pasto % de ovinos comprados livres de confinamento, com acesso ao pasto % de compromissos públicos de bem-estar animal atendidos na cadeia global Minerva Foods Investimento em iniciativas de BEA Número colaboradores treinamento em BEA % de conformidade em auditorias de BEA de segunda parte % de conformidade em auditorias de BEA de terceira parte % de unidades certificadas em BEA
Bem-Estar do Consumidor	Qualidade do Produto e Respeito com a Vida	Número de auditorias de segurança de alimentos % de unidades certificadas em protocolos de segurança de alimentos % de produtos avaliados pelo sistema de gestão de segurança de alimentos Número de ações de recall
Mercado de Atuação	Qualidade do Produto e Respeito com a Vida	R\$ receita líquida R\$ resultado líquido % da receita bruta tendo como origem nas exportações
Ética, Integridade e Compliance	Dedicação ao Planeta / Prosperidade de nossa gente / Qualidade do Produto e Respeito com a Vida	Número de registros recebidos pelo canal Conexão Minerva % de relatos tratados pelo Comitê de Ética de Integridade % de colaboradores que receberam comunicações de combate a corrupção % de colaboradores habilitados que receberam treinamento sobre ética e integridade
Gestão ambiental	Dedicação ao Planeta	Investimento em projetos de ecoeficiência Intensidade energética (GJ/TPA) Consumo de água e geração de efluentes (m3/TPA) Volume de água de reuso (m3/dia) % do efluente tratado aplicado em sistemas de fertirrigação Resíduos enviados a aterro sanitário (t/TPA) % de embalagens compensadas em projetos de logística reversa

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O Relatório de Sustentabilidade, ano-base 2024, considera, ao longo de seu escopo, o compromisso da Minerva Foods com os Dez Princípios do Pacto Global das Nações Unidas (ONU) e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para o exercício de priorização dos ODS, foi feito levando em conta os temas materiais elencados no estudo de dupla materialidade.

Tema Material	Frente de Atuação - ESG	ODS Relacionados	Metas ODS
Pecuária Sustentável	Dedicação ao Planeta	8, 10, 12, 13, 15	8.2, 10.6, 12.6, 15.1, 15.2, 15.3
Biodiversidade e Impactos ecológicos	Dedicação ao Planeta	12, 15	12.6, 15.1, 15.2, 15.3
Mudanças Climáticas	Dedicação ao Planeta	13, 15	13.1, 13.3
Saúde, Segurança e Bem-Estar do Colaborador	Prosperidade de nossa gente	2, 12	2.a, 12.3
Responsabilidade Social	Prosperidade de nossa gente	2, 3, 8, 11, 12	2.a, 3.6, 8.8, 11.a, 45.8
Bem-estar animal	Qualidade do Produto e Respeito com a Vida	2, 12	2.c, 12.3
Bem-Estar do Consumidor	Qualidade do Produto e Respeito com a Vida	2, 12	2.c, 12.3
Mercado de Atuação	Qualidade do Produto e Respeito com a Vida	8, 10, 12	8.2, 10.6, 12.6
Ética, Integridade e Compliance	Dedicação ao Planeta / Prosperidade de nossa gente / Qualidade do Produto e Respeito com a Vida	16,17	16.6, 16.8, 17.11
Gestão ambiental	Dedicação ao Planeta	2, 6, 7, 12	2.4, 6.3, 7.3, 12.4, 12.5

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações

Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade, ano-base 2024, foi elaborado em conformidade com as normas da Global Reporting Initiative (GRI), Sustainability Accounting Standards Board (SASB), Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e World Economic Forum (WEF).

Em 2023, a Minerva Foods finalizou o projeto de mapeamento de os riscos e oportunidades baseados em cenários de mudança do clima aplicados à estratégica de negócio nos horizontes temporais de médio e longo prazos (2030 e 2050), conforme recomendações da TCFD. Os resultados do projeto foram incluídos relatório e estão disponíveis também no site institucional, na central de indicadores.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

A Minerva Foods elabora anualmente o Inventário Corporativo de Emissões de GEE, com base na metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol - uma adaptação da metodologia internacional GHG Protocol para o contexto brasileiro; a norma ISO 14.064 e as diretrizes publicadas pelo Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês) em 2006. No inventário são contabilizadas as emissões de escopo 1 (provenientes de fontes que pertencem ou são controladas pela Companhia), de escopo 2 (provenientes da aquisição de energia elétrica e térmica) e de escopo 3 (provenientes de fontes não pertencentes ou controladas pela Companhia, porém por consequência de suas atividades).

Os dados estão disponíveis no Relatório de Sustentabilidade (<https://minervafoods.com/relatorios-de-sustentabilidade/>), na central de indicadores da página web da Companhia (<https://minervafoods.com/central-de-indicadores/#central-indicadores>) e no Registro Público de emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol (<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/2817>).

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

- i. a não divulgação de informações ASG**
- ii. a não adoção de matriz de materialidade**
- iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG**
- iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas**
- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas**
- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa**

A Companhia pratica todos os itens apontados nesta seção.

1.10 Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições

iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, dado que a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

A Companhia não realizou qualquer operação de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a Companhia nota que, em 2025, realizou aumento de capital no montante de R\$ 2.000.000.003,32, com a emissão de 386.847.196 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, com a atribuição de 193.424.846 bônus de subscrição como vantagem adicional. O aumento de capital foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025 (“AGE 29.04.2025”), tendo sido homologado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20 de junho de 2025. As atas de reunião do Conselho de Administração e da AGE 29.04.2025, assim como os Fatos Relevantes datados de 29 de abril de 2025 e 20 de junho de 2025, e os Avisos aos Acionistas datados de 29 de abril de 2025, 2 de junho de 2025 e 20 de junho de 2025, todos referentes ao aumento de capital, encontram-se disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Companhia e da CVM.

1.13 Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Acordo de Acionistas VDQ – SALIC

a. Partes

VDQ e Salic International Investment Company (“SALIC”), uma companhia controlada pela Saudi Agricultural and Livestock Investment Company (SALIC e VDQ, em conjunto, os “Acionistas Vinculados” e, cada um individualmente, um “Acionista Vinculado”).

b. Data de celebração

O acordo de acionistas entre VDQ e SALIC foi celebrado em 22 de dezembro de 2015, seu primeiro aditivo foi celebrado em 20 de dezembro de 2018, seu segundo aditivo, por sua vez, foi celebrado em 15 de janeiro de 2020 e seu terceiro aditivo, foi celebrado em 22 de dezembro de 2022 (“Acordo de Acionistas VDQ – SALIC”).

c. Prazo de vigência

O Acordo de Acionistas VDQ – SALIC tem prazo de vigência (i) de 15 (quinze) anos, contados a partir de 22 de janeiro de 2016, ou; (ii) até a data em que um dos Acionistas Vinculados deixar de ser titular de quaisquer ações vinculadas.

O acordo será rescindido, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que um aviso nesse sentido for enviado, caso as ações vinculadas de titularidade de qualquer dos Acionistas Vinculados passem a representar menos de 10% (dez por cento) do total do capital social da Companhia.

Ainda, o Acordo de Acionistas VDQ – SALIC poderá ser rescindido caso ocorra transferência do controle de VDQ. Nesse caso, a SALIC poderá – dentro de um período de 30 (trinta) dias contados a partir da data em que um aviso for enviado pela VDQ informando a ocorrência de tal transferência de controle, enviar um aviso escrito à VDQ rescindindo o Acordo de Acionistas VDQ – SALIC, com efeito imediato. O não envio de tal aviso de rescisão no prazo estipulado no Acordo de Acionistas VDQ – SALIC implicará, para todos os fins, a renúncia, pela SALIC, do referido direito de rescisão.

1.14 Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

No último exercício social, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

No último exercício social, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia e/ou suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas respectivas atividades operacionais.

1.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os Diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia e suas controladas apresentam condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar seus planos de negócios e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

Os Diretores esclarecem que a estratégia da Companhia, para gestão das condições financeiras e patrimoniais, está baseada nos seguintes pilares:

- Excelência na gestão de riscos, por meio da qual procura-se mitigar os principais fatores que afetam os resultados da comercialização de commodities, incluindo principalmente o risco de flutuação das moedas estrangeiras e dos preços das matérias-primas;
- Política de liquidez conservadora, por meio da qual a Companhia e suas controladas acumularam um volume de disponibilidades (caixa & equivalentes de caixa e títulos & valores mobiliários) no montante de R\$ 14.460,9 milhões em 31 de dezembro de 2024, o que corresponde às necessidades de recursos equivalentes à compra de matérias-primas no horizonte de aproximadamente três meses de produção, fator preponderante para uma gestão eficiente da tesouraria da Companhia e de suas controladas.
- Foco na gestão de passivos que prolongam o perfil de endividamento da Companhia e de suas controladas, mantendo uma política de liquidez elevada no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2024, 83% das dívidas financeiras tinham seus vencimentos de longo prazo, com *duration* de aproximadamente 4,4 anos;
- Preservação do reconhecido status de produtor de baixo custo de carne bovina e seus subprodutos, por meio da manutenção de eficiências operacionais, modernização de fábricas, gestão estratégica de vendas, implementação de programas de redução de custos, captura de economias de escala e integração da rede logística; e
- Foco na obtenção de um preço médio de venda superior, nos mercados internos e externos, em relação aos seus principais concorrentes locais, fruto da estratégia de gestão diferenciada entre produtos de valor agregado e

commodities, com ênfase em mercados de maior rentabilidade e na manutenção e expansão da rede de distribuição eficiente e diversificada.

Ademais, cumpre ressaltar que os Diretores da Companhia entendem que os principais índices para avaliação da sua liquidez e de seu endividamento, no fim do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 que fundamentam a análise acima, são os apresentados abaixo:

Indicadores financeiros de liquidez:

Índice de Liquidez Corrente (*)	1,48
Índice de Liquidez Seca (**)	1,23

(*) Ativo circulante / Passivo circulante

(**) Ativo circulante (-) (Estoques + Ativos Biológico) / Passivo circulante

Indicadores de endividamento:

EBITDA 2024	3.130,2
EBITDA Pro forma ¹	1.125
EBITDA Ajustado	4.255,2
Dívida Líquida em 31/12/2024	15.621,2
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ²	3,7

b. Estrutura de capital³

A Companhia encerrou 2024 com uma estrutura de capital mais desafiadora, com um nível de passivos financeiros mais elevado em relação aos anos anteriores, impulsionado pelas novas emissões de dívida para construção de uma estrutura de capital reforçada para a integração dos ativos adquiridos, conforme anunciado em 25 de agosto de 2023. No entanto, a administração reafirma seu compromisso por uma busca de uma estrutura de capital menos onerosa e com menor perfil de risco.

¹ O EBITDA Pro Forma informado na tabela acima refere-se aos 10 meses anteriores à aquisição de Fortunceres e Patagônia com fechamento ocorrido em 28 de outubro de 2024, apurado com base nas informações disponíveis pela Companhia produzidas durante o processo de aquisição da sociedade. Referido ajuste não foi objeto de assecuração pelos auditores independentes da Companhia.

² O indicador considera o EBITDA Ajustado pelo EBITDA pro-forma de R\$ 1.125 milhões de Fortunceres e Patagônia, no âmbito da operação objeto dos Fatos Relevantes divulgados em 28 de agosto de 2023 e 28 de outubro de 2024.

³ Exceto quando indicado de forma diversa, os montantes nesse subitem “b” estão descritos em unidade de milhão de reais (R\$).

Abaixo, apresentamos a composição do capital de terceiros e do capital próprio da Companhia, em unidade de milhão, em 31 de dezembro de 2024:

Passivo circulante	16.573,2
Passivo não circulante	25.481,5
Total do capital de terceiros	42.054,7
Patrimônio líquido	87,2
Total do capital próprio	1.619,1

Os Diretores da Companhia entendem que a estrutura de capital próprio e de terceiros, em 31 de dezembro 2024, encontra-se em linha com o curso regular dos negócios e investimentos da Companhia. Cabe destacar que grande parte do endividamento com terceiros encontra-se registrada no passivo não circulante, o que representa, em termos percentuais, em relação ao total do endividamento, 83% em 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a Companhia informa que não adota um padrão de financiamento, podendo se valer tanto de financiamento por capital próprio quanto de terceiros, escolha que se dará pela condição de mercado observada quando da ocorrência da transação, adotando a alternativa menos onerosa para Companhia e suas controladas.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos⁴

Os Diretores acreditam que a capacidade de geração de caixa da Companhia e de suas controladas, aliada à austeridade na política financeira, eficiência na gestão de capital de giro e excelência na gestão de risco, proporcionam liquidez e recursos suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem liquidados nos exercícios seguintes.

O saldo da dívida financeira líquida da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$ 15.621,2 milhões, enquanto as disponibilidades eram de R\$ 14.460,9 milhões. Já em 31 de dezembro de 2023, o saldo da dívida líquida era de R\$ 8.878,3 milhões, enquanto as disponibilidades eram de R\$ 12.678,6 milhões.

A diretoria da Companhia esclarece que essa variação se deu, principalmente, em decorrência de novas emissões de dívidas que objetivaram o pagamento da aquisição de 13 plantas industriais no Brasil, Argentina e Chile no valor total R\$ 5.680,6 milhões.

⁴ Exceto quando indicado de forma diversa, os montantes nesse subitem “c” estão descritos em unidade de milhão de reais (R\$).

Além disso, a Companhia ainda mantém em caixa o valor para o pagamento das 3 plantas adquiridas no Uruguai, que permanecem sob avaliação do órgão concorrencial do país, totalizando R\$ 675 milhões.

A Companhia também reforçou seu caixa para a manutenção de suas atividades e necessidade de capital de giro no período de integração dos novos ativos. Como exemplos, a 14^a Emissão de Debêntures não conversíveis, no montante de R\$ 2 bilhões, no qual foi realizado swap do indexador para % CDI, e a 15^a Emissão de Debêntures não conversíveis, no valor de R\$ 2 bilhões, a qual também foi realizado *swap* do indexador para % CDI.

Desta forma, a dívida líquida da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, representava 3,7x o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2023, representava 2,8x o EBITDA ajustado dos últimos 12 meses desconsiderando o adiantamento pago para aquisição dos ativos alvos da Marfrig no total de R\$ 1,5 bilhão.

A diretoria da Companhia esclarece que tal variação se deu principalmente com a saída de caixa em decorrência do pagamento de R\$ 5.680,6 milhões das plantas alvos que foram compradas da Marfrig.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes para Companhia e suas controladas tem sido a própria geração de fluxo de caixa operacional e empréstimos e financiamentos de longo e curto prazo.

Para financiar suas eventuais necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes, a Companhia também tem se utilizado de linhas de capital de giro de bancos privados e de operações de mercados de capitais brasileiro e internacional como alternativas de financiamento, adotando a alternativa menos onerosa para Companhia e suas controladas.

Para investimentos em ativos com característica permanente, quando necessário, a Companhia e suas controladas buscam financiamentos por meio de instrumentos de longo prazo disponíveis no mercado, tais como linhas de créditos dos bancos de fomento nacionais, emissão de títulos no exterior, emissão de debêntures e cédulas de crédito bancário, dentre outros.

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide o item 2.1.(f) deste Formulário de Referência.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Historicamente, as principais fontes de recursos utilizadas pela Companhia e suas controladas são (i) o caixa gerado por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos de longo e curto prazos.

Além disso, a Companhia mantém linhas de créditos com diversos bancos brasileiros e internacionais para financiar suas eventuais necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes.

A Diretoria da Companhia acredita que essas mesmas fontes de financiamento continuarão a ser suficientes para atender suas necessidades futuras de recursos, que incluem capital de giro e eventualmente para cobertura de deficiências de liquidez.

Em face de uma possível deficiência de liquidez, a Companhia pode, eventualmente, recorrer ao mercado de capitais, por meio de operações de *equity*, como estratégia para obter os recursos necessários para suprir suas necessidades financeiras. Se efetivada, a emissão de ações ou participações societárias no mercado de capitais permite que a Companhia atraia investidores dispostos a adquirir parte de seu capital social, proporcionando aumento no seu fluxo de caixa sem a necessidade de assumir dívidas adicionais.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Conforme mencionado anteriormente, os Diretores da Companhia e de suas controladas possuem estratégias e controle severo sobre os níveis de endividamento líquido do grupo, no entendimento de que a excelência nessa gestão é fundamental para o sucesso do planejamento estratégico da sua administração e, principalmente, para perpetuidade e sucesso dos negócios.

Os Diretores da Companhia, com base nas suas estratégias e no plano de negócios, entendem que a Companhia possui uma adequada estrutura de endividamento, devidamente segregada entre curto e longo prazos que permite uma confortável situação de caixa, para realização de suas atividades operacionais de curto prazo, e manutenção da saudabilidade da estrutura de capital da Companhia.

A Companhia possui diversas linhas de créditos, em bancos de primeira linha, não existindo qualquer tipo de concentração ou dependência com instituições financeiras. Adicionalmente, os Diretores ressaltam que a Companhia vem obtendo grande sucesso em operações de crédito com terceiros, angariado principalmente pela emissão de *notes* de longo prazo.

Abaixo, são apresentados os níveis de endividamento líquido e demais índices relacionados aos empréstimos e financiamentos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024:

R\$ milhões	31/12/2024
Dívida de Curto Prazo	5.109,4
% Dívida de Curto Prazo	17,0%
Moeda Nacional	896,8
Moeda Estrangeira	4.212,6
Dívida de Longo Prazo	24.972,7
%Dívida de Longo Prazo	83,0%
Moeda Nacional	6.179,7
Moeda Estrangeira	18.793,0
Dívida Total	30.082,1
Total Moeda Nacional	7.076,6
Total Moeda Estrangeira	23.005,5
(Disponibilidades)	-14.460,9
Dívida Líquida	15.621,2
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado** LTM	3,7

**O EBITDA Pro-Forma informado na tabela acima refere-se aos 10 meses anteriores à aquisição das novas plantas com fechamento ocorrido em 28 de outubro de 2024, apurado com base nas informações disponíveis pela Companhia produzidas durante o processo de aquisição da sociedade. Referido ajuste não foi objeto de asseguaração pelos auditores independentes da Companhia. O indicador considera o EBITDA Ajustado pelo EBITDA pro-forma de R\$ 1.125 milhões das novas plantas, no âmbito da operação objeto dos Fatos Relevantes divulgados em 28 de agosto de 2023 e 28 de outubro de 2024.

EBITDA 2024	3.130,2
EBITDA Pro forma novas plantas	1.125,0
EBITDA Ajustado	4.255,2

Segue abaixo tabela com a abertura de todos os financiamentos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024:

Modalidades	Encargos Financeiros Incidentes	31/12/2024
Moeda Local		
Debêntures 8ª emissão	IPCA (*)	333,7
Debêntures 9ª emissão	IPCA (*)	199,4
Debêntures 10ª emissão	IPCA (*)	2.002,9
Debêntures 11ª emissão	IPCA (*)	395,4
Debêntures 12ª emissão	IPCA (*) + <i>spread</i>	1.719,8
Debêntures 13ª emissão	IPCA (*) + <i>spread</i>	2.048,9
Debêntures 14ª emissão	Taxa Pre (*)	1.996,0
Debêntures 15ª emissão	Taxa Pre (*)	1.942,0
NCE	CDI + <i>spread</i>	1.322,8
Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio	CDI + <i>spread</i>	279,7
Cédula de Crédito à Exportação	Juros de 11,4% a.a.	86,5
Notas Comerciais	115,15% CDI	488,9
Instrumentos Financeiros de proteção – Derivativos	CDI + <i>spread</i>	-5.739,4
Total		7.076,6
Moeda Estrangeira (dólar norte-americano)		
ACCs	Juros de 6,21% a 7,77%a.a. (*)	888,3

NCE	Juros de 1,59% a 6,11% a.a. (*)	636,6
<i>Senior Unsecured Notes</i>	Variação cambial + juros	13.971,9
PPE	Variação cambial + <i>spread</i> (*)	9.010,2
<i>Secured Loan Agreement</i>	Variação cambial + juros	13,2
Outras Modalidades	Variação cambial + juros	671,5
Instrumentos Financeiros de proteção – Derivativos		-2.186,0
Total		23.005,5
Total dos Empréstimos		30.082,1
Circulante		5.109,4
Não circulante		24.972,7

(*) Operações que possuem swap %CDI

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, tem seu cronograma de amortizações escalonado ao longo dos anos, com *duration* de aproximadamente 4,4 anos.

i. contratos de empréstimos e financiamentos relevantes

A Companhia e suas controladas mantêm linhas de créditos com diversos bancos brasileiros e internacionais para financiar suas eventuais necessidades de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes.

Segue abaixo uma descrição resumida dos principais contratos de endividamento relevantes da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

Notes/títulos de dívida no exterior

Histórico da emissão de títulos de dívida no exterior

Segue abaixo um quadro com o histórico das emissões dos títulos de dívidas no exterior feito pela Companhia através de suas subsidiárias, e em seguida, a característica de cada uma.

Ano	Título/Reemissão	Valor da Emissão (em US\$)
2017	Notes 2028	500.000.0000
2021	Notes 2031	1.000.000.000
2021	Re-tap 2031	400.000.000
2023	Notes 2033	900.000.000
2023	Re-tap 2033	100.000.000

Principais características dos títulos de dívida no exterior emitidos pela Companhia

Em dezembro de 2017, a Companhia emitiu US\$ 500 milhões em *Notes* no mercado internacional com vencimento em 2028, com uma remuneração de 5,875% ao ano, parte dos recursos da operação foram utilizados para a recompra antecipada dos títulos de dívida no exterior com vencimentos previstos para 2023. Esse movimento faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da Companhia.

Em março de 2021, a Companhia concluiu a oferta no exterior do *Bond* 2031, no valor total de US\$ 1.000.000 mil. Os *Bonds* com vencimentos em 2031, foram emitidos com taxa de juros de 4,375% a.a. A emissão teve como objetivo a recompra integral das *Notes* 2026, que possuíam cupom de juros de 6,500% a.a. e vencimento em 2026. Além disso, em julho a Companhia concluiu precificação das notas adicionais ao *Bond* 21 com taxa de juros de 4,375% a.a. e vencimento em 2031, no valor total de US\$400 milhões.

Em março de 2022, a Companhia concluiu a oferta de recompra de títulos representativos de dívida emitidos no exterior (*Bonds*) com vencimento previsto para 2028 e 2031, por meio da oferta de recompra antecipada foram recomprados US\$ 89.405 (R\$ 423.583, àquela data) referente aos *bonds* 2028 e US\$ 42.217 (R\$ 200.016, àquela data) referente aos *bonds* 2031.

Em julho de 2022, a Companhia concluiu a oferta de recompra e cancelamento de *Bonds* com vencimento previsto para 2028 e 2031, por meio da oferta de recompra antecipada foram recomprados US\$ 12.758 (R\$ 69.850, àquela data) referente aos *bonds* 2028 e US\$ 55.857 (R\$ 305.817, àquela data) referente aos *bonds* 2031.

Em setembro de 2023, a Companhia concluiu a oferta no exterior do *Bond* 2033, no valor inicial de US\$ 900.000 mil e *Retap* de US\$ 100.000 mil. Os *Bonds* com vencimentos em 2033, foram emitidos com taxa de juros de 8,875%. Os recursos líquidos decorrentes da Oferta deverão ser destinados ao financiamento das parcelas

do saldo remanescente relacionados às operações divulgadas pela Companhia no Fato Relevante de 28 de agosto de 2023, envolvendo a aquisição, pela Companhia e sua controlada Athn Foods Holdings S.A., de determinados estabelecimentos comerciais e industriais e ativos da Marfrig Global Foods S.A. ou, caso referida aquisição não seja concluída, para o pagamento de dívidas da Companhia ou para a recompra das Notas, sendo que os recursos líquidos remanescentes serão destinados para fins corporativos gerais.

As *Notes* e as debêntures contêm previsão da manutenção de um *covenant* financeiro através do qual se mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

As principais cláusulas de vencimento antecipado das *Notes* são: (i) o não cumprimento das obrigações previstas no *Offering Memorandum* referente às *Notes*, em especial a limitação de distribuição de dividendos e alteração do controle societário, e (ii) o não pagamento de qualquer *note* quando estiver vencida.

As *Notes* e as debêntures contêm previsão da manutenção de um *covenant* financeiro através do qual se mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização) a 3,5 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses, conforme explicado no item 2.1.f.iv abaixo

Debêntures 2026 (8ª emissão)

Em maio de 2020, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis em ações sem garantia real em 2 tranches, com um valor principal total de R\$ 600,0 milhões. A primeira tranche tem um valor principal agregado de R\$ 400,0 milhões com vencimento em 13 de maio de 2025. A segunda tranche tem um valor principal agregado de R\$ 200,0 milhões com vencimento em 13 de maio de 2026. As debêntures têm um *swap* percentual de CDI, resultando em uma taxa de juros de 160% do CDI. Os recursos líquidos das debêntures foram utilizados nas atividades do agronegócio e no relacionamento com os produtores rurais, no âmbito da indústria e do comércio de carnes. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto da 8ª Emissão era de R\$ 333,7 milhões.

Debêntures 2025 (9ª emissão)

Em junho de 2020, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis com garantia real em uma série, com valor principal de R\$ 600,0 milhões, com vencimento em 12 de junho de 2025. As debêntures possuem *swap* percentual do CDI, como resultado, a taxa de juros final é de 160 % da taxa do CDI. Os recursos líquidos das debêntures

foram utilizados nas atividades do agronegócio e no relacionamento com os produtores rurais, no âmbito da indústria e do comércio de carnes. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto da 9ª Emissão era de R\$ 199,4 milhões.

Debêntures 2031 (10ª emissão)

Em abril de 2021, a Companhia emitiu debêntures não conversíveis em 2 tranches, com um valor principal total de R\$ 1.600.000 mil. A primeira tranche tem um valor principal agregado de R\$ 1.200.000 mil com vencimento em 12 de abril de 2028, com remuneração de 5,5034% a.a., atualizado pelo IPCA. A segunda tranche tem um valor principal agregado de R\$ 400.000 mil com vencimento em 10 de abril de 2031 com remuneração de 5,5780% a.a., atualizado pelo IPCA. Os recursos da operação serão utilizados para reforçar a estrutura de capital da Companhia, com foco na redução de dívidas em moeda estrangeira que apresentarem custo mais elevado. Com esse movimento, a Diretoria espera uma redução adicional no custo de endividamento desta parcela em aproximadamente 250 bps por ano. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto da 10ª Emissão era de R\$ 2,0 bilhões.

Debêntures 2026 (11ª emissão)

Em outubro de 2021, foram emitidas debêntures em série única, com um principal no valor de R\$ 400.000 mil, com vencimento em 15 de outubro de 2026 e taxa de juros de CDI mais 1,60% ao ano. Os recursos foram utilizados para pagamento da 6ª Emissão de Debêntures com custo da dívida de CDI mais 1,80% ao ano e vencimento em 15 de maio de 2022, assim, resultando no alongamento do perfil do endividamento e na redução do custo anual dessa dívida, que se traduzirá em um menor nível de despesa financeira. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto da 11ª Emissão era de R\$ 395,4 milhões.

Debêntures 2029 (12ª emissão)

Em julho de 2022, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 1.500.000 mil, com vencimento em 12 de julho de 2029. O total do principal é de R\$ 1.500.000 mil e sua remuneração corresponde à IPCA acrescida de uma sobretaxa equivalente à 7,2063% a.a. A referida captação possui *swap* de % CDI, no qual o custo final da operação ficou em 113,5% de CDI. Os recursos obtidos com essa emissão, foram destinados integral e exclusivamente às suas atividades no agronegócio e relações com produtos rurais. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto da 12ª Emissão era de R\$ 1,7 bilhão.

Debêntures 2028 (13ª emissão)

Em setembro de 2023, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 2.000.000 mil em 4 séries, sendo a 1ª série no montante de R\$ 500.000 mil, com vencimento em 13 de setembro de 2028 e taxa de juros CDI + 1,50% ao ano, a 2ª série no montante de R\$ 438.015 mil, com vencimento em 13 de setembro de 2028 e taxa de juros de 13,0304% ao ano, a 3ª série no montante de R\$ 643.236 mil, com vencimento em 12 de setembro de 2030 e taxa de juros de IPCA+7,5408% ao ano e a 4ª série no montante de R\$ 418.722 mil, com vencimento em 12 de setembro de 2023 e taxa de juros de 13,5123% ao ano. Os recursos obtidos com essa emissão, serão destinados integral e exclusivamente ao reembolso de gastos, custos e despesas já incorridos no 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de encerramento da respectiva oferta. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto da 13ª Emissão era de R\$ R\$ 2,0 bilhões.

Debêntures 2029 (14ª emissão)

Em março de 2024, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 2.000.000 mil em 3 séries, sendo a 1ª série no montante de R\$ 359.943 mil, com vencimento em 15 de março de 2029 e taxa de juros CDI + 1,10% ao ano, a 2ª série no montante de R\$ 611.831 mil, com vencimento em 15 de março de 2029 e taxa de juros de 11,81% ao ano e a 3ª série no montante de R\$ 1.028.226 mil, com vencimento em 17 de março de 2031 e taxa de juros de 12,16% ao ano. Os recursos obtidos com essa emissão, foram destinados integral e exclusivamente às suas atividades no agronegócio e relações com produtos rurais. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto da 14ª Emissão era de R\$ 2,0 bilhões.

Debêntures 2029 (15ª emissão)

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 2.000.000 mil em 5 séries, sendo a 1ª série no montante de R\$ 576.440 mil, com vencimento em 13 de novembro de 2029 e taxa de juros em 105% do CDI ao ano, a 2ª série no montante de R\$ 458.640 mil, com vencimento em 13 de novembro de 2029 e taxa de juros de 14,14% ao ano, a 3ª série no montante de R\$ 70.529 mil, com vencimento em 13 de novembro de 2031 e taxa de juros de CDI + 0,40% ao ano, a 4ª série no montante de R\$ 92.140 mil, com vencimento em 13 de novembro de 2031 e taxa de juros de 14,15% ao ano e a 5ª série no montante de R\$ 802.251 mil, com vencimento em 13 de novembro de 2034 e taxa de juros de 14,68% ao ano. Os recursos obtidos com essa emissão, foram destinados integral e exclusivamente às suas atividades no agronegócio e relações com produtos

rurais. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto da 15ª Emissão era de R\$ 1,9 bilhão.

NCE

Emitimos notas de crédito à exportação denominadas em reais e em dólares, ou NCEs, que rendem juros a taxas fixas. Algumas de nossas NCEs denominadas em reais foram garantidas pela VDQ e as NCEs denominadas em dólares foram protegidas contra flutuações do dólar em relação ao real por meio de *swaps* cambiais. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto de nossas NCEs denominadas em reais ou NCEs denominadas em dólares era de R\$ 2,0 bilhões.

Notas Comerciais

Em março de 2024 a Companhia emitiu 500.000 notas comerciais escriturais, em série única, integrantes da 1ª emissão, as quais foram emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, portanto perfazendo um montante de R\$ 500.000.000,00. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto das notas comerciais era de R\$ 488,9 milhões.

ACC

Firmamos contratos de adiantamento de câmbio, ou ACCs, com bancos comerciais, que rendem juros a taxas fixas. Alguns de nossos ACCs contêm *covenants* financeiros de índice de dívida líquida sobre EBITDA a 3,5x, conforme explicado no item 2.1.f.iv abaixo. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo total em aberto de nossos ACCs era de R\$ R\$ 888,3 milhões.

Abaixo consta o cronograma de amortização das dívidas em 31/12/2024, a qual 83% encontram-se no longo prazo.



ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo entre a Companhia e/ou suas controladas com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 2.1(f)(i) acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

A Diretoria da Companhia esclarece que não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que para determinadas dívidas foram oferecidas garantias reais, que poderão ser executadas para quitação ou amortização das referidas dívidas.

Com relação às obrigações registradas nas Demonstrações Financeiras da Companhia e descritas na tabela abaixo, em caso de concurso de credores deverá ser seguida a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei n.º 11.101/2005, qual seja, créditos trabalhistas, tributários, com garantia real e quirografários.

Tipo de Crédito	31/12/2024
Com Garantia Real	0,04%
Quirografário	99,96%

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Além das restrições que estão descritas no item 2.1.(f).(i) acima, cumpre destacar as seguintes principais restrições às quais a Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas com base nos instrumentos de endividamento:

A Diretoria destaca que as *Notes* e as debêntures contêm previsão da manutenção de um *covenant* financeiro, por meio do qual se mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

O índice contratual de ambos os instrumentos indica que o nível de cobertura da dívida não pode ultrapassar 3,5 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Para estes fins, considera-se: (I) “Dívida Líquida” - a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, desconsiderando as variações cambiais ocorridas no período desde a captação da dívida, diminuído do somatório de (i) disponibilidades (conforme

definido abaixo) e (ii) “expurgos” (conforme definido abaixo); (II) “Disponibilidades” - a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da Companhia: “Caixa e equivalentes de caixa” e “Títulos e valores mobiliários”; (III) “Expurgos” - uma série de exceções, incluindo, mas não limitando à variação cambial desde a emissão do título, ou dívidas permitidas, relacionadas a transações específicas. Em resumo, essas exceções incluem refinanciamentos de dívidas existentes, diante determinadas circunstâncias e captações de dívidas para diversas aplicações, algumas das quais para fins específicos, num total de US\$ 308.000.000, além disso, todas as despesas relacionadas à variação cambial desde a emissão dos referidos títulos também é considerado para efeito de expurgo; (IV) “EBITDA” - o valor calculado pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de: (i) custo dos serviços prestados, (ii) despesas administrativas, somadas de despesas de depreciação e amortização, (b) resultado financeiro líquido, (c) resultado com equivalência patrimonial e (d) impostos diretos. Vale ressaltar, ainda, que os *covenants* financeiros se referem à permissão ou não para incorrer em novas dívidas, executando-se para tanto, todas as novas dívidas referentes a refinanciamento, além de um montante pré-definido para linhas de capital de giro e investimentos. Os *covenants* são calculados com base nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os Diretores afirmam que, com base nesse cálculo, os *covenants* financeiros estão sendo devidamente cumpridos.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Diretoria da Companhia esclarece que não há limites de financiamentos já contratados, mas ainda não utilizados pela Companhia.

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As informações referentes às demonstrações de resultado e fluxo de caixa consolidados relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas ou revisadas pelos auditores independentes da Companhia, conforme indicado nos respectivos pareceres.

A Diretoria entende que as demonstrações financeiras individuais e informações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro,

International Financial Reporting Standards – IFRS, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM.

Os Diretores da Companhia esclarecem a composição de alguns itens das demonstrações financeiras, conforme abaixo:

Receita Bruta de Vendas: A receita bruta de vendas é composta por receitas provenientes da comercialização de cortes de carne bovina *in natura* a partir do abate de gado, bem como de seus subprodutos do abate como, por exemplo, couros, miúdos, entre outros. Adicionalmente, a Companhia possui a divisão “Outros”, a qual corresponde a menos de 10% do consolidado, consistindo na prestação de serviços de comercialização de produtos alimentícios, chamadas então de “*Trading*” e comercialização de energia.

Custo dos Produtos Vendidos: O custo dos produtos vendidos é composto basicamente pelos custos na aquisição de matérias-primas, sendo que o principal insumo é o gado. Outros custos, como o de produção (incluindo embalagens, insumos e energia elétrica) e de mão-de-obra direta e indireta, considerados como gastos gerais de fabricação – GGF, compõem o custo dos produtos vendidos.

Despesas Operacionais: As despesas operacionais consistem principalmente em: (i) Despesas Administrativas e Gerais e (ii) Despesas com Vendas.

As despesas administrativas e gerais incluem, basicamente, gastos com administradores e escritório.

As despesas com vendas incluem, principalmente, gastos com publicidade, gastos com equipe de vendas, comissões a vendedores, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras despesas relacionadas.

Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro inclui receitas e despesas de juros, tributos incidentes sobre receitas financeiras, variação monetária e ganhos (perdas) cambiais líquidos, bem como ganhos (perdas) realizados e não realizados em derivativos.

Comparação das Demonstrações de Resultado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Os diretores da Companhia apresentam na tabela abaixo (em unidades de milhão de R\$) os valores relativos à demonstração de resultado consolidado para os exercícios

sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, seguidos de sua análise sobre as variações ocorridas entre os períodos.

Demonstrações de Resultado Consolidadas	31/12/2024	AV%	31/12/2023	AV%	AH %
Receita Bruta de Vendas	36.339,2	106,7%	28.642,5	106,5%	26,9%
Receita Bruta no Mercado Interno	15.296,9	44,9%	10.025,4	37,3%	52,6%
Receita Bruta Mercado Externo	21.042,2	61,8%	18.617,1	69,2%	13,0%
Deduções da receita – impostos incidentes e outros	-2.270,3	-6,7%	-1.750,9	-6,5%	29,7%
Receita líquida de vendas (RLV)	34.068,9	100,0%	26.891,6	100,0%	26,7%
Custo dos produtos vendidos	-27.065,6	-79,4%	-21.378,1	-79,5%	26,6%
Resultado bruto	7.003,3	20,6%	5.513,5	20,5%	27,0%
Despesas comerciais	-2.781,8	-8,2%	-2.157,1	-8,0%	29,0%
Despesas administrativas e gerais	-1.855,4	-5,4%	-1.326,6	-4,9%	39,9%
Outras receitas (despesas) operacionais	95,4	0,3%	20,4	0,1%	367,5%
Redução ao valor recuperável de ativo	-33,6	-0,1%	0	0%	n.a.
Despesas financeiras	-1.811,0	-5,3%	-1.963,6	-7,3%	-7,8%
Receitas financeiras	968,8	2,8%	387,0	1,4%	150,4%
Correção Monetária	-107,8	-0,3%	-53,1	-0,2%	103,1%
Variação Cambial	-2.982,9	-8,8%	-79,4	-0,3%	3.659,0%
Lucro (prejuízo) antes da provisão para o IR e CS	-1.505,0	-4,4%	341,2	1,3%	n.a.
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-112,8	-0,3%	-26,2	-0,1%	329,8%
Imposto de renda e contribuição social – diferido	54,0	0,2%	80,6	0,3%	-33,1%
Lucro (prejuízo) consolidado do período	-1.563,8	-4,6%	395,5	1,5%	n.a.
Lucro (prejuízo) atribuído aos controladores	-1.558,7	-4,6%	421,1	1,6%	n.a.
Lucro (prejuízo) atribuído aos minoritários	-5,1	0,0%	-25,5	-0,1%	-80,0%

Receita Bruta de Vendas: A Receita Bruta Consolidada da Companhia atingiu R\$ 36,3 bilhões em 2024, o que representa um crescimento de 26,9% com relação a Receita Bruta de 2023, que atingiu o patamar de R\$ 28,6 bilhões. No período, as exportações atingiram 58% da Receita Bruta da Minerva, mantendo a Companhia como a líder em exportação de carne bovina na América do Sul, com aproximadamente 20% de market share. A Receita Bruta do Mercado Interno também teve um crescimento expressivo de 52,6%, atingindo R\$ 15,3 bilhões, esse aumento é reflexo de uma melhor e mais forte demanda por carne bovina no Brasil. Os Diretores da Companhia destacam que o desempenho é reflexo dos níveis de exportações crescentes para regiões com maior rentabilidade como a região do NAFTA e também a recente retomada da demanda asiática.

Custo dos Produtos Vendidos: O Custo dos Produtos Vendidos totalizou R\$ 27,1 bilhões em 2024, que representa um aumento de 26,6% com relação ao exercício social de 2023, cujos custos atingiram R\$ 21,4 bilhões. O aumento no CPV é reflexo direto do aumento do abate, além de um aumento significativo no preço da arroba do boi no segundo semestre do ano.

Despesas Comerciais: As despesas comerciais aumentaram 29,0% em 2024 e totalizaram R\$ 2.781,8 milhões. As despesas comerciais corresponderam a 8,2% da receita líquida em 2024, em linha com os níveis de 2023. O crescimento das despesas comerciais está alinhado com o crescimento da receita, ademais, vale destacar que dentro da rubrica de despesas comerciais temos inúmeros itens que são dolarizados, como por exemplo frete, ficando assim exposta a flutuação do câmbio, portanto, impactado pela forte depreciação do real.

Despesas Administrativas e Gerais: As despesas administrativas e gerais totalizaram R\$ 1.855,4 milhões, crescimento de 39,9% quando comparado ao período de 2023. O aumento na linha ocorre devido ao crescimento da base de ativos e por conta do início do processo de integração.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais: As receitas operacionais sofreram um aumento de 367,5%, perfazendo R\$ 95,4 milhões no ano de 2024. Esse aumento é efeito do estorno de operações comerciais.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras totalizaram R\$ 1.811,0 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, ante R\$ 1.963,6 milhões no mesmo período de 2023. A diminuição dessas despesas, mesmo face a um maior nível de endividamento, bruto, é reflexo da execução do

hedge cambial mais eficiente durante o ano de 2024 que atingiu o valor de R\$ 1.561,0 milhões positivos, frente a R\$ 75,8 milhões negativos em 2023.

Depreciações e Amortizações: As rubricas de depreciação e amortização totalizaram R\$ 668,7 bilhões em 2024, um crescimento de 30% com relação ao exercício social de 2023, explicado especialmente pelo aumento da base de ativos, com a conclusão da aquisição da BPU em agosto de 2023, e com impacto ao longo de 2024. Além do impacto da aquisição das 13 novas plantas no Brasil, Argentina e Chile no último trimestre do ano.

Encargos Financeiros: A rubrica de encargos financeiros totalizou R\$ 3,0 bilhões em 2024, aumento de 86% com relação ao exercício social de 2023, em especial por conta do maior nível do endividamento bruto da Companhia.

Estoques: A rubrica de estoque totalizou R\$ 4,1 bilhões em 2024, uma expansão de 104% ante o exercício social de 2023, explicado pelo maior volume operacional no período além de decisões estratégicas na composição do estoque ao final de 2024, de modo a aproveitar a aceleração da demanda norte-americana no início do ano subsequente.

Fornecedores: A rubrica de fornecedores totalizou R\$ 6,1 bilhões em 2024, que representa um crescimento de 65% com relação ao exercício social de 2023, por conta do maior volume operacional no período e, ainda, da capacidade da Companhia negociar condições mais favoráveis no relacionamento comercial junto a seus fornecedores, no caso notadamente no fornecimento de gado, em particular com o alongamento de prazos.

Outras Contas a Pagar: A linha de outras contas a pagar totalizou R\$ 4,6 bilhões em 2024, que representa um aumento de 154% com relação ao exercício social de 2023. O principal impacto denota uma maior operação da Companhia, bem como um adiantamento de clientes de exportação, como por exemplo clientes do sudeste asiático e do oriente médio, clientes que geralmente possuem uma nota de crédito menor portanto exigindo um maior adiantamento.

Variação Cambial: A linha de variação cambial sofreu um aumento de 3.659,0%, devido a apreciação do dólar ao longo do ano, o que implica em um efeito não-caixa nas dívidas no exterior.

Comparação das Demonstrações de Fluxo de Caixa nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Os diretores da Companhia apresentam na tabela abaixo os valores relativos à demonstração de fluxo de caixa consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, seguidos de sua análise sobre as variações ocorridas entre os períodos.

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2024	AV%	31/12/2023	AV%	AH%
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado do exercício	-1.563,8	-23,9%	395,5	14,7%	n.a.
Ajustes para conciliar o lucro / prejuízo líquido pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	668,7	10,2%	512,4	19,0%	30,5%
Perda estimada com crédito da liquidação duvidosa	27,1	0,4%	11,1	0,4%	143,9%
Resultado na venda do imobilizado	5,6	0,1%	15,6	0,6%	-63,7%
Valor justo de ativos biológicos	-12,5	-0,2%	38,0	1,4%	n.a.
Efeito líquido na combinação de negócios/transações não caixa	-	0,0%	-264,3	-9,8%	n.a.
Realização dos tributos diferidos	-54,0	-0,8%	-80,6	-3,0%	-33,1%
Encargos financeiros	1.837,2	28,0%	1.639,0	60,8%	12,1%
Variação cambial não realizada	4.537,9	69,2%	249,2	9,2%	1.721,0%
Correção monetária	107,8	1,6%	53,1	2,0%	103,1%
Provisão para riscos processuais	-1,8	0,0%	-22,7	-0,8%	-92,0%
Instrumentos patrimoniais outorgados	36,6	0,6%	31,4	1,2%	16,6%
Provisão p/ redução ao valor recuperável de ativo	33,4	0,5%	-	0,0%	n.a.
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-1.947,2	-29,7%	120,2	4,5%	n.a.
Estoques	-2.091,9	-31,9%	-273,5	-10,1%	664,9%
Ativos biológicos	45,3	0,7%	61,4	2,3%	-26,2%
Tributos a recuperar	-509,5	-7,8%	225,9	8,4%	n.a.
Depósitos judiciais	1,1	0,0%	8,4	0,3%	-87,4%

Fornecedores	2.420,1	36,9%	99,1	3,7%	2.343,2%
Obrigações trabalhistas e tributárias	296,0	4,5%	0,2	0,0%	138.844,6%
Outras contas a pagar	2.720,4	41,5%	-121,7	-4,5%	n.a.
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	6.556,5	100,0%	2.697,5	100,0%	143,1%
Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento					
Adiantamento para aquisição de investimento	1.500,0	-23,2%	-1.500,0	60,4%	n.a.
Aquisição de investimentos	-7.223,2	111,7%	-269,0	10,8%	2.585,5%
Aquisição de intangível, líquido	-25,7	0,4%	-21,6	0,9%	19,1%
Aquisição de imobilizado, líquido	-717,1	11,1%	-693,3	27,9%	3,4%
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	-6.465,9	100,0%	-2.483,9	100,0%	160,3%
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento					
Empréstimos e financiamentos tomados	10.893,1	1.362,2%	9.532,6	178,0%	14,3%
Empréstimos e financiamentos liquidados	-10.154,3	-1.269,8%	-3.808,4	-71,1%	166,6%
Arrendamento mercantil	-15,0	-1,9%	-10,5	-0,2%	42,7%
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	0,0%	-181,3	-3,4%	n.a.
Distribuição de dividendos intercalares	-	0,0%	-114,0	-2,1%	n.a.
Participação de não controladores	80,7	10,1%	-70,5	-1,3%	n.a.
(-) Alienação de ações em tesouraria	-4,8	-0,6%	6,1	0,1%	n.a.
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamento	799,7	100,0%	5.354,0	100,0%	-85,1%
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	892,1	6,2%	39,5	0,3%	2.159,9%

Aumento/ (diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa	1.782,3		5.607,1		-68,2%
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	12.678,6		7.071,5		79,3%
No fim do exercício	14.460,9		12.678,6		14,1%
Aumento/ (diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa	1.782,3		5.607,1		-68,2%

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais (FCO): O FCO da Minerva encerrou o ano de 2024 totalizando R\$ 6.556,5 milhões, aumento de 143% quando comparado ao FCO de 2023. O FCO foi impactado principalmente pela linha de Variação Cambial não realizada, Estoques, Fornecedores e Outras contas a pagar.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos (FCI): O FCI da Minerva, em 2024, totalizou R\$ 6.465,9 milhões, 160,3% maior do que em 2023. O aumento do consumo de caixa para investimentos neste ano é reflexo das aquisições dos ativos alvos totalizando R\$ 5.723,2. milhões.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento (FCF): Em 2024, o FCF da Minerva totalizou R\$ 799,7 milhões. O caixa das atividades de financiamento sofreu uma redução quando comparado ao ano de 2023 devido a linha de empréstimos e financiamentos liquidados que sofreu um aumento de 166,6% devido à política de liability management, o qual, por meio das novas emissões, liquidou dívidas mais onerosas.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os Diretores da Companhia entendem que a base de sustentação de suas receitas e consequentemente de suas operações, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, está nas receitas provenientes da venda carne bovina *in natura* e seus derivados.

Com o objetivo de melhorar a comunicação com o mercado e posicionando a Minerva Foods como uma Companhia global, os Diretores da Companhia, a partir de 2022, decidiram adotar uma nova estrutura de divulgação de suas receitas, consolidando as informações de performance e apresentando informações de Receita Bruta e Volume de Vendas segregado por países de atuação. Além da divisão “Outros”, que concentra os segmentos de exportações gado vivo, *trading* de proteínas e energia, revenda de produtos de terceiros e operações de Austrália.

Em 2024, a receita bruta do Brasil totalizou R\$ 17,4 bilhões, o que correspondeu a um crescimento de 28,5% quando comparada à receita bruta registrada em 2023. A Diretoria da Companhia entende que esse resultado representa um bom desempenho principalmente das exportações, com destaque para Brasil e Paraguai, impulsionado principalmente pela demanda advinda da região do NAFTA e também do sudeste asiático. A divisão “Outros” apresentou uma alta de 9,0% comparada a 2023, com uma Receita Bruta de R\$ 1,7 bilhões em 2024, devido a melhora no resultado da subsidiária de energia da Minerva.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia entendem que, entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a situação financeira e o resultado das operações da Companhia e de suas controladas foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macroeconômico, taxa de desemprego, disponibilidade de crédito, nível de juros básicos e o nível de média salarial observados nos seus respectivos países de atuação.

Os Diretores da Companhia entendem que variáveis, como, por exemplo, o desenvolvimento macroeconômico, taxa de desemprego e a média salarial dos países, podem afetar positiva ou negativamente a receita da Companhia e de suas

controladas, pois impactam diretamente o poder de consumo dos consumidores. Adicionalmente, podem ocasionar variações positivas ou negativas nos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais da Companhia e de suas controladas, devido à oferta e demanda de mão de obra. Os Diretores da Companhia acreditam que a disponibilidade de crédito e o comportamento consistente na gestão dos passivos da Companhia podem afetar positivamente as despesas financeiras, bem como a capacidade da Companhia de fazer investimentos no curto, médio e longo prazos. Pode-se citar a expansão da renda, principalmente nos países emergentes que têm patrocinado o consumo e a demanda por carne bovina.

Ambiente Econômico

O mercado interno representou 42,1% e 35,0% da receita bruta de vendas da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente. Dessa forma, a condição financeira e resultados operacionais da Companhia são afetados por desenvolvimentos macroeconômicos, incluindo, entre outras medidas, taxa de desemprego, disponibilidade de crédito, taxas de juros e salários médios nos países em que a Companhia opera. Esses fatores variáveis podem afetar positiva ou negativamente a receita da Companhia e afetar diretamente o poder de compra dos consumidores. Além disso, a oferta e a demanda de mão-de-obra podem, positiva ou negativamente, afetar os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia. A disponibilidade de crédito e a administração dos passivos da Companhia podem afetar positiva ou negativamente os custos financeiros, bem como a capacidade da Companhia de realizar certos investimentos de curto e médio prazos. Um aumento na renda disponível, especialmente em países de mercados emergentes, geralmente resulta em aumento do consumo e da demanda por carne bovina. A Companhia acredita que os seus resultados operacionais e condição financeira continuarão sendo afetados pela taxa de crescimento do PIB brasileiro e pelas flutuações na demanda por produtos da Companhia no Brasil. O crescimento do PIB brasileiro flutuou significativamente nos últimos anos e a Companhia acredita que seguiremos essa tendência no futuro.

Os Diretores da Companhia entendem que fatores econômicos como crescimento do PIB e flutuações no preço da carne impactam diretamente as suas operações, que são sensíveis a essas variações. O crescimento do PIB estimula o mercado doméstico com relação ao consumo de carne e seus derivados. Entretanto, o aumento no preço do gado interfere nessa relação de aumento de consumo no

mercado interno, pois, ainda que a capacidade econômica da população também aumente, a variação de preço pode interferir no incremento deste consumo.

Os Diretores da Companhia entendem que, em cenários como os vivenciados nos exercícios sociais de 2023 e 2024 foram marcados pela desvalorização acentuada da moeda brasileira frente à norte-americana e baixo crescimento do PIB, movimentos de direcionamento da produção para o mercado externo e a procura do consumidor interno por proteínas substitutas são cenários naturais. Contudo, na visão dos Diretores, com o passar do tempo, a demanda interna tende a se ajustar e o consumidor interno deve voltar a procurar por proteína bovina.

Os Diretores da Companhia, diante dos desafios enfrentados no cenário macroeconômico mundial e brasileiro nos últimos anos, entendem que a Companhia tem superado com sucesso e se adaptado facilmente às diversas condições impostas pelos cenários econômicos e financeiros adversos. Em 2024, a receita líquida da Companhia atingiu R\$ 34,1 bilhões, representando 27% de alta em relação a 2023.

Efeitos das flutuações no preço da carne e do gado

Os Diretores da Companhia entendem que flutuações do preço do mercado doméstico e internacional de carne bovina podem afetar significativamente sua receita operacional líquida e de suas controladas, assim como as flutuações do preço no mercado interno de bovinos podem ter efeitos significativos sobre os custos das mercadorias vendidas pela Companhia e suas controladas. O preço da carne bovina nacional é definido geralmente por condições de mercado, as quais a Companhia não controla. Os preços no mercado doméstico e internacional dos produtos da Companhia e de suas controladas têm flutuado significativamente, e os Diretores da Companhia acreditam que os preços continuarão a flutuar. Muitos fatores determinam a flutuação dos preços das commodities, e esses fatores podem afetar significativamente as margens da indústria do agronegócio. A flutuação do preço do gado em certas regiões do Brasil é normal na indústria pecuária, pois a criação do gado é realizada em ciclos de curto e longo prazos. A criação de gado em ciclos é determinada pelas condições meteorológicas, ou seja, períodos de chuva e seca interferem nas relações de oferta e procura e afetam os preços de mercado. Quaisquer alterações nas restrições sanitárias ou focos de febre aftosa também podem causar prejuízos aos pecuaristas.

Aumentos significativos nos preços domésticos e internacionais dos produtos da Companhia e de suas controladas podem aumentar a receita bruta e seus

resultados, na medida em que a Companhia e suas controladas forem capazes de manter as margens operacionais e na medida em que o aumento nos preços não reduza os volumes de comercialização dos seus produtos. Inversamente, quedas significativas nos preços domésticos e internacionais dos produtos podem reduzir a receita líquida de vendas e resultados da Companhia e suas controladas, se ela não for capaz de aumentar suas margens operacionais ou estes preços reduzidos não resultarem em maiores volumes de vendas dos produtos.

Os Diretores da Companhia avaliam que, apesar das fortes flutuações ocorridas no preço do gado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024 a excelência na gestão dos riscos envolvidos na aquisição de gado, a constante busca por redução de seus custos operacionais, e avaliação detalhada das melhores alternativas de vendas, entre mercado interno e externo, possibilitaram a Companhia e suas controladas diluírem melhor os efeitos dessas flutuações e aumentarem suas receitas no mesmo período.

Efeito de níveis de exportação

Em geral, os preços dos produtos da Companhia vendidos fora do Brasil são maiores do que os preços dos produtos vendidos no mercado interno. Os Diretores da Companhia entendem que a diferença de preços se deve a vários fatores, incluindo:

- Aumento dos preços de algumas *commodities* nos países desenvolvidos, comparados com os preços das mesmas *commodities* nos países em desenvolvimento;
- Aumento dos custos de transporte de produtos fora do Brasil;
- Armazenagem e outros custos de logística; e
- Tarifas e taxas aplicáveis.

Os Diretores da Companhia entendem que a capacidade de exportar os produtos depende de vários fatores, incluindo **(i)** o nível de crescimento econômico nos mercados de exportação, **(ii)** outras condições econômicas nos mercados de exportação (incluindo as taxas de inflação prevalecentes, taxas de juros e câmbio de moeda estrangeira) e **(iii)** flutuações na demanda mundial pelos produtos da Companhia, inclusive em decorrência de surtos de doenças do gado e restrições

comerciais. Quaisquer mudanças nestes fatores podem afetar as exportações e os resultados operacionais da Companhia.

As exportações representam uma parcela significativa da receita bruta da Companhia e de suas controladas. Em 2023 e 2024, as receitas com as exportações representaram 65,0% e 58% da receita bruta de vendas, respectivamente. Novamente, os Diretores da Companhia acreditam que oscilações dos níveis de exportações estão totalmente em linha com as estratégias da Companhia, que redireciona suas vendas para os mercados mais rentáveis, buscando constantemente melhoria de suas margens de contribuição. O forte conhecimento do mercado e as ferramentas sistêmicas e estratégicas da Companhia possibilita a tomada de decisões tempestivas na definição dos melhores mercados a serem atingidos, buscando sempre a melhoria nas margens de contribuição.

Por fim, os Diretores ressaltam que os países para os quais a Companhia exporta seus produtos podem proibir a compra de produtos por períodos indeterminados, por diversas razões, incluindo alterações na legislação aplicável, ou até mesmo em função de doenças que afetem bovinos, suínos ou frango nos países em que a Companhia atua, tal como o fator de risco da Companhia descrito no item 4.1(a) do Formulário de Referência.

Efeitos dos impostos sobre o lucro

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia está sujeita ao pagamento de tributos federais e estaduais que podem afetar suas operações e resultados operacionais. Em termos gerais, alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social é de 34%. As exportações estão isentas do Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O PIS e a COFINS são tributos federais brasileiros que foram criados para financiar os planos de assistência do governo brasileiro contra o desemprego, seguridade social e outros programas sociais. Nos termos da legislação brasileira que rege esses tributos, o PIS e a COFINS são cobrados de empresas que exportam, no que se refere às compras de matérias-primas, tais como bovinos vivos. Até outubro de 2009, a Companhia recolheu o PIS a uma taxa de 1,65% e a COFINS a uma taxa de 7,6% com base no sistema “não cumulativo” de tributação. Em 1º de novembro de 2009, nos termos da Lei nº 12.058 de 13 de outubro de 2009, ou Lei nº 12.058,

a cobrança do PIS e da COFINS em relação a vendas internas de produtos de carne também foi integralmente desonerada.

A cobrança do PIS e da COFINS no regime não-cumulativo dá origem ao reconhecimento de créditos fiscais para as empresas que exportam. A Companhia e suas controladas tinham acumulado créditos fiscais no valor total de R\$ 242,2 milhões em 31 de dezembro de 2024 (comparado à R\$ 201,2 milhões em 31 de dezembro de 2023). Antes da entrada em vigor da Lei n.º 12.058/09, a Companhia foi autorizada a aplicar créditos de PIS e COFINS para o pagamento de outros impostos federais devidos ou aplicar tais créditos nas compras de matérias-primas.

A Companhia gera créditos de ICMS a partir da diferença entre os créditos fiscais recebidos em conexão com a compra de gado vivo, materiais de embalagem, produtos químicos e outros produtos em todos os Estados em que a Companhia e suas controladas operam e os débitos fiscais decorrentes das suas vendas no mercado interno. Como os produtos que a Companhia e suas controladas exportam são isentos de ICMS no Brasil, e levando em conta que cerca de 58% do seu faturamento bruto é derivado de exportações, a Companhia possuía créditos acumulados de ICMS no valor total de R\$ 67,1 milhões em 31 de dezembro de 2024 (comparado à R\$ 57,5 milhões em 31 de dezembro de 2023), os quais são utilizados para aquisição de matérias-primas, embalagens, equipamentos e veículos utilizados na sua cadeia de produção. A Companhia também vende uma parcela dos créditos de ICMS para terceiros.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia entendem que sua receita é impactada diretamente por variações nos níveis de demanda, assim como nossos preços dos produtos. Em 2024, a receita líquida da Companhia atingiu R\$ 34,1 bilhões, crescimento de 26,7% à receita líquida apurada no ano anterior. Os Diretores consideram que a Companhia apresenta bons níveis ainda devido ao desempenho das exportações, com destaque especial à demanda asiática e também da região do NAFTA.

Os Diretores da Companhia entendem que os principais impactos nas variações de receitas, entre os exercícios de 2023 e 2024 devem-se às alterações de volumes de vendas e preços dos produtos da Companhia nos diversos países consumidores, passando do volume de 1.290,3 mil toneladas em 2023 para 1.502,8 mil toneladas em 2024.

Os Diretores da Companhia entendem que o fator inflação não ocasionou impactos significativos nas vendas e margens da Companhia no exercício social encerrado em 2024. Os Diretores da Companhia destacam que as variações na taxa de câmbio são devidamente controladas, para não impactarem de forma negativa as operações da Companhia e de suas controladas, por meio das políticas de proteção das exposições às moedas estrangeiras, que são realizadas através de contratação de instrumentos financeiros derivativos, com característica exclusiva de proteção (*hedge*) das posições da Companhia.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda, que a Companhia usualmente amplia suas linhas de produtos visando a atender as especificações de corte e tratamento da carne, definido para cada tipo de mercado atendido, não representando a inclusão de novos produtos significativos, mas sim, uma peculiaridade das operações deste setor. Neste sentido, os Diretores da Companhia entendem que tais práticas geram variações positivas nas receitas.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Os Diretores da Companhia acreditam que o seu desempenho financeiro e o de suas controladas pode ser afetado pela inflação, uma vez que possui uma expressiva parcela dos custos e despesas operacionais que são impactados pela inflação. Contudo, as situações macroeconômicas verificadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, fazem com que os Diretores da Companhia entendam que esse impacto não vem sendo tão severo nos custos e receitas da Companhia e de suas controladas.

A receita bruta de vendas também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia e suas controladas repassam parte dos aumentos nos custos para os seus clientes, por meio de aumentos de preços. Os Diretores da Companhia não podem prever se ela e suas controladas serão capazes de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. Além disso, uma possível inflação mais alta pode acarretar taxas de juros mais altas, impactando no custo de financiamento da Companhia.

As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e endividamento consolidado, dado que a Companhia e suas controladas possuem uma parte expressiva do endividamento denominado em

moeda estrangeira. A depreciação do câmbio que pôde ser verificada nos últimos anos, fez com que as despesas financeiras aumentassem substancialmente e impactassem o resultado líquido consolidado da Companhia.

Os Diretores da Companhia acreditam que flutuações nos preços da carne no mercado interno e externo podem afetar significativamente a receita bruta consolidada da Companhia. Os preços no mercado interno de carne são geralmente definidos pelas condições de mercado que a Companhia e suas controladas não controlam. Muitos fatores determinam a volatilidade de preços de commodities e podem afetar significativamente as margens da agroindústria. Flutuação de preços em determinadas regiões do Brasil são comuns na agroindústria devido ao ciclo da pecuária que são determinados por condições meteorológicas, ou seja, períodos de chuva e seca interferem na relação de oferta e procura que determinam os preços de mercado. Desde o final de 2019 até meados de 2022, o Brasil, um dos principais mercados de originação da Companhia, passou pelo período de retenção de fêmeas para reprodução, diminuindo assim a disponibilidade de animais e impactando o preço da arroba conforme verificado nos últimos anos. Desde 2023 o país passa pelo período de descarte de fêmeas para abate, aumentando assim a disponibilidade de animais deixando o preço da @ em preços mais competitivos. Vale ressaltar que, historicamente, os ciclos de possuem uma duração entre 24-36 meses, dessa maneira as expectativas são positivas quanto a um aumento da disponibilidade de animais prontos para o abate ao longo de 2024 e 2025.

Os Diretores da Companhia entendem que o resultado operacional consolidado da Companhia tem sido, e continuará a ser afetado pela taxa de depreciação ou apreciação do real frente ao dólar norte-americano, decorrente de uma parte substancial da receita líquida de vendas se encontrar diretamente relacionada ao dólar norte-americano. Os Diretores da Companhia destacam, porém, que a Companhia possui uma forte gestão sobre esses riscos, com proteção efetiva para essa exposição de mercado.

Em 31 de dezembro de 2024, as dívidas consolidadas da Companhia expostas à variação cambial representavam 76% do seu endividamento total, enquanto, em 31 de dezembro de 2023, as dívidas consolidadas da Companhia expostas à variação cambial representavam 65% do seu endividamento total. Como resultado, quando o real se desvaloriza frente ao dólar norte-americano, as despesas com juros sobre o endividamento aumentam, afetando negativamente as métricas financeiras em reais. Além disso, o valor do serviço da dívida em reais aumenta, e as despesas financeiras também tendem a aumentar como resultado

das perdas cambiais. Inversamente, quando o real se valoriza frente ao dólar norte-americano, as despesas com juros no endividamento em moeda estrangeira caem, afetando positivamente as métricas financeiras em reais. Além disso, o valor do serviço da dívida em reais diminui e as despesas financeiras tendem a cair como resultado de ganhos cambiais. Qualquer desvalorização do real frente ao dólar norte-americano irá aumentar significativamente as despesas financeiras e o endividamento de curto prazo e longo prazo expresso em reais da Companhia. Por outro lado, qualquer valorização maior do real frente ao dólar norte-americano diminui significativamente as despesas financeiras e endividamento de curto prazo e longo prazo, expresso em reais.

As exportações da Companhia a permitem gerar recebíveis devidos em moeda estrangeira e tendem a oferecer um hedge natural contra uma parte das suas obrigações com o serviço da dívida denominada em moeda estrangeira, embora não integralmente. O Conselho de Administração monitora e ajusta periodicamente o nível de *hedge* da dívida em moeda estrangeira.

Efeito do nível das taxas de endividamento e os juros

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento total da Companhia era de R\$ 30.082,1 milhões, dos quais R\$ 18.793,0 milhões estavam expostos à variação cambial. No ano, a variação cambial foi negativa em aproximadamente R\$ 3,0 bilhões, o que contribuiu para o resultado financeiro líquido negativo no período no valor R\$ 3.933 milhões.

Os Diretores da Companhia entendem que as taxas de juros do endividamento da Companhia e de suas controladas dependem de uma variedade de fatores, incluindo as taxas de juros nacionais e internacionais, avaliações de risco da Companhia e de suas controladas por terceiros e impactos na indústria do agronegócio e a economia brasileira.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Os Diretores da Companhia informam que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis, que compreendem as Normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), assim como as normas internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2024. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Os Diretores da Companhia também destacam que, adicionalmente a todas as práticas contábeis supramencionadas, para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e informações demonstrações financeiras trimestrais (ITR) da Companhia, em pleno atendimento as práticas contábeis internacionais, a Companhia possui como padrão discutir em fórum específico as principais práticas contábeis a serem adotados o uso e o melhor julgamento para as estimativas contábeis e a revisão das referidas demonstrações, por um grupo de diretores envolvidos em sua elaboração e divulgação.

A Diretoria da Companhia informa que inexistiu, no último exercício social, mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não continha ressalvas e ênfases.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores entendem que não houve, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Aquisição plantas Marfrig América do Sul

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição das plantas bovinos da Marfrig América do Sul localizadas no Brasil e Argentina aumentando a capacidade de abate em 10.849 cabeças/dia e de ovinos no Chile aumentando em 6.500 cabeças/dia de abate. Vale ressaltar que tais números não consideram as 3 unidades de abate localizadas no Uruguai, alvos da operação de aquisição dos estabelecimentos de propriedade de controladas da Vendedora no Uruguai, e que ainda aguardam aprovação das autoridades locais.

c. eventos ou operações não usuais:

Conforme Fato Relevante divulgado em 28 de agosto de 2023, a Companhia firmou acordo de compra e venda e outras avenças com a Marfrig Global Foods S.A (“Vendedora”) e sociedades controladas pela Vendedora, por meio do qual a Companhia e a controlada Athn Foods iriam adquirir determinados estabelecimentos industriais e comerciais localizados no Brasil, Argentina, Chile e Uruguai.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme Fato Relevante divulgado em 28 de outubro de 2024, ocorreu o fechamento da operação de aquisição, pela Companhia, dos estabelecimentos industriais e comerciais de propriedade da Vendedora no Brasil, na Argentina e no Chile. A Minerva realizou o pagamento no montante de R\$ 5.680.602.398,44 à Vendedora referente a estes estabelecimentos industriais e comerciais.

Vale destacar que as 3 unidades de abate localizadas no Uruguai, alvos da operação de aquisição dos estabelecimentos de propriedade de controladas da Vendedora, ainda aguardam aprovação das autoridades locais.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

R\$ Milhões	2024
EBITDA Ajustado	4.255,2
EBITDA Pro-forma	1.125,0

b. conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

R\$ Milhões	2024
Resultado líquido	-1.563,8
(+/-) Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos	58,8
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	3.932,9
(+/-) Depreciação e Amortização	668,7
Ajustes de outras despesas	33,6
(=) EBITDA	3.130,2
(+/-) Ajuste de EBITDA Pro forma Novos ativos	1.125,0
(=) EBITDA Ajustado	4.255,2

A Companhia utiliza como medidas não contábeis (i) o EBITDA, (ii) o EBITDA Ajustado, (ii) Dívida Líquida, e (iv) a Margem EBITDA Ajustada, com o fim de apresentar medidas do seu desempenho econômico operacional.

O EBITDA é calculado pela Companhia como o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações. O EBITDA Ajustado é calculado pela Companhia como o EBITDA menos os efeitos de itens não recorrentes do

período como *Warrants Buy-Back*, despesas com ações fiscais, contingência depósito, aumento de contingência trabalhista, entre outros.

A Dívida Líquida é calculada pela Companhia como a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo (inclusive debêntures e operações de *leasing*), subtraído da conta de Caixa e Equivalentes de Caixa, dividido pelo adiantamento para aquisição de investimento e pelas cotas subordinadas pelo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios.

A Margem EBITDA Ajustada é obtida por meio da divisão do EBITDA ou EBITDA Ajustado sobre a Receita Líquida da Companhia.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Dívida Líquida e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa e podem ser calculados de modo diverso por outras sociedades, de forma que a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão o mesmo significado por ela adotado.

Nesse sentido, caso o significado do cálculo adotado pela Companhia não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Dívida Líquida e a Margem EBITDA Ajustada divulgados pela Companhia podem não ser comparáveis aos referidos índices divulgados por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Dívida Líquida e a Margem EBITDA Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras da Companhia, mas não uma medição contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, e não devem ser utilizados como um substituto para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como um indicador de desempenho operacional, nem tampouco como um indicador de liquidez.

O EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Dívida Líquida e a Margem EBITDA Ajustada apresentam limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos nossos negócios, que poderiam afetar de maneira significativa os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Em nossos negócios, o EBITDA e o EBITDA Ajustado são utilizados como medida do nosso desempenho operacional e liquidez.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia acredita que o EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Dívida Líquida e a Margem EBITDA Ajustada são indicadores apropriados para medir o desempenho operacional uma vez que excluem fatores como a estrutura de capital da Companhia, resultado financeiro, depreciações e amortizações e imposto de renda e contribuição social, entre outros. Além disso, permitem uma maior comparabilidade operacional com outras companhias do mesmo segmento, ainda que estas possam calculá-lo de maneira distinta.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve evento subsequente às demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

- a. regras sobre retenção de lucros**
- b. regras sobre distribuição de dividendos**
- c. periodicidade das distribuições de dividendos**
- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais**
- e.se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

	2024
a. Regras sobre retenção de lucros	Cabe à Assembleia Geral Ordinária da Companhia deliberar, com base na proposta apresentada pelo Conselho de Administração da Companhia, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a respeito da destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no artigo 190 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“<u>Lei das S.A.</u>”) e do art. 33 Estatuto Social da Companhia, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., observada a seguinte ordem de dedução: (a) 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das S.A. exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das S.A.;

	(c) por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório; (d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (e) abaixo, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das S.A.; (e) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei das S.A; e (f) o lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias poderá ser destinado à formação de reserva para expansão, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o menor entre os seguintes valores: (i) 80% do capital social; ou (ii) o valor que, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não ultrapasse 100% do capital social da Companhia.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	Não aplicável
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável
b. Regras sobre distribuição de dividendos	No exercício social em que o índice de alavancagem for igual ou inferior a 2,5x, a Companhia irá distribuir 25% do lucro líquido ajustado a título de dividendo obrigatório (artigo 202 da Lei das S.A.) e, se a assembleia geral

	aprovar a proposta dos administradores, um dividendo adicional correspondente a, pelo menos, mais 25% do lucro líquido ajustado poderá ser distribuído. Os titulares de ações de emissão da Companhia, nos termos da Lei de Sociedades por Ações, têm direito a recebimento de dividendos na proporção de suas participações no Capital Social da Companhia. Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do Acionista, e reverterão em favor da Companhia. É condição para distribuição de participação nos lucros em favor dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria o pagamento, aos acionistas, do dividendo obrigatório. Sempre que for levantado balanço intermediário e com base nele forem pagos dividendos intermediários em valor ao menos igual a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração poderá deliberar, <i>ad referendum</i> da Assembleia Geral, o pagamento de uma participação intermediária nos lucros aos administradores. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia e depende de diversos fatores. Dentre estes fatores estão os resultados operacionais da Companhia, sua condição financeira, necessidades de caixa, perspectivas futuras e outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julguem relevantes. Dentro do contexto do planejamento tributário da Companhia, no futuro poderá ser benéfico o pagamento de juros sobre o capital próprio.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos da Companhia segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição de Lucro Líquido uma vez no ano. Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia dispõe que a Companhia poderá elaborar balanços semestrais, ou em períodos

	inferiores, e declarar, por deliberação do Conselho de Administração: (a) o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio, à conta do lucro líquido do exercício em curso, apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; (b) a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido do exercício em curso, apurado em balanço levantado em período inferior a 6 (seis) meses, está limitada, em cada semestre do exercício social, ao montante da reserva de capital, nos termos do artigo 204 da Lei das Sociedades por Ações; e (c) o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros retidos para execução de orçamento de capital ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual, semestral, trimestral ou levantado em períodos menores, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. No decorrer do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 não houve a distribuição de dividendos.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais,	Além das restrições previstas na Lei das Sociedades por Ações, a Companhia tem restrições à distribuição de dividendos no âmbito de emissões de dívidas.

administrativas ou arbitrais	
e. Política de destinação de resultados formalmente aprovada	A Companhia possui uma Política de Destinação de Resultados, formalmente aprovada pelo seu Conselho de Administração no dia 06 de dezembro de 2018, com alterações feitas pelo mesmo órgão no dia 18 de fevereiro de 2020. A política está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia, no endereço: www.minervafoods.com/ri e no site da CVM (https://www.gov.br/cvm).

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

iii. contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia construção não terminada não evidenciada no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não havia contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não havia outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Conforme mencionado no item 2.8 acima, não há itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores da Companhia ressaltam que os investimentos de capital realizados pela Companhia consistem, majoritariamente, em investimentos para melhorias operacionais e manutenção do parque industrial da Companhia e de suas controladas. Os investimentos em manutenção, expansão e investimento totalizaram R\$ 6.465,9milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

CAPEX (R\$ Milhões)	2024
Manutenção	550.0
Expansão	192.7
Investimento	5723,2
Total	6.465,9

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos principais investimentos de expansão de capacidade e melhorias industriais advêm de linhas de financiamento obtidas junto a instituições financeiras. A parte necessária, denominada de contrapartida da empresa, vem do caixa da empresa, formado pela própria geração de caixa operacional da Companhia, entre outras linhas de captação de capital de giro.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não foram realizados desinvestimentos de capital relevantes no último exercício social, nem tampouco existe desinvestimento de capital relevante em andamento e/ou previsto.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia concluiu a aquisição das plantas

bovinos da Marfrig América do Sul localizadas no Brasil e Argentina aumentando a capacidade de abate em 10.849 cabeças/dia e de ovinos no Chile aumentando em 6.500 cabeças/dia de abate. Vale ressaltar que tais números não consideram as 3 unidades de abate localizadas no Uruguai, alvos da operação de aquisição dos estabelecimentos de propriedade de controladas da Vendedora no Uruguai (“Operação – Uruguai”), e que ainda aguardam aprovação das autoridades locais.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em abril de 2009, foi inaugurada a Minerva Dawn Farms, uma planta de *cooked frozen* dedicada ao atendimento do segmento de Food Service e com produtos *ready-to-eat* produzidos a partir de proteínas de aves, suínos e bovinos, em joint-venture com a empresa irlandesa Dawn Farms Food Limited. A Minerva Dawn Farms atende principalmente grandes cadeias de alimentação, desenvolvendo produtos conforme a necessidade e especificidade de cada cliente. Ela possui um departamento de Pesquisa e Desenvolvimento que desenvolve soluções de gênero alimentício e atende a diversos requisitos, como tempero, textura, cor, forma, cheiro etc.

Em novembro de 2010, a Companhia adquiriu da Dawn Farms Foods Limited 30% das ações representativas do capital social da Minerva Dawn Farms e, em 2012, foram adquiridos os 20% restantes, passando a Minerva Dawn Farms a ser uma subsidiária integral da Companhia.

Em 06 de junho de 2017, por meio de sua subsidiária Pul Argentina a Companhia adquiriu a JBS Argentina. Além das 5 unidades de abate, foram adquiridas duas plantas de processamento de proteínas localizadas nas cidades de Rosário e Pilar na Argentina com capacidade de processamento de 162 e 55 ton/dia, respectivamente. As unidades compõem a marca Swift Argentina, a qual atinge aproximadamente 65% dos domicílios argentinos, além de fornecer para as principais redes de *fast foods* no país como Mc Donald’s e Burger King elevando o *share* de produtos industrializados. A Swift é líder do ranking Kantar Brand Footprint na categoria de resfriados e congelados, sendo também líder de mercado em patês.

Em 28 de outubro de 2020, a Companhia divulgou sua primeira Venture Capital, a Clara Foods, um dos 3 pilares da nova área de inovação da Companhia a qual foi divulgada em julho de 2020. A iniciativa de venture capital da Minerva é um veículo de investimento criado recentemente que terá como foco *start-ups* e empresas de tecnologia com competências. Neste contexto, a Clara Foods é uma *start-up* inovadora de alimentos sediada em São Francisco, pioneira no desenvolvimento de produtos proteicos, por meio de um processo de fermentação e isentos de proteína animal, solucionando assim um dos maiores empecilhos da indústria de alimentos e bebidas. Clara Foods foi financiada pela IndieBio, a aceleradora científica líder mundial, localizada em San Francisco altamente inovadoras, estritamente relacionadas com a cadeia de produção da Companhia.

Em 09 de março de 2021, a Companhia anunciou sua segunda iniciativa em *corporate venture capital* com o investimento na plataforma Shopper. A Shopper.com.br é um sistema *online* de compra e reabastecimento de itens de consumo doméstico como alimentos, produtos de limpeza e higiene pessoal. A Shopper é uma oportunidade singular que contribui para o fortalecimento do canal de vendas digitais da Minerva Foods, avançando na cadeia de valor da indústria de alimentos e nos aproximando cada vez mais do consumidor final. O acordo de investimentos prevê também um acordo operacional de fornecimento de produtos à Shopper e auxílio no gerenciamento da operação de venda de carnes.

Em 16 de março de 2021, a Companhia anunciou sua terceira iniciativa em *corporate venture capital* com a constituição de uma JV (*joint venture*) com a Amyris. A Amyris é uma empresa de biotecnologia listada na NASDAQ e com sede nos Estados Unidos, líder no desenvolvimento e produção de ingredientes e moléculas personalizadas que permitem aos seus clientes elaborarem produtos sustentáveis em benefício das pessoas e do planeta. A JV tem como objetivo desenvolver moléculas para a produção e distribuição sustentável de proteína animal ao redor do mundo. A Minerva Foods, além do investimento inicial de US\$ 5 milhões (60% no capital total da joint venture), vai disponibilizar seus canais de distribuição e acesso ao mercado e desenvolver toda a estratégia de *go-to-market* da JV.

Em 08 de setembro de 2021, a Companhia anunciou sua quarta iniciativa em *corporate venture capital* com o investimento na *start-up* do setor agrícola: Traive. Com o suporte de algoritmos e ferramentas de *machine learning* e *big data*, a Traive atua no desenvolvimento de modelos de crédito para o setor

agrícola, de modo a facilitar o acesso dos produtores rurais as mais diversas soluções e produtos financeiros do mercado, reduzindo a burocracia e aperfeiçoando a análise de risco de crédito, contribuindo para maior transparência, menor risco e beneficiando produtores e credores. A Minerva Foods pretende investir US\$ 3 milhões na Traive, na nova rodada de captações (Series A) da *start-up*, que totalizará US\$ 15 milhões.

Em 28 de março de 2022, a Companhia anunciou que, em linha com sua estratégia de sustentabilidade e na busca por uma cadeia pecuária de baixa emissão de carbono, celebrou um Memorando de Entendimentos com a Biofílica, uma empresa brasileira com foco na redução de emissões de gases de efeito estufa a partir da gestão e desenvolvimento de projetos de carbono. Por meio da constituição de uma *Joint Venture* (“JV”), a Minerva e a Biofílica passaram a atuar na avaliação e implementação de projetos de carbono nas propriedades conectadas a cadeia de fornecedores da Minerva Foods, com foco na adoção de práticas aprimoradas de manejo para a intensificação sustentável na produção agropecuária, bem como em outras oportunidades como a preservação das áreas excedentes de reserva legal, iniciativas de reflorestamento e REDD+.

Em 24 de outubro de 2022, a Companhia anunciou mais uma iniciativa em *corporate venture capital* com o investimento na foodtech Liv Up, especializada em refeições prontas e saudáveis feitas por um time de chefs e nutricionistas altamente capacitados, que utilizam a inteligência gerada pelos dados coletados nas vendas através do canal digital próprio para atender seus clientes. A Minerva utiliza seu histórico operacional e seu profundo conhecimento sobre a cadeia de carne bovina para auxiliar a Liv Up em sua operação, além de aproveitar sua ampla base de parceiros comerciais para acelerar a expansão dos canais comerciais da *foodtech*. A Companhia concluiu o investimento de US\$ 5 milhões na rodada de captação (Series D-2) da Liv Up.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Alinhada ao seu propósito de criar conexões entre pessoas, alimentos e natureza, a Companhia estruturou sua estratégia de sustentabilidade em três pilares: Dedicação ao Planeta, Prosperidade da Nossa Gente e Qualidade do Produto e Respeito com a Vida.

A política de sustentabilidade da Minerva Foods estabelece diretrizes globais que orientam a gestão de riscos e identificação de oportunidades para desenvolver

práticas responsáveis e inovadoras em suas operações e na cadeia de valor, promovendo o equilíbrio entre os aspectos econômico, ambiental e social dos negócios.

A Minerva Foods entende que um futuro sustentável para a produção agropecuária depende da preservação dos ecossistemas e da mitigação das mudanças climáticas. Nesse sentido, o pilar Dedicção ao Planeta, da estratégia de sustentabilidade da Companhia, concentra recursos e esforços para minimizar o impacto ambiental em toda a cadeia produtiva. Em 2021, a Minerva Foods divulgou seu Compromisso com a Sustentabilidade cujo objetivo central é atingir emissões líquidas zero até 2035, um marco na transição da Companhia para uma economia de baixo carbono e na sua contribuição para uma agropecuária mais resiliente. Para concretizar esse objetivo, foram estabelecidos três grandes eixos de atuação:

1. Ecoeficiência nas operações controladas: implementação de uma série de medidas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) nas operações controladas pela Companhia, além de apoiar a geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

2. Verificação do desmatamento ilegal na cadeia de valor: avanços na rastreabilidade e monitoramento socioambiental das fazendas fornecedoras diretas e indiretas para garantir uma produção livre de desmatamento ilegal na América do Sul.

3. Desenvolvimento do programa Renove em fazendas parceiras: apoio a pecuaristas na promoção de práticas de baixa emissão de carbono e restauração de vegetação nativa em suas propriedades.

Há 13 anos a Companhia reporta anualmente seus avanços por meio de Relatórios de Sustentabilidade e desenvolve, continuamente, novas maneiras de apresentar o melhor conteúdo para seus públicos de interesse. As últimas edições do relatório estão disponíveis em <https://minervafoods.com/relatorios-de-sustentabilidade-pt/>.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia foram identificados e comentados nos itens anteriores.

(a) objeto da projeção

Receita Líquida da Companhia.

(b) período projetado e prazo de validade da projeção

As estimativas ora apresentadas sob a forma de projeções consideram o período até o encerramento do exercício social de 2025.

(c) premissas da projeção

A Companhia reforça que as estimativas ora apresentadas não constituem nem visam a constituir promessas de desempenho, estando sujeitas a diversas variáveis capazes de afetá-las.

Em primeiro lugar, a Companhia nota que as projeções ora apresentadas as estimativas consideram premissas e variáveis que podem ser influenciadas pela administração e outras que fogem do seu controle ou influência.

Dentre as premissas e variáveis que podem ser influenciadas pela administração da Companhia, destaca-se a capacidade da Companhia de gerir adequadamente suas finanças, operações e estratégia de expansão e atuação no Brasil e nos demais países em que atua, especialmente considerando a integração e sinergia dos ativos recentemente incorporados à Companhia.

Quanto a premissas e variáveis que não podem ser diretamente controladas ou influenciadas pela administração da Companhia, por sua vez, destacam-se: (i) variáveis macroeconômicas; (ii) a existência de condições favoráveis de mercado e posicionamento da Companhia nos mercados em que atua; e (iii) acesso a crédito e fontes de financiamento.

(d) valores dos indicadores que são objetos da projeção

Objeto	Previsão para o período findo em 31 de dezembro de 2025
Receita Líquida	R\$ 50 a 58 bilhões

3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução dos seus indicadores:

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável.

Além das projeções atualmente divulgadas no item 3.1 do Formulário de Referência, nos 3 últimos exercícios sociais as únicas informações que haviam sido divulgadas pela Companhia no período sob a forma de projeções, visando a atender a determinação da CVM, foram descontinuadas pela Companhia, conforme Fato Relevante divulgado em 16 de dezembro de 2024, não tendo sido alteradas ou substituídas por novas projeções para referidos períodos.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, considerando que as únicas informações que haviam sido divulgadas pela Companhia sob a forma de projeções consideravam o período até o encerramento do exercício social de 2024 foram descontinuadas antes do encerramento do exercício.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Em atendimento a determinação da CVM, a Companhia havia descrito no item 3.1 deste Formulário de Referência estimativas realizadas pela Companhia para o exercício de 2024, sob a forma de projeções, referentes aos seguintes indicadores: (i) EBITDA; (ii) Receita Líquida; (iii) Fluxo de Caixa; (iv) Dívida Líquida; e (v) Alavancagem.

A esse respeito, a Companhia destaca que, conforme o Fato Relevante divulgado em 16 de dezembro de 2024, optou por descontinuar referidas estimativas.

A Companhia ressalta que tais estimativas se inseriam no contexto da divulgação de análises de sensibilidade da transação objeto do Fato Relevante divulgado pela Companhia em 28 de agosto de 2023, consistente na aquisição, pela Companhia e pela sua controlada Athn Foods Holdings S.A. ("Athn Foods"), de determinados ativos da Marfrig Global Foods S.A. ("Marfrig") e sociedades por ela controladas ("Transação Marfrig"). Por determinação da CVM, tais indicadores foram apresentados pela Companhia sob a forma de projeções.

Ocorre que, conforme destacado à época, as estimativas então apresentadas consideravam, como premissa, o fechamento da Transação Marfrig e os seus potenciais impactos operacionais e financeiros para o exercício social de 2024 decorrentes do aproveitamento dos ativos-alvo e sinergias vislumbradas pela Companhia nesse contexto.

Não obstante, tendo em vista que as estimativas foram baseadas nessa premissa, e que o fechamento da Transação Marfrig somente foi consumado em 28 de outubro de 2024, não foram materializados os esperados impactos operacionais e financeiros decorrentes do aproveitamento e da sinergia dos ativos-alvo ao longo de 2024.

Nesse sentido, a Companhia optou por descontinuar tais estimativas para 2024.

Para referência, a Companhia esclarece que atualmente divulga novas projeções para o exercício social de 2025, tendo por objeto a Receita Líquida, nos termos do item 3.1 deste Formulário de Referência.

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. emissor

O endividamento financeiro consolidado da Companhia requer que uma parcela significativa de seu fluxo de caixa seja utilizada para pagar o principal e juros relacionados ao endividamento. Seu fluxo de caixa e recursos de capital podem ser insuficientes para realizar os pagamentos necessários em seu endividamento substancial e endividamento futuro.

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento financeiro total consolidado da Companhia era de R\$ 30.082,1 milhões, sendo que, deste endividamento, 83% eram de longo prazo.

A Companhia possui um endividamento substancial, que exige significativo montante de caixa para cumprir com suas obrigações. A sua capacidade de gerar caixa para satisfazer os pagamentos programados ou para refinaranciar as suas obrigações com relação à sua dívida depende do seu desempenho financeiro e operacional que, por sua vez, estão sujeitos a condições econômicas e competitivas para os seguintes fatores financeiros e de negócios, alguns dos quais podem estar além do controle da Companhia:

- dificuldades operacionais;
- aumento dos custos operacionais;
- condições gerais da economia;
- diminuição da demanda de seus produtos;
- ciclos de mercado;
- tarifas;
- preços de seus produtos;
- ações dos concorrentes;
- evolução da regulamentação; e
- atrasos na implementação de projetos estratégicos.

O nível de endividamento, por sua vez, pode ter consequências importantes para a Companhia, incluindo:

- potencial limitação da capacidade da Companhia em obter, no futuro, financiamento necessário para capital de giro, capital para investimentos, exigências do serviço da dívida ou outros fins;
- potencial indisponibilidade de uma parte substancial do fluxo de caixa das operações da Companhia para outros fins que não o pagamento de principal e juros sobre o endividamento;

- potencial limitação da flexibilidade no planejamento, ou na capacidade de reagir a mudanças no negócio da Companhia; e
- potencial aumento da vulnerabilidade da Companhia no caso de uma desaceleração nos seus negócios.

Além disso, se o fluxo de caixa e os recursos financeiros da Companhia forem insuficientes para realizar o pagamento das suas dívidas, a Companhia poderá enfrentar problemas de liquidez substancial e poderá ser forçada a reduzir ou atrasar as despesas de capital, a dispor dos seus bens materiais ou operações, a procurar obter capital adicional e/ou a reestruturar ou refinaranciar seu endividamento.

Adicionalmente, os contratos de empréstimo da Companhia contêm ou podem vir a conter cláusulas que limitam a capacidade da Companhia de dispor dos seus bens materiais ou de operações ou de reestruturar ou refinaranciar seu endividamento. Ainda, a Companhia não pode garantir que será capaz de reestruturar ou refinaranciar qualquer uma de suas dívidas ou de obter financiamento adicional, em razão da incerteza das condições prevalecentes no mercado ao longo do tempo. Tais medidas alternativas podem não ser bem-sucedidas e, conseqüentemente, não permitir que a Companhia realize tempestivamente o pagamento de suas dívidas. Além disso, se a Companhia for capaz de reestruturar ou refinaranciar sua dívida, ou obter financiamento adicional, as novas condições econômicas de tal dívida poderá ser mais desfavoráveis do que o seu endividamento atual.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia possui um endividamento significativo e também poderá incorrer em novas dívidas no futuro. Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia financiou parcela de suas atividades com financiamentos de curto e longo prazos.

Se o fluxo de caixa operacional da Companhia não aumentar de acordo com as expectativas da Companhia ou, ainda, caso o fluxo de caixa operacional da Companhia venha a desacelerar ou diminuir de modo significativo, por qualquer razão, a Companhia poderá não ser capaz de cumprir com suas obrigações de pagamento de dívidas.

As margens operacionais da Companhia podem ser negativamente afetadas pelas flutuações dos custos das matérias-primas, preços de venda de seus produtos e outros fatores que estão fora de seu controle.

As margens operacionais da Companhia dependem, fundamentalmente, do preço de aquisição das matérias-primas (dentre eles, o mais relevante é o preço do gado) e do preço de venda de seus produtos. Tais preços podem variar significativamente, mesmo em períodos de tempo relativamente curtos, como resultado de uma série de fatores.

Em relação à matéria prima, o gado representa aproximadamente 80% do custo dos produtos vendidos pela Companhia. O fornecimento e preço desta matéria-prima dependem de fatores sobre os quais a Companhia tem pouco ou nenhum controle, incluindo a oferta e demanda de animais, condições meteorológicas atípicas (como por exemplo, períodos de seca em meses normalmente caracterizados por bom volume de chuvas), surtos de doenças como febre aftosa e quaisquer surtos de novas doenças, custos relativos à suplementação, condições econômicas, entre outros.

Já os preços de venda de seus produtos podem variar significativamente em decorrência da demanda por carne bovina nos mercados domésticos e de exportação, bem como no mercado de outros produtos de proteína, incluindo aves e suínos. Além disso, outros fatores podem afetar negativamente as margens operacionais da Companhia, tais como a variação das taxas de câmbio, logística, infraestrutura e integração com novas unidades de negócios no caso de aquisições realizadas pela Companhia ou suas subsidiárias. Caso as margens operacionais da Companhia sejam afetadas de forma substancialmente negativa, o resultado financeiro da Companhia, por consequência, poderá ser adversamente afetado.

Surto de febre aftosa, BSE e quaisquer novos surtos destas ou de outras doenças de gado, suínos ou frangos nos Países em que a Companhia atue, podem afetar substancialmente a capacidade da Companhia de exportar produtos de carne in natura e, conseqüentemente, seus resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa relevante.

Febre aftosa é uma doença viral, contagiosa e altamente infecciosa que afeta bovinos e suínos. Em 11 de outubro de 2005, as autoridades brasileiras detectaram o vírus em uma fazenda de gado de corte no Estado de Mato Grosso do Sul. A febre aftosa foi posteriormente detectada em outras fazendas nos arredores desta primeira. Já no início de 2006, a febre aftosa foi detectada no Paraná. Como resultado desse surto, cerca de 60 países suspenderam ou restringiram as importações de carne *in natura* destes dois estados brasileiros. Algumas nações, incluindo a maioria dos países da União Europeia, proibiram também a importação de carne bovina *in natura* do Estado de São Paulo.

No Paraguai ocorreram surtos de febre aftosa em setembro de 2011 e em janeiro de 2012, levando a Organização Mundial de Saúde Animal (“OMSA”) a retirar o *status* de zona livre de aftosa com vacinação. Como resultado, o Chile suspendeu importações de carne *in natura* paraguaia por alguns meses, situação que foi revertida no segundo trimestre de 2013.

Na Colômbia, foi detectada a doença em junho de 2017 e o país perdeu o status de zona livre de aftosa com vacinação. Uma vez que o foco foi identificado em uma região de

fronteira, longe das áreas de maior expressividade pecuária, a Colômbia recuperou o status de livre de febre aftosa com a vacinação e retomou o processo de abertura de mercados. Em outubro de 2018, porém, um novo foco foi registrado e o país voltou a ser listado como de risco para a doença. No entanto, em 5 de fevereiro de 2020, a OMSA “devolveu” o *status* de território livre de “aftosa com vacinação” à Colômbia.

A Argentina, de acordo com as informações do Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca (MAGyP), detém o *status* de zona livre de febre aftosa, com duas zonas com classificações diferentes; a maior parte do território é considerado livre com vacinação e a região da Patagônia é livre sem vacinação. Este *status* sanitário é reconfirmado anualmente pela República Argentina.

Já a Encefalopatia Espongiforme Bovina (Bovine Spongiform Encephalopathy) (“BSE”), conhecida popularmente como doença da vaca louca, é uma doença neurológica progressiva que atinge bovinos e que resulta de um agente transmissível infeccioso denominado príon, que se transforma em uma forma patogênica atacando o sistema nervoso central do animal. Divide-se em BSE clássica e BSE atípica. A BSE atípica é uma forma rara da doença, uma manifestação espontânea do organismo de animais mais velhos, não estando relacionada com a ingestão, pelos bovinos, de alimentos contaminados, que é o que caracteriza a forma clássica a doença.

No Brasil, foram confirmadas seis ocorrências de BSE, todos casos atípicos, que não foram consideradas graves e não prejudicaram o status sanitário do país. Não há como prever a ocorrência de eventuais surtos de BSE clássica em países da América do Sul em que a Companhia atue, ou garantir a manutenção de tais países na categoria de risco insignificante para BSE junto à OMSA.

Novos surtos de febre aftosa, BSE ou outras doenças que afetem o gado nos países nos quais a Companhia possui operações podem levar a restrições às vendas no mercado interno ou externo, ao cancelamento de pedidos por seus clientes e/ou a publicidade negativa para a Companhia, podendo afetar adversamente, de forma relevante, a demanda dos consumidores e, conseqüentemente, os resultados operacionais da Companhia.

Os produtos que a Companhia exporta são inspecionados por autoridades de segurança de alimentos estrangeiras e qualquer violação pode resultar na devolução e destruição parcial ou total dos produtos e em custos adicionais, tendo em vista a possibilidade de atrasos nas entregas aos seus clientes. Eventuais restrições nos regulamentos de proteção à saúde podem também resultar em custos adicionais, afetando adversamente, de forma relevante, os negócios e resultados operacionais da Companhia.

As políticas sanitárias nos países onde a Companhia mantém atividade de abate podem afetar o fornecimento, demanda e preços dos produtos de origem bovina, restringindo a capacidade da Companhia de fazer negócios em mercados domésticos e internacionais, podendo prejudicar os seus resultados operacionais. As operações da Companhia estão sujeitas a extensa inspeção e supervisão dos órgãos oficiais e autoridades locais e estrangeiras, sobre o processamento,

embalagem, armazenamento, distribuição, publicidade e rotulagem de seus produtos, incluindo as normas de segurança de alimentos.

A Companhia pode não ser bem-sucedida na execução de sua estratégia de negócios, podendo afetar negativamente os seus planos para aumentar a sua receita e rentabilidade.

O crescimento e desempenho financeiro da Companhia dependerão do seu sucesso na implementação de diversos elementos de sua estratégia que estão sujeitos a fatores além do seu controle.

A Companhia não pode assegurar que todas e quaisquer de suas estratégias serão executadas integralmente ou com sucesso. A indústria da carne é particularmente influenciada por mudanças nas preferências dos clientes, hábitos alimentares dos consumidores, regulamentações governamentais, condições econômicas regionais e nacionais, tendências demográficas e práticas de vendas de varejistas. Alguns aspectos da estratégia da Companhia podem resultar no aumento dos custos operacionais, e esse aumento pode não ser compensado por um aumento correspondente na receita, resultando em uma diminuição das margens operacionais da Companhia.

Além disso, a Companhia adquiriu participações acionárias em outras empresas e fábricas de processamento de carne bovina no passado, e poderá no futuro adquirir negócios adicionais ou entrar em novas alianças estratégicas e/ou *joint ventures* como parte de sua estratégia para expandir sua presença e diversificar sua base de produtos. A capacidade da Companhia de continuar a expandir seus negócios com sucesso por meio de aquisições e alianças estratégicas depende de muitos fatores, incluindo a disponibilidade geral de alvos adequados, bem como sua capacidade de identificar esses alvos, negociar termos favoráveis, obter financiamentos e aprovações regulatórias para as aquisições e fechar as transações. A Companhia também poderá não ser capaz de prever se ou quando poderá buscar quaisquer aquisições ou alianças adicionais, ou a probabilidade de uma transação ou aquisição relevante ser concluída em termos favoráveis à Companhia.

A Companhia também pode não ser capaz de integrar com sucesso aquisições de outras sociedades que já ocorreram ou que venham a ocorrer, ou implementar com sucesso sistemas operacionais, administrativos e financeiros adequados e controles para conseguir os benefícios que espera resultar destas aquisições. O desvio da atenção da administração da Companhia e/ou quaisquer atrasos ou dificuldades relacionadas à integração dessas empresas ou ativos podem impactar negativamente e de forma relevante os negócios da Companhia.

Assim, caso a Companhia não seja bem-sucedida na execução de sua estratégia de negócios, seus planos para aumentar a sua receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma relevante.

A Companhia enfrenta significativa concorrência em seu segmento de negócios, o que pode afetar adversamente sua participação de mercado e lucratividade.

A indústria da carne é altamente competitiva. No Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Colômbia, países onde a Companhia possui operações, os principais concorrentes são: JBS S.A. (JBS) e Marfrig Global Foods S.A. (Marfrig) no Brasil, Frigorífico Concepción S.A. no Paraguai, ArreBeef S.A. e Quickfood S.A. na Argentina e Alimentos Carnicos S.A.S. na Colômbia. Nos mercados internacionais de carne, a Companhia compete com diversos produtores, incluindo empresas com sede nos Estados Unidos (tais como JBS USA, Tyson Foods, Cargill Inc. e National Beef) e na Austrália (como Australian Meat, Teys Bros Pty Ltd. e Nippon Meat Packers Ltd.).

Muitos fatores influenciam a posição da Companhia no mercado, incluindo a sua eficiência operacional e disponibilidade, qualidade e custo das matérias-primas e mão-de-obra. Alguns dos seus concorrentes têm mais recursos financeiros e de *marketing*, além de uma carteira de clientes e/ou uma gama de produtos mais ampla do que as da Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de manter a competitividade com esses produtores de carne no futuro, a participação de mercado da Companhia pode ser reduzida, de modo a afetar adversamente e de forma relevante sua lucratividade. A concorrência existe tanto na compra de gado, de suínos e de frango, quanto na venda de produtos.

Alguns dos contratos financeiros da Companhia contêm cláusulas de inadimplemento cruzado e obrigações restritivas.

Alguns dos contratos de empréstimo da Companhia contêm cláusulas de inadimplemento cruzado (*cross default*) ou vencimento antecipado cruzado (*cross acceleration*), que determinam que a ocorrência de um evento de inadimplemento sob qualquer das dívidas da Companhia com a parte credora destes referidos contratos ou, em alguns casos, com quaisquer terceiros credores em quaisquer outros contratos de empréstimo da Companhia, resultará em um evento de inadimplemento destes contratos e permitirá que tais credores declarem o vencimento antecipado destas dívidas. Desta forma, o vencimento antecipado ou inadimplemento de uma das dívidas da Companhia poderia acarretar o vencimento de outras dívidas, o que poderia afetar de forma adversa relevante o resultado operacional, a capacidade de pagamento e o preço das ações da Companhia.

Além disso, alguns dos instrumentos de dívida de nossas subsidiárias contêm, entre outras coisas, obrigações que restringem sua capacidade de financiar operações futuras de levantar capital, incorrer em dívidas adicionais e criam ônus ou vendem seus ativos. A violação de qualquer uma dessas obrigações contratuais ou a falha em manter determinados índices financeiros pode resultar em um evento de inadimplência sob a linha de crédito relevante, e qualquer evento de inadimplência ou aceleração resultante em tais linhas de crédito pode resultar em um evento de inadimplemento de outros contratos instrumentos de dívida da Companhia. Para mais informações, ver item 2.1 (g) deste Formulário de Referência.

O desempenho da Companhia depende de relações trabalhistas favoráveis com seus empregados. Qualquer deterioração das relações, ou aumento dos custos do trabalho pode afetar adversamente o seu negócio.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas somavam 33.795 empregados em suas unidades. A maioria dos empregados são representados por sindicatos, inclusive no tocante à aprovação das negociações coletivas. Tais negociações podem, eventualmente, sujeitar a Companhia a acordos não satisfatórios aos seus interesses. Qualquer aumento significativo no custo do trabalho ou desgaste nas relações sindicais poderá acarretar paralisações nas unidades operacionais da Companhia, prejudicando de forma relevante o exercício de sua atividade empresarial, com impactos na sua condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Além disso, a Companhia está sujeita à fiscalização pelo Ministério do Trabalho e Previdência ou Ministério Público do Trabalho. Eventual descumprimento das regras de natureza trabalhista poderá fundamentar o Ministério Público do Trabalho a ingressar com medidas judiciais, como ações civis públicas, ações coletivas ou propor assinatura de termos de ajustamento de conduta (“TAC”), o que poderá eventualmente ensejar penalidades e resultar em impactos negativos aos negócios da Companhia.

A Companhia pode ser penalizada em razão de descumprimento da legislação trabalhista, incluindo as Normas Regulamentadoras editadas pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia acerca da Segurança e Saúde no Trabalho.

Todas as empresas do setor frigorífico no Brasil, inclusive a Companhia, estão sujeitas à extensa legislação trabalhista (especialmente Leis Federais, Normas Regulamentadoras e Portarias da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência), sendo que qualquer falha no seu cumprimento pode acarretar a lavratura de autos de infração pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, a celebração de TAC com o Ministério Público do Trabalho, a interposição de ações civis públicas pelo Ministério Público do Trabalho, bem como a promoção de ações coletivas movidas pelos sindicatos da categoria, tendo o condão de gerar à Companhia relevantes impactos financeiros, ocasionados especialmente por eventuais obrigações de fazer e/ou indenizações por dano moral coletivo, se a Companhia vier assim a ser condenada. Caso a Companhia descumpra as normas trabalhistas a ela aplicáveis, poderá sofrer um impacto relevante adverso em sua situação financeira e seus negócios. Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia, sua condição financeira e seus resultados operacionais.

A Companhia é ré em processos e procedimentos judiciais, arbitrais e administrativos, cujos resultados não se pode garantir que lhes serão favoráveis ou que serão julgados improcedentes, ou, ainda, que eventuais perdas decorrentes de tais ações estejam plenamente provisionadas. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados poderão causar um efeito adverso relevante em seu negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais. Para mais informações a respeito dos processos e procedimentos

judiciais, arbitrais ou administrativos da Companhia, vide seções 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência da Companhia.

A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos titulares de suas ações, bem como os dividendos distribuídos pela Companhia poderão ser tributados.

De acordo com o disposto no Estatuto Social, os acionistas da Companhia têm o direito de recebimento de, no mínimo, 25% de nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, a título de dividendo obrigatório ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à assembleia geral ordinária que a distribuição seria incompatível com sua situação financeira. Caso qualquer destes eventos ocorra, os titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

Além disso, alguns dos contratos celebrados pela Companhia (e suas subsidiárias) impõem restrições à sua capacidade de distribuir dividendos, contrair dívidas adicionais, ou até mesmo de dar garantias a terceiros ou a novos financiamentos. Assim, a Companhia pode ser obrigada a deixar de fazer a distribuição de dividendos em razão de seus contratos de financiamento, inclusive em um cenário em que ocorra a apuração de lucro líquido. Para mais informações acerca das restrições às quais a Companhia está sujeita por conta da celebração de contratos de endividamento, vide seção 2.1(f) do Formulário de Referência da Companhia.

Adicionalmente, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente sob o pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação atual poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando o valor líquido a ser recebido pelos nossos acionistas a título de participação nos resultados.

A captação de recursos adicionais por meio de uma oferta de ações ou títulos conversíveis em ações poderá diluir a participação acionária dos investidores na Companhia.

A Companhia poderá captar recursos por meio da emissão pública ou privada de títulos de dívida, conversíveis ou não em ações, ou de ações. A captação de recursos adicionais por meio de oferta pública de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, ser feita com exclusão ou redução do direito de preferência dos acionistas da Companhia, e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos investidores em suas ações.

Futuros e eventuais recalls (recolhimento de produtos) ou problemas relacionados ao consumo e segurança dos produtos da Companhia poderão afetar negativamente os seus negócios.

A Companhia pode ser obrigada a recolher seus produtos caso estejam impróprios para consumo (contaminados ou indevidamente rotulados). A Companhia pode ser obrigada a pagar indenizações ou multas de valor significativo nas jurisdições em que os seus produtos são vendidos, se o consumo de qualquer um dos seus produtos causar danos ao consumidor, como doenças e até mesmo a morte. Qualquer risco para a saúde, real ou potencial, que esteja associado com os seus produtos, inclusive publicidade negativa sobre os riscos à saúde decorrentes do consumo dos seus produtos, podem causar a perda de confiança por parte dos seus clientes.

De igual forma, a indústria da carne pode ser objeto de publicidade negativa se os produtos de terceiros forem contaminados, resultando na diminuição da demanda pelos produtos da Companhia no mercado afetado. Se seus produtos forem contaminados, a Companhia pode ser compelida a recolher os produtos afetados, a responder administrativa e judicialmente, e a lidar com a repercussão na mídia, o que pode afetar de forma adversa relevante os seus negócios e resultados operacionais. Não houve ocorrência de recall no último ano.

O uso de instrumentos financeiros derivativos pode afetar os resultados das operações da Companhia, especialmente em um mercado volátil e incerto.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para execução de operações de *hedge*. As operações de *hedge* com derivativos da Companhia podem apresentar resultados negativos, na medida em que o valor de mercado do instrumento derivativo flutua de acordo com a volatilidade do mercado financeiro. Tais variações negativas podem causar um efeito adverso relevante sobre o desempenho econômico da Companhia.

A realização de operações de aquisições de ativos e/ou combinações de negócios podem impactar o nível de endividamento e afetar a situação financeira da Companhia caso a Companhia não consiga integrar satisfatoriamente as operações das sociedades adquiridas.

Quaisquer aquisições de ativos relevantes e operações societárias de combinações de negócios, incluindo transações já realizadas pela Companhia ou novas transações a serem prospectadas e realizadas, estão sujeitas a certos riscos de operações dessa natureza, incluindo, dentre outros fatores: (i) o aumento da alavancagem financeira da Companhia; (ii) a combinação da cultura de negócio e instalações de duas ou mais empresas; (iii) falha na correta e total identificação dos passivos da companhia adquirida; e (iv) a verificação de condições para a efetivação de tais transações, inclusive autoridades concorrenciais, conforme aplicável. Tais riscos podem impactar adversamente seus resultados operacionais, principalmente após a divulgação e/ou a

efetivação dessas aquisições. Para viabilizar tais aquisições, a Companhia poderá contrair novas dívidas e/ou levantar capital próprio.

Adicionalmente, essas oportunidades também podem expor a Companhia a responsabilidade relacionada a procedimentos judiciais que envolvam quaisquer entidades adquiridas, suas respectivas administrações ou passivos contingentes incorridos antes do envolvimento da Companhia e poderá expor a Companhia a passivos associados a operações em andamento, particularmente se não for capaz de adequar e gerenciar com segurança as operações adquiridas. Essas transações também podem ser estruturadas de maneira a resultar em assunção de obrigações ou passivos não identificados durante a auditoria prévia à aquisição.

Qualquer um desses fatores pode afetar adversamente a capacidade da Companhia de obter fluxos de caixa previstos nas operações adquiridas e/ou obter as sinergias outrora previstas nas aquisições, o que podem afetar adversamente seus negócios e ter efeito adverso relevante.

Falhas no funcionamento dos sistemas de tecnologia da informação da Companhia podem comprometer suas operações e impactá-la adversamente

A Companhia depende dos sistemas de tecnologia da informação para elementos significativos de suas operações, incluindo o armazenamento de dados e a recuperação de informações críticas de negócios. Os sistemas de tecnologia da informação da Companhia são vulneráveis a danos de várias fontes, incluindo falhas de rede, atos humanos maliciosos e desastres naturais. Falhas ou interrupções significativas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia ou utilizados por seus provedores de serviços terceirizados podem impedi-la de conduzir suas operações comerciais em geral. Qualquer interrupção ou perda de sistemas de tecnologia da informação dos quais dependem aspectos críticos de suas operações pode ter um efeito adverso sobre seus negócios, resultados operacionais e condição financeira.

Qualquer violação de segurança envolvendo apropriação indébita, perda ou outra divulgação não autorizada ou uso de informações confidenciais dos seus fornecedores, clientes ou terceiros, seja pela Companhia ou por terceiros, pode: (i) sujeitar a Companhia a penalidades civis e criminais; (ii) ter um impacto negativo em sua reputação; ou (iii) expor a Companhia à responsabilidade de seus fornecedores, clientes, outros terceiros ou autoridades governamentais. Qualquer um desses acontecimentos pode gerar impactos adversos nos seus negócios, condição financeira e resultados operacionais. Estamos expostos a falhas, deficiências ou inadequação em nossos sistemas de tecnologia da informação, processos internos, erros humanos ou má conduta e ataques cibernéticos. Todos estes fatores podem afetar a Companhia de forma adversa.

Devido ao alto volume de processamento diário e de processos de transformação digital, dependemos da tecnologia e da gestão de informações, o que nos expõe a eventual indisponibilidade de sistemas e infraestrutura, como falta de energia, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas e eventos resultantes de questões mais abrangentes de natureza política ou social, como ataques cibernéticos ou a divulgação não

autorizada de informações pessoais em nosso poder. Gerenciamos e armazenamos certas informações e dados sensíveis ou confidenciais relacionados aos nossos fornecedores, clientes e nossas operações. Podemos estar sujeitos a violações nos sistemas de tecnologia que usamos para esses propósitos.

Por termos operações em várias localidades geográficas estamos sujeitos a ocorrência de eventos fora de nosso controle. Apesar dos planos de contingência e da alta disponibilidade para sistemas críticos, nossa capacidade de conduzir negócios em qualquer dessas localidades pode ser impactada de forma adversa por falhas na infraestrutura que suporta nossos negócios.

Considerando a necessidade global de utilização de tecnologia somos vulneráveis a riscos cibernéticos tais como, mas não se limitando a vírus, malwares, outros softwares mal-intencionados, inclusive bugs, invasão de nossos sistemas e nossas plataformas, por terceiros mal-intencionados e outros problemas que podem interferir inesperadamente na operação de nossos sistemas e na confidencialidade das informações.

Se não conseguirmos gerenciar efetivamente o risco de cibersegurança, por exemplo, deixando de atualizar nossos sistemas e processos em resposta a novas ameaças, isso poderá prejudicar nossa reputação e afetar negativamente nossos resultados operacionais, nossa situação financeira e nossas perspectivas por meio do pagamento de indenizações, penalidades regulatórias e multas e/ou pela perda de ativos. Além disso, também estamos sujeitos a ataques cibernéticos contra infraestruturas críticas do Brasil e de outros países onde operamos. Nossos sistemas dependem dessas infraestruturas críticas e qualquer ataque cibernético contra elas pode afetar negativamente nossa capacidade de atender nossos clientes.

Erros humanos ou fraudes também são riscos identificados que podem aumentar nossos custos e causar prejuízos, como também gerar conflitos com nossos fornecedores, clientes, processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenções, reembolsos e outros custos de indenização. Nosso operacional depende de provedores externos de gerenciamento de dados, cujo eventuais incidentes de segurança e vulnerabilidades podem ter efeito semelhante sobre nós.

Como um desdobramento dos efeitos da pandemia de COVID-19 sobre nossos negócios, aumentamos o número de colaboradores trabalhando remotamente. Isso pode ocasionar aumento da indisponibilidade de nossos sistemas e nossa infraestrutura, interrupção dos serviços de telecomunicações, falhas generalizadas nos sistemas e maior vulnerabilidade a ataques cibernéticos, consequentemente, nossa capacidade de conduzir nossos negócios pode ser impactada de maneira adversa.

Falhas na proteção de informações pessoais podem nos afetar de forma adversa, pois gerenciamos e mantemos informações pessoais de pessoas naturais. Embora tenhamos procedimentos e controles para salvaguardar os dados pessoais em nosso poder, divulgações não autorizadas ou violações de segurança poderiam nos sujeitar a processos legais e sanções administrativas, incluindo as oriundas do não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados

("LGPD"), Lei nº. 13.709/2018, bem como a prejuízos que poderiam afetar de forma adversa e material nossos resultados operacionais, nossa reputação e nossa situação financeira.

As medidas adotadas pela Companhia podem não ser suficientes para evitar violações de leis de combate à corrupção, fraudes e práticas irregulares por parte de seus administradores, empregados e fornecedores, o que pode gerar multas regulatórias e danos à reputação da Companhia.

A Companhia conduz suas atividades com base em princípios éticos e em conformidade com as leis, regulamentações aplicáveis e padrões aceitos internacionalmente, promovendo assim, um ambiente íntegro sem buscar resultados a qualquer custo. Em decorrência desta conduta, implementou o Programa de Compliance denominado "Jeito Ético de Ser Minerva" composto por 7 elementos que em seu conjunto visa prevenir, detectar, corrigir e monitorar continuamente potenciais riscos que possam impactar a Companhia. Como parte das diversas ações derivadas do Programa de Compliance, a Companhia mantém políticas, procedimentos, mecanismos de controle interno além de exigir que seus colaboradores e Parceiros de Negócios sigam o Código de Ética o que inclui normas externas.

Devido à complexidade de suas operações e ao dinamismo do setor em que atua, a Companhia não pode garantir que seu programa de governança e integridade seja totalmente eficaz na prevenção ou detecção tempestiva de riscos advindos de condutas ilícitas ou irregulares a ponto de evitar eventual penalização. A Companhia e suas controladas podem estar sujeitas a comportamentos incompatíveis com suas diretrizes e valores, assim como os mecanismos de controles internos existentes podem não ser suficientes para coibir ou desestimular tais comportamentos, gerando litígios, investigações, multas, sanções e demais penalidades administrativas e criminais impostas por diferentes autoridades. Essas penalidades podem incluir prisões e conduções coercitivas de administradores, colaboradores, Parceiros de Negócios, busca e apreensão, impossibilidade de contratação com administração pública, perda de licenças, e certificações regulatórias necessárias e danos à reputação da Companhia. Todas as circunstâncias descritas acima podem ter um efeito material adverso sobre o negócio, resultados operacionais e situação financeira.

b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses do acionista controlador da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos investidores da Companhia.

A VDQ Holdings S.A., acionista controladora da Companhia, tem poderes para, entre outras coisas, (i) eleger 5 (cinco) dos membros de seu Conselho de Administração, incluindo o presidente, o que lhe assegura preponderância nas deliberações desse órgão, já que o presidente goza do voto de desempate, e (ii) determinar o resultado de deliberações que exijam aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e a época do pagamento de quaisquer dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. Deste modo, o acionista controlador da Companhia poderá ter interesse

em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos investidores e causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

c. suas controladas e coligadas

As operações estrangeiras da Companhia impõem riscos especiais a seus negócios e operações.

Além das operações no Brasil, a Companhia tem operações em outros países na América do Sul. Em agosto de 2018, foi criada uma subsidiária da Companhia, a Athena Foods S.A. (“Athena” ou “Athena Foods”), sediada em Santiago no Chile, a qual abrange as operações da Companhia localizadas nos referidos Países (Paraguai, Argentina, Uruguai e Colômbia), de carne *in natura*, subprodutos do abate como miúdos, tripas, sebo, farinha de osso, biodiesel e couros, e os produtos processados, como porcionados e os produtos elaborados pela Swift na Argentina, e vendidos tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

Além das operações de bovinos nos países da América do Sul, a Companhia possui operações de ovinos na Austrália e no Chile, que juntas, em 31 de dezembro de 2024, representaram cerca de 6% da receita bruta total. Na mesma data, a receita bruta das operações da Athena Foods nos países acima citados representou aproximadamente 41% de sua receita bruta total. Dessa forma, um impacto negativo nas operações da Athena Foods ou da Austrália pode impactar adversamente na sua distribuição de dividendos à Companhia, o que pode ter um efeito negativo das condições financeiras da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia também pode ser impactada negativamente por fatores econômicos, políticos e sociais que afetem os mercados em que opera e que estão fora de seu controle nestes mercados, tais como os efeitos da pandemia de Covid-19 na economia global e na demanda internacional por carne bovina, inflação, taxas de juros, alterações em políticas cambiais, interferência governamental em políticas econômicas, greves nos portos, alfândegas e autoridades fiscais, mudanças nos regulamentos do mercado de transporte e abate, escassez de energia e água e racionamento, aumentos de preços de outros insumos, novas tributações aos dividendos distribuídos por suas subsidiárias e desvalorização de moedas. Em especial, destacam-se as operações da Companhia na Argentina. A economia argentina tem sido caracterizada por intervenções frequentes e, ocasionalmente, extensivas do Governo Argentino, bem como por ciclos econômicos instáveis. O Governo Argentino tem frequentemente alterado as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifas e outras políticas para influenciar o curso de sua economia. A Companhia não pode prever quais políticas o Governo Argentino pode adotar ou alterar ou o efeito que tais políticas poderiam ter sobre os seus negócios e sobre a economia argentina. Quaisquer novas políticas ou alterações a políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

d. seus administradores

A perda de pessoas chave da administração da Companhia ou a inabilidade de atrair ou reter pessoas chave qualificadas poderá ter efeito adverso nas operações.

As operações da Companhia são dependentes de alguns membros da sua Administração, especialmente com relação à definição, implementação de suas estratégias e desenvolvimento de suas operações. Para que a Companhia tenha capacidade para reter essas pessoas chave em seu quadro de colaboradores, poderá ser necessária alteração substancial na política de remuneração a fim de fazer frente com eventuais propostas a serem oferecidas pelo mercado, o que poderá acarretar em aumento nos custos da Companhia. Não há garantia de que a Companhia será bem-sucedida em atrair ou reter pessoas chave para sua administração. Caso uma dessas pessoas chave da Administração da Companhia deixe de exercer suas atuais atividades, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso relevante em suas operações, o que poderá afetar seus resultados e sua condição financeira.

e. seus fornecedores

Descumprimento de compromissos socioambientais que podem ser afetados pela cadeia de fornecedores da Companhia

Desde 2005, a Minerva Foods é signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, iniciativa baseada em dez compromissos essenciais para prevenir e combater a utilização de mão de obra em condições análogas à escravidão no Brasil. O desempenho e a aderência a estas ações são monitorados anualmente pelo Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPacto), garantindo o compromisso contínuo da Companhia com práticas empresariais responsáveis e éticas.

No Estado do Pará, a Companhia firmou em 2009 o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público Federal (MPF), com o fim de somente adquirir gado de fazendas que estivessem em conformidade com os requisitos constantes dos compromissos assumidos, quais sejam: as fazendas fornecedoras não poderão estar localizadas em áreas protegidas para a conservação da biodiversidade, com terras indígenas, envolvidas com trabalho escravo, conflito agrário, ou em áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") e, especialmente, nenhuma área das referidas fazendas poderá ser desmatada após a data de celebração do TAC com o MPF do Estado do Pará. No mesmo ano, a Companhia também se tornou signatária do Compromisso Público da Pecuária, reforçando seu comprometimento com a cadeia de abastecimento sustentável, a fim de comprar gado no bioma Amazônia somente de fazendas que estejam em conformidade com todas as regras socioambientais listadas acima. Em 2020, a Companhia aderiu ao Protocolo de Monitoramento dos Fornecedores de Gado da Amazônia, que busca atender a todos os compromissos existentes, com os objetivos de harmonizar a implementação pelos signatários, facilitar a implantação das boas práticas de monitoramento da cadeia de fornecedores diretos de gado.

Em 2021, foi firmado o Termo de Compromisso entre o Ministério Público Federal do Tocantins e Minerva Foods com o fim de definir critérios socioambientais para adquirir gado no Estado. E

por fim, a Minerva Foods participou do desenvolvimento do Protocolo de Monitoramento Voluntário de Fornecedores de Gado no Cerrado como membro do Conselho Deliberativo, sendo uma das representantes da indústria, onde contribuiu ativamente na definição dos critérios socioambientais e parâmetros de consultas, assim como outras entidades do setor e da sociedade civil.

Ainda em 2021, foi lançado publicamente o [Compromisso com a Sustentabilidade](#) da Minerva Foods, uma série de metas ambientais que almejam alcançar emissões líquidas zero até 2035. Esse objetivo depende do engajamento e monitoramento da cadeia de fornecimento para ser bem-sucedido.

Na hipótese de a Companhia não cumprir com os compromissos por ela assumidos poderá incorrer em impactos negativos relevantes nas suas atividades e, principalmente, na sua imagem, além de infringir os dispositivos estabelecidos nos compromissos firmados. Para mais informações a respeito do tema, ver item 4.7 do Formulário de Referência.

f. seus clientes

A consolidação dos clientes da Companhia poderá ter impacto negativo sobre seus negócios.

Os clientes da Companhia, tais como supermercados, clubes atacadistas e distribuidores de alimentos, realizaram consolidações nos últimos anos. Essas consolidações produziram clientes de grande porte, sofisticados, com maior poder de compra, e, portanto, mais aptos a operar com estoques menores, opondo-se a aumentos de preços e exigindo preços menores, aumento de programas promocionais e produtos especificamente personalizados. Esses clientes também podem usar o espaço destinado à exposição de produtos da Companhia para expor seus produtos, de marca própria. Caso a Companhia não reaja a essas tendências, o crescimento de seu volume de vendas poderá ser lento e, talvez, faça-se necessário baixar preços ou aumentar dispêndios com promoção de seus produtos, prejudicando os resultados financeiros da Companhia com a tomada de quaisquer de tais medidas.

g. setores da economia nos quais o emissor atue

A Companhia está sujeita a riscos associados a determinados setores das economias onde mantém suas operações.

As operações da Companhia envolvem, dentre outras atividades, a exportação de parte de sua produção. Desta forma, greves de trabalhadores portuários, agentes alfandegários, agentes de inspeção sanitária e outros empregados públicos ou privados podem afetar o cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos nos contratos. Uma greve prolongada envolvendo qualquer um desses trabalhadores pode causar um efeito adverso relevante para os negócios da Companhia ou seus resultados operacionais.

Barreiras à importação da carne bovina dos países em que a Companhia possui operações.

Surtos de doenças que afetem o gado, como por exemplo, a febre aftosa ou a BSE, podem significar restrições à comercialização dos produtos da Companhia ou à compra de gado de fornecedores localizados nas regiões afetadas. Por exemplo, em razão das ocorrências de febre aftosa em determinadas regiões do Brasil (a mais recente ocorreu em 2006), no Paraguai (a mais recente ocorreu em 2012) e na Colômbia (a recente ocorreu em 2018), alguns países, como Japão, Canadá, México, Austrália, Coreia do Sul e Nova Zelândia, não permitem importações de carne bovina *in natura* do Brasil, do Paraguai e da Colômbia, uma vez que entendem que a febre aftosa não pode ser erradicada regionalmente (em oposição à erradicação nacional).

Estas restrições às exportações, por conta da preocupação com a possibilidade de ocorrência e disseminação dessas doenças, bem como quaisquer suspensões no futuro impostas pelas autoridades governamentais brasileiras, paraguaias, uruguaias, argentinas, colombianas ou autoridades governamentais em outras jurisdições, além de cancelamentos de pedidos de clientes, podem ter um efeito relevante adverso sobre a indústria de carne bovina destes países e por consequência sobre os resultados da Companhia.

h. regulação dos setores em que o emissor atue

As operações e rentabilidade da Companhia podem ser adversamente afetadas por políticas governamentais e regulamentos que afetam as indústrias de carne e de gado.

A criação e comercialização de gado e a produção de carne são significativamente afetadas por regulamentos e políticas governamentais. Políticas governamentais que afetam a indústria pecuária, tais como taxas, impostos, tarifas aduaneiras, subsídios e restrições à importação e à exportação de carne bovina e/ou subprodutos de origem bovina, podem influenciar a rentabilidade da indústria, o uso dos recursos da terra, a localização e o tamanho da produção de gado (mesmo congelados, refrigerados ou processados), além do volume e os tipos de importações e exportações.

As unidades industriais da Companhia e seus produtos estão sujeitos a inspeções periódicas por autoridades federais, estaduais e municipais e a uma ampla regulamentação na área de alimentos, incluindo os controles sobre os alimentos processados. A Companhia está sujeita à ampla regulamentação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que é responsável pela inspeção de todos os alimentos:

(1) transportados para fora do estado onde os alimentos foram produzidos; (2) exportados do Brasil; e (3) importados para o Brasil. A Companhia também está sujeita a regulamentação sanitária federal, estadual e municipal (incluindo inspeções feitas pelo MAPA) em relação aos produtos alimentares que sejam produzidos ou distribuídos no interior do estado ou município, conforme o caso.

Além disso, a Companhia está sujeita a ampla regulamentação por (1) SENACSA - *Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal* (Serviço Nacional de Qualidade e Saúde Animal) no Paraguai; (2) SENASA - *Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria* (Serviço Nacional de Vigilância Sanitária e de Qualidade Agroalimentária), Secretaria da Argentina na Indústria Agroindustrial, ou SGAN- *Secretaria de Gobierno de Agroindustria de la Nación* (Secretaria do Governo da Agroindústria da Nação), sob a supervisão do Ministério de Produção e Trabalho da Argentina (*Ministerio de Producción y Trabajo*), o Ministério da Saúde da Argentina (*Ministerio de Salud*) e a Administração Argentina de Medicina, Alimentos e Tecnologia Médica (*Administración Nacional de Medicamentos, Alimentos y Tecnología Médica*) na Argentina; (3) MGAP - *Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca* (Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca) e MSP - *Ministerio de Salud Pública* (Ministério de Saúde Pública) no Uruguai; (4) ICA - *Instituto Colombiano Agropecuario* (Instituto Colombiano Agropecuário) e INVIMA- *Instituto Nacional de Vigilancia de Medicamentos y Alimentos* (Instituto Nacional de Vigilância de Medicamentos e Alimentos) na Colômbia; e (5) DAFF – Department of Agriculture, Fisheries and Forestry (Departamento de Agricultura, Pescas e Florestas).

Mudanças na regulamentação governamental relacionadas às questões de segurança de alimentos podem demandar que a Companhia realize investimentos ou incorra em custos adicionais relevantes. Regulamentações sanitárias mais rigorosas podem resultar em um aumento de custos e/ou investimentos que podem ter um efeito adverso sobre os negócios da Companhia e seus resultados operacionais. A Companhia também pode estar sujeita a litígios na esfera administrativa e judicial devido às regulamentações governamentais, que podem afetar adversamente e de forma relevante o seu negócio e resultados operacionais.

Alterações na legislação fiscal podem resultar em aumento de certos tributos diretos e indiretos, o que pode reduzir a margem líquida e afetar negativamente o desempenho financeiro da Companhia.

O governo brasileiro implementa, de tempos em tempos, modificações nos regimes fiscais que podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus clientes. Tais modificações incluem alteração na incidência e edição de tributos temporários, cujos recursos seriam destinados a específicos fins governamentais. A Companhia não pode prever mudanças na legislação fiscal brasileira que podem ser propostas ou editadas pelas autoridades governamentais brasileiras. Adicionalmente, os governos dos demais países onde a Companhia atua também poderão implementar alterações em seus regimes fiscais que podem implicar em aumento da carga tributária das subsidiárias da Companhia.

Futuras modificações na legislação fiscal podem resultar em aumento na carga tributária da Companhia e de suas subsidiárias, o que pode reduzir a sua margem líquida e afetar negativamente, de forma adversa, seu desempenho financeiro.

i. países estrangeiros onde o emissor atue

As exportações da Companhia estão sujeitas a uma ampla gama de riscos.

As exportações da Companhia representam uma parcela significativa de sua receita bruta de vendas. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, as exportações representaram 58% da receita bruta consolidada da Companhia. O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá de forma significativa do cenário econômico e das condições sociais e políticas em curso nos seus principais mercados de exportação. Sua capacidade de exportar os seus produtos no futuro pode ser adversamente afetada de forma relevante por fatores que estão além de seu controle, tais como:

- variações cambiais;
- desaceleração das economias dos principais mercados de exportação;
- imposição ou aumento de tarifas (incluindo tarifas antidumping), ou barreiras sanitárias e/ou alfandegárias;
- imposição de controles cambiais e restrições às operações cambiais;
- greves ou outros eventos que possam afetar a disponibilidade de portos e transporte;
- cumprimento das diferentes legislações estrangeiras; e sabotagem dos seus produtos.

Adicionalmente, os países para os quais a Companhia exporta seus produtos podem proibir a compra desses produtos por períodos indeterminados, por diversas razões, incluindo alterações na legislação aplicável, ou mesmo em razão de doenças que afetem bovinos, suínos ou frango nos países em que a Companhia atua, tal como o fator de risco da Companhia descrito no item 4.1(a) acima.

Exemplificativamente, em maio de 2010, o MAPA suspendeu as exportações brasileiras de carne processada para os Estados Unidos em decorrência de preocupações sanitárias das autoridades americanas com relação à carne processada brasileira exportada, para os Estados Unidos, por um dos concorrentes brasileiros da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de se ajustar a tempo a essas mudanças ou de encontrar novos mercados para compensar um país que proíba ou reduza as compras de seus produtos. O desenvolvimento financeiro futuro da Companhia dependerá, em larga medida, das condições econômicas, políticas e sociais existentes em seus principais mercados de exportação e poderá ser afetado de forma adversa relevante caso sejam impostas suspensões ou proibições a exportações de carne nesses países.

j. questões sociais

O atendimento às normas de saúde e segurança ocupacional e às demais autorizações necessárias para realização de suas operações pode resultar em custos significativos, e o não cumprimento das normas de saúde e segurança ocupacional, podem resultar em sanções administrativas e criminais e responsabilidade por danos.

A Companhia deve atender padrões de saúde e segurança ocupacional exigidos em cada um dos países onde atua. No Brasil, especialmente considerando recentes alterações na regulamentação aplicável a tais exigências, a Companhia precisa manter gestão rígida e realizar investimentos substanciais para se manter em conformidade com as diversas normas e legislações sobre o tema. A impossibilidade de atender as exigências impostas pela legislação aplicável para a realização de suas operações poderá resultar em riscos à saúde e segurança de seus colaboradores e prestadores de serviços, resultando em penalidades administrativas e criminais, celebração de TAC com o Ministério Público do Trabalho, além de implicar em publicidade negativa e a obrigação de reparar os danos, inclusive dano moral coletivo aos trabalhadores.

As autoridades governamentais competentes podem, também, editar novas regras mais rigorosas, ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, obrigando a Companhia a aumentar consideravelmente os investimentos atuais e, conseqüentemente, afetando de forma adversa a disponibilidade de recursos da Companhia para dispêndios de capital e para outras finalidades, sob pena de ter suas atividades paralisadas, o que poderia causar um efeito adverso relevante em seus negócios, sua situação financeira, seus resultados operacionais e no valor de mercado de suas ações.

A saúde e segurança das comunidades podem ser afetadas pelas operações da Companhia

As operações da Minerva Foods podem afetar de forma negativa a saúde e segurança das comunidades vizinhas de diferentes maneiras e intensidades.

A Companhia possui unidades industriais inseridas no zoneamento urbano, em que o efeito dos riscos às comunidades pode ser ampliados por eventos não desejáveis, como, por exemplo, ruídos, odor, vazamento de amônia, explosões ou incêndios.

Falhas no sistema de gestão da Companhia em funcionamento, especialmente no tocante ao treinamento de colaboradores e administração dos investimentos nas áreas ambiental e de saúde e segurança ocupacional, poderão comprometer a devida observância das regras e procedimentos aplicáveis, bem como da legislação vigente, resultando em acidentes, que podem culminar em condenações da Minerva Foods por responsabilidade administrativa, civil e criminal, além de comprometimento de sua reputação.

Tendo isso em vista, a Minerva Foods possui estruturas de gestão de aspectos e impactos ambientais e riscos de saúde e segurança do trabalhador. Ademais, possui Plano de Atendimento à Emergência (PAE), em que foi elaborado um conjunto de procedimentos e medidas preparatórias para lidar com situações de incidentes que possam ocorrer nas instalações da Companhia e nas comunidades vizinhas, visando garantir a segurança dos colaboradores, do meio ambiente e de sua infraestrutura, mitigando potenciais impactos negativos.

k. questões ambientais

O atendimento às normas socioambientais e às demais autorizações necessárias para realização de suas operações pode resultar em custos significativos, e o não cumprimento das normas ambientais pode resultar em sanções administrativas, cíveis e criminais e responsabilidade por danos.

A Companhia deve atender aos requisitos legais aplicáveis às suas atividades em cada um dos países onde atua. Todas as empresas cujas atividades podem ter um impacto ambiental devem obter licenciamento perante os órgãos ambientais competentes, de acordo com a legislação específica de cada localidade. No Brasil, a Companhia está sujeita às regulamentações federal, estadual e municipal relativa ao lançamento de efluentes líquidos tratados, monitoramento de emissões atmosféricas, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, utilização de recursos hídricos, entre outros aspectos ambientais. As unidades industriais da Companhia devem, portanto, obter licenças das autoridades competentes em suas áreas de atuação, bem como manter o monitoramento contínuo de suas operações para manutenção das mesmas.

As autoridades governamentais ambientais podem editar novas normas mais rigorosas, ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, eventualmente promovendo à Companhia a adaptação às novas leis ambientais.

l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Em 2023, a Minerva Foods concluiu o estudo de riscos e oportunidades relacionados ao clima, seguindo as recomendações da Task Force on Climate Related Financial Disclosures (TCFD). O projeto, conduzido com apoio de uma consultoria especializada, avaliou a potencial exposição da Companhia à riscos físicos e de transição em cenários de mudança do clima aliados a sua visão estratégica nos horizontes temporais de médio e longo prazos (2030 e 2050).

A partir do estudo, foram analisadas seis Ameaças Climáticas (ondas de calor; ondas de frio; inundações fluviais; secas meteorológicas; ventos fortes; e incêndios florestais) com o potencial de causar 22 Riscos Físicos, sendo 19 destes considerados significativos. Foram identificados também 22 Riscos de Transição, sendo 18 destes considerados significativos. A Companhia também mapeou sete oportunidades relacionadas ao clima.

Os resultados detalhados estão disponíveis em detalhe na Central de Indicadores da Companhia (<https://minervafoods.com/central-de-indicadores/#central-indicadores>).

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Riscos com relação ao ambiente macroeconômico

Riscos referentes aos impactos causados por surtos, epidemias, pandemias e/ou endemias de doenças.

O surto, epidemia, pandemia e/ou endemia de doenças no geral, inclusive aquelas passíveis de transmissão por humanos, no Brasil ou nas demais partes do mundo, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais interno e/ou global, conforme o caso, e resultar em pressão negativa sobre a economia brasileira, podendo afetar diretamente a Companhia e ter um impacto adverso nas suas operações. Qualquer surto, epidemia, pandemia e/ou endemia de uma doença que afete o comportamento das pessoas pode ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia brasileira e no mercado imobiliário. Surtos, epidemias, pandemias e/ou endemias de doenças também podem resultar em políticas de quarentena da população ou em medidas mais rígidas de *lockdown* da população, o que pode vir a prejudicar as operações, receitas e desempenho da Companhia.

Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre os negócios da Companhia e sobre seu acesso ao capital internacional e aos mercados de dívida, e pode afetar negativamente os resultados de suas operações e sua condição financeira.

A Companhia possuía, aproximadamente, 56% de sua capacidade instalada no Brasil em 31 de dezembro de 2024. Dessa forma, a situação financeira e resultados operacionais da Companhia são substancialmente dependentes das condições econômicas no Brasil e não é possível assegurar que o PIB do País vai aumentar ou manter-se estável no futuro. Futuros desenvolvimentos na economia brasileira podem afetar as taxas de crescimento do Brasil e, consequentemente, o consumo dos produtos da Companhia. Como resultado, estes desenvolvimentos poderiam afetar negativamente as estratégias de negócio, os resultados operacionais, e/ou a condição financeira da Companhia.

O governo brasileiro intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente faz alterações significativas nas políticas e regulamentações. Os negócios, resultados operacionais e condições financeiras da Companhia poderão ser adversamente afetados de forma relevante por mudanças nas políticas governamentais, bem como os fatores econômicos globais, incluindo:

- desvalorizações e outros movimentos da taxa de câmbio;
- política monetária;
- taxas de inflação;
- instabilidade social ou econômica;
- escassez de energia e/ou água;
- controles cambiais e restrições sobre remessas para o exterior;
- liquidez do capital interno e dos mercados de crédito;

- política fiscal; e
- outras eventualidades, diplomáticas, políticas econômicas e sociais dentro de ou afetando o Brasil.

Historicamente, o cenário político do País tem influenciado o desempenho da economia brasileira e as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, que resultou na desaceleração econômica e maior volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras. Futuros desenvolvimentos nas políticas do governo brasileiro e/ou a incerteza de saber se e quando tais políticas e regulamentos podem ser aplicados, fatores que estão além do controle da Companhia, poderiam ter um efeito material adverso sobre os resultados da Companhia.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, o que pode gerar efeitos adversos sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Brasil historicamente apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combater a inflação, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, particularmente antes de 1995.

As taxas de inflação, medidas pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), compilados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), foram impactadas nos últimos anos, inclusive por conta de efeitos e desdobramentos da pandemia de Covid-19. Os custos e despesas operacionais da Companhia são substancialmente denominados em reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira, porque seus fornecedores geralmente aumentam preços para refletir a depreciação da moeda. Se a taxa de inflação no Brasil aumentar mais rapidamente do que a taxa de valorização do dólar norte-americano, as despesas operacionais da Companhia podem aumentar. Além disso, a inflação alta geralmente leva a uma maior taxa de juros doméstica e, como consequência, seus custos de dívida denominados em reais podem aumentar. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária apertada, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. As ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir substancialmente com a incerteza econômica no Brasil e, conseqüentemente, enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, influenciando assim a sua capacidade de acesso aos mercados de capitais internacionais.

Eventualmente o Brasil poderá apresentar altos níveis de inflação no futuro, o que poderá impactar a demanda interna pelos produtos da Companhia. Pressões inflacionárias também podem limitar a capacidade da Companhia de acessar mercados financeiros estrangeiros, bem como podem levar à intervenção do governo na economia, incluindo a introdução de políticas governamentais que eventualmente afetem, de forma relevante, o desempenho geral da economia brasileira, que, por sua vez, pode afetar substancialmente e de forma negativa a Companhia.

Condições econômicas e de mercado em outros países, inclusive nos países em desenvolvimento, podem afetar de forma adversa relevante a economia brasileira e, portanto, o valor de mercado das ações ou títulos conversíveis em ações.

O mercado de valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em diferentes graus, pelas condições de mercado em outros países, incluindo os da América Latina e países em desenvolvimento. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores ao desenvolvimento em um país pode provocar flutuações nos mercados de capitais de outros países. No caso específico da Companhia, os títulos em questão referem-se às próprias ações emitidas pela Companhia e negociadas na bolsa de valores brasileira e na bolsa de valores norte-americana via ADR's nível I; além dos títulos de dívida (*Notes*) emitidos pela Companhia no mercado internacional, por intermédio de suas subsidiárias, com vencimentos em 2028, 2031 e 2033, conforme descritas no item 12.7 deste Formulário de Referência.

Acontecimentos ou condições em outros países, incluindo países em desenvolvimento, podem afetar a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultar em consideráveis saídas de recursos e na diminuição da quantidade de moeda estrangeira investida no Brasil. Tal fator, cumulado ao acesso limitado ao mercado de capitais internacional, pode afetar de forma adversa relevante a capacidade da Companhia de levantar fundos a uma taxa de juros aceitável ou de aumentar o capital (*equity*), caso julgue necessário. A volatilidade dos preços no mercado de valores mobiliários brasileiros tem aumentado de tempos em tempos, e a percepção de risco dos investidores de risco devido às crises em outros países, incluindo países em desenvolvimento, também pode levar a uma redução no preço de mercado dos títulos.

As operações internacionais e de exportação expõem a Companhia a riscos relacionados a flutuações de moeda, bem como a riscos políticos e econômicos em outros países.

As atividades internacionais da Companhia a expõem a riscos não enfrentados por empresas com atuação restrita ao Brasil. Um risco é a possibilidade de as operações internacionais serem afetadas por restrições e tarifas de importação ou outras medidas de proteção ao comércio internacional e exigências de licença de importação ou exportação. O desempenho financeiro futuro da Companhia dependerá significativamente das condições econômicas, políticas e sociais nos principais mercados da Companhia, especialmente no Oriente Médio, Norte da África, Ásia, Américas e a CEI. Outros riscos associados às operações internacionais da Companhia incluem: (i) variação das taxas de câmbio e de inflação nos países estrangeiros nos quais a Companhia opera; (ii) controles cambiais; (iii) alteração das condições políticas ou econômicas de um país ou de uma região específica, em particular de mercados emergentes e dos países árabes, inclusive decorrentes de conflitos internacionais, especialmente as tensões e conflitos entre Estados Unidos e Irã, que podem impactar principalmente as economias dos demais países do Oriente Médio; (iv) consequências potencialmente negativas em decorrência de alterações de exigências regulatórias; (v) dificuldades e custos associados à observância e execução de diferentes leis,

tratados e regulamentos internacionais complexos, incluindo, sem se limitar, a Lei sobre Práticas de Anticorrupção no exterior; (vi) altas alíquotas de tributos e/ou ganhos que poderão estar sujeitos a exigências de retenção e aumento de tributos incidentes sobre o repatriamento; (vii) consequências potencialmente negativas de alterações na legislação tributária; e (vi i) situações de guerras, ações terroristas, dentre outros. A ocorrência de quaisquer desses eventos poderia ter impacto negativo relevante sobre os resultados operacionais e a capacidade da Companhia de realizar negócios em mercados existentes ou em desenvolvimento.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações e outros valores mobiliários da Companhia pelo preço e ocasião que desejam.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados internacionais mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, mas não limitado a:

- mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos;
- restrições ao investimento estrangeiro e ao repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, como os Estados Unidos ou Europa. Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso nos preços das ações de emissão da Companhia e causar prejuízo aos investidores.

O preço de mercado das ações de emissão da Companhia poderá flutuar por diversas razões, incluindo os fatores de risco mencionados neste Formulário de Referência.

A deterioração da conjuntura econômica do Brasil poderá causar impacto negativo sobre os negócios da Companhia.

O negócio da Companhia poderá ser prejudicado por alterações da conjuntura econômica nacional ou mundial, incluindo inflação, taxas de juros, disponibilidade dos mercados de capital, taxas de gastos do consumidor, disponibilidade de energia, água, custos (inclusive sobretaxas de combustível) e efeitos de iniciativas governamentais

para administrar a conjuntura econômica. Quaisquer das referidas alterações poderiam prejudicar a demanda de produtos nos mercados doméstico e externo ou o custo e a disponibilidade das matérias-primas que a Companhia necessita, prejudicando, de forma relevante seus resultados financeiros.

As interrupções nos mercados de crédito e em outros mercados financeiros e a deterioração da conjuntura econômica nacional e mundial poderão, entre outras coisas:

(i) ter impacto negativo sobre a demanda global por produtos proteicos, acarretando a redução de vendas, lucro operacional e fluxos de caixa; (ii) fazer com que os clientes ou consumidores finais deixem de consumir os produtos da Companhia em favor de produtos mais baratos, pressionando as margens de lucro da Companhia; dificultar ou encarecer a obtenção de financiamento para as operações ou investimentos ou refinanciamento da dívida da Companhia no futuro; (iv) fazer com que os credores modifiquem suas políticas de risco de crédito e dificultem ou encareçam a concessão de qualquer renegociação ou disputa de obrigações de natureza técnica ou de outra natureza nos termos dos contratos de dívida, caso nós venhamos a pleiteá-las no futuro; (v) prejudicar a situação financeira de alguns dos clientes ou fornecedores da Companhia; e (vi) diminuir o valor dos investimentos da Companhia.

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

A Companhia considera como os 5 principais fatores de risco, dentre aqueles listados e descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, os elencados abaixo:

- 1) Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre os negócios da Companhia e sobre seu acesso ao capital internacional e aos mercados de dívida, e podem afetar negativamente os resultados de suas operações e sua condição financeira.
- 2) As operações internacionais e de exportação expõem a Companhia a riscos relacionados a flutuações de moeda, bem como a riscos políticos e econômicos em outros países.
- 3) Surtos de febre aftosa, BSE e quaisquer novos surtos destas ou de outras doenças de gado, suínos ou frangos no Países em que a Companhia atue, podem afetar substancialmente a capacidade da Companhia de exportar produtos de carne in natura e, conseqüentemente, seus resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa relevante.
- 4) As margens operacionais da Companhia podem ser negativamente afetadas pelas flutuações dos custos das matérias-primas, preços de venda de seus produtos e outros fatores que estão fora de seu controle.
- 5) O endividamento financeiro consolidado da Companhia requer que uma parcela significativa de seu fluxo de caixa seja utilizada para pagar o principal e juros relacionados ao endividamento. Seu fluxo de caixa e recursos de capital podem ser insuficientes para realizar os pagamentos necessários em seu endividamento substancial e endividamento futuro.

4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

A seguir são apresentados, os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta.

Risco de Taxa de Juros e Taxas de Câmbio

Alguns dos passivos da Companhia têm taxas de juros pós-fixadas, o que gera uma exposição às oscilações de mercado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha R\$ 30.082,1 milhões em endividamento, nos quais estavam sujeitos a instrumentos ligados ao CDI (financiamentos internos), à LIBOR (financiamento externo), entre outros.

A exposição da Companhia às oscilações das taxas de juros está sujeita principalmente às variações da taxa de juros de longo prazo para empréstimos e financiamentos denominados em moeda nacional. Caso esses índices e taxas de juros venham a subir, as despesas financeiras da Companhia aumentarão, o que poderá afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita à possibilidade de perdas decorrentes das taxas de câmbio flutuantes que resultem em um aumento no valor de seu endividamento financeiro em relação a empréstimos contraídos em moedas estrangeiras, bem como oscilações que diminuam o saldo de suas contas a receber denominadas em moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2024, aproximadamente 58% da receita bruta de vendas do ano era derivada de exportações e cerca de R\$ 23.005,5 milhões de sua dívida financeira (aproximadamente 76% do endividamento total) eram denominados em moedas estrangeiras, principalmente dólares norte-americanos.

Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional. As depreciações do real frente ao dólar norte-americano geralmente dificultam o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e podem incitar a intervenção do Governo Federal, inclusive com a adoção de políticas de recessão econômica. Contrariamente, a apreciação do real em relação ao dólar pode levar à deterioração da conta corrente e do saldo dos pagamentos do Brasil, bem como impedir o crescimento das exportações. Variações da taxa de câmbio resultam de fatores que a Companhia não pode controlar. Assim sendo, e tendo em vista que os instrumentos disponíveis no mercado geralmente produzem uma proteção imperfeita que, eventualmente, deixa uma empresa exposta, qualquer flutuação relevante na taxa de câmbio poderá afetar desfavoravelmente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia, bem como sua capacidade de pagamentos.

A Companhia apresenta a seguir a sua posição patrimonial consolidada, especificamente relativa aos seus ativos e passivos financeiros, divididos por moeda e exposição cambial, permitindo a visualização da posição líquida de ativos e passivos por moeda:

Consolidado			
31/12/2024			
Moedas			
	Nacional	Estrangeira	Total
Ativo			
Caixa	830	-	830
Bancos conta movimento	298.607	7.251.075	7.549.682
Aplicações financeiras	6.480.008	430.409	6.910.417
Contas a receber de cliente	1.322.318	2.861.841	4.203.305
Total do circulante	8.101.763	10.543.325	18.664.234
Total ativo	8.101.763	10.543.325	18.664.234
Consolidado			
31/12/2024			
Moedas			
	Nacional	Estrangeira	Total
Passivo			
Financiamentos de curto prazo	1.449.572	3.903.465	5.353.037
Fornecedores	5.788.483	360.564	6.149.047
Total do circulante	7.238.055	4.264.029	11.502.084
Financiamentos de longo prazo	11.366.402	21.288.091	32.654.493
Total do não circulante	11.366.402	21.288.091	32.654.493
Total passivo	18.604.457	25.552.120	44.156.577
Dívida líquida financeira	10.502.694	15.008.795	25.511.489
Derivativos de proteção - Posição líquida	(5.739.393)	(2.186.028)	(7.925.421)
Posição líquida	4.763.301	12.822.767	17.586.068

Adicionalmente, a tabela abaixo apresenta a análise de sensibilidade levando tão somente em consideração as posições em instrumentos financeiros derivativos e seus impactos no caixa da Companhia:

Operação	Movimento	Risco	Cenário provável oscilação de 6%	Cenário possível oscilação de 12%	Cenário remoto oscilação de 18%
Derivativos <i>hedge</i>	Alta	Boi	(29.521)	(59.043)	(88.564)
Gado	Alta	Boi	22.464	44.929	67.393
Net			(7.057)	(14.114)	(21.171)
Derivativos <i>hedge</i>	Alta	Dólar	(580.900)	(1.161.799)	(1.742.699)
Invoices + Caixa - em \$US	Alta	Dólar	409.256	818.512	1.227.767
Net			(171.644)	(343.288)	(514.932)
Derivativos <i>hedge</i>	Alta	Euro	(3.715)	(7.431)	(11.146)
Invoices - em \$EUR	Alta	Euro	4.013	8.026	12.039
Net			297	595	892
Derivativos <i>hedge</i>	Alta	COP	(20.992)	(41.984)	(62.976)
Invoices - em COP	Alta	COP	20.853	41.707	62.560
Net			(139)	(277)	(416)
Derivativos <i>hedge</i>	Alta	CLP	6.502	13.004	19.506
Invoices - em CLP	Alta	CLP	(7.592)	(15.184)	(22.777)
Net			(1.090)	(2.181)	(3.271)
Derivativos <i>hedge</i>	Alta	CNY	(2.112)	(4.225)	(6.337)
Invoices - em CNY	Alta	CNY	3.989	7.977	11.966
Net			1.876	3.753	5.629
Derivativos <i>hedge</i>	Alta	Dólar	138.584	277.168	415.752
Captações em \$US	Alta	Dólar	(193.132)	(386.264)	(579.396)
Net			(54.548)	(109.096)	(163.645)

- Taxa de câmbio USD 6,1923 - Ptax de venda (Fonte Banco Central);
- Taxa de câmbio EUR 6,4363 - Ptax de venda (Fonte Banco Central);
- Taxa de câmbio COP 4137,01 - Ptax de venda (Fonte Bloomberg);
- Taxa de câmbio CNY 0,8483 - Ptax de venda (Fonte Bloomberg).
- Taxa de câmbio CLP 940,60 - Ptax de venda (Fonte Bloomberg).

Riscos de Crédito

A Companhia está sujeita a riscos de crédito relacionados a recebíveis de seus clientes e contas de créditos detidos por instituições financeiras derivadas de seus investimentos a curto prazo. Considerando-se que o valor contábil dos ativos financeiros da Companhia representa a exposição máxima do risco do crédito da Companhia, essa exposição equivalia, em 31 de dezembro de 2024, a R\$ 7.550,5 milhões em caixa somados a R\$ 6.910,4 milhões em aplicação financeiras e, ainda, aproximadamente R\$ 4.184,2 milhões em clientes a receber.

Um dos riscos envolvidos nos instrumentos financeiros é o risco de crédito, chamado também de risco de contraparte. O resultado da Companhia pode ser afetado caso a contraparte apresente algum tipo de problema que faça com que ela descumpra suas obrigações estabelecidas nos contratos e com isso afete o fluxo de pagamento do instrumento financeiro, podendo assim gerar resultados negativos para a Companhia.

Riscos de Preços na Compra do Gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços de compra de gado, principal matéria-prima, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Companhia, como condições climáticas, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros.

Em 2023 a Companhia comprou ao redor de 3,9 milhões de cabeças de gado no Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e Colômbia, de mais de 18 mil pecuaristas, representando a aquisição de gado para abate entre 75% e 85% do custo de produtos vendidos na operação de bovinos em 2023. Em geral, a Companhia efetua a compra de gado bovino em operações no mercado spot, e os preços que são pagos são baseados na arroba (Brasil) e no quilo de carcaça (Uruguai, Argentina, Paraguai e Colômbia). A oferta de boi gordo em todos os países que a Companhia atua varia ano a ano sob influência da rentabilidade da pecuária nos exercícios anteriores, do abate de fêmeas, das exportações de animais vivos do país, das condições climáticas, do custo de produção do produtor, entre outros fatores, o que impacta diretamente nos preços de compra de matéria-prima.

O ramo de atuação da Companhia está intimamente exposto à volatilidade dos preços do gado, principal matéria-prima, cuja variação resulta de fatores que independem dos esforços da Companhia, como: (i) fatores climáticos; (ii) volume da oferta; (iii) custos de transporte; (iv) políticas agropecuárias; e (v) outros. Portanto, a Companhia não pode garantir que será capaz de adquirir gado nas mesmas condições ou em condições mais favoráveis do que nos últimos anos. Caso os preços praticados no mercado para compra de gado sejam mais altos do que esperado e a Companhia não seja capaz de repassar tais custos a seus clientes, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia poderão ser afetados de forma desfavorável.

4.4 Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

Em decorrência do curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas são partes em procedimentos administrativos e ações judiciais de natureza tributária, previdenciária, cível, ambiental e trabalhista.

A Companhia mantém provisão em seus balanços referentes às perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada de tais perdas. As práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais são baseadas na Lei n.º 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), nas normas emitidas pela CVM e nas normas contábeis emitidas pelo CPC (Comissão de Pronunciamentos Contábeis) (“BR GAAP”), exigem que a Companhia mantenha reservas em virtude de perdas prováveis e que efetue provisão quando, na opinião de seus advogados externos, acreditem que um resultado desfavorável seja provável e a perda possa ser razoavelmente estimada. Para os fins deste item 4.4, o termo “CVM” será entendido como a Comissão de Valores Mobiliários e o termo “IBRACON” será entendido como o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

A seguir, serão detalhados processos administrativos, judiciais e/ou arbitrais em que a Companhia e/ou suas controladas sejam partes, que não estejam sob sigilo e que sejam considerados individualmente relevantes para a Companhia e/ou suas controladas.

Na avaliação da relevância, a Companhia esclarece que, para selecionar os processos descritos a seguir, considerou os seguintes critérios: (i) processos cujo montante envolvido, individualmente, represente valor igual ou superior a R\$ 6.000.000,00 milhões de reais ; e (ii) processos que, na avaliação da administração da Companhia, podem influenciar a decisão do público investidor, considerando, por exemplo, riscos de imagem inerentes a determinada prática da Companhia e/ou de suas controladas ou riscos jurídicos relacionados a discussões de validade de cláusulas estatutárias.

Adicionalmente, para fins de esclarecimento, a Companhia nota que os prognósticos referentes a chance de perda em cada processo identificado neste item 4.4 consideram a avaliação dos respectivos advogados responsáveis pelos casos. A Companhia destaca que os processos classificados como de perda provável estão devidamente provisionados.

Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia ou suas controladas eram parte nos seguintes processos administrativos e judiciais de natureza tributária que não estão sob sigilo e que são considerados como individualmente relevantes para a Companhia ou suas controladas:

Auto de Infração n.º 4.0116020852-57	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
b. instância	1ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	22/07/2016
d. partes no processo	Estado de Goiás (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.358.341,78 (dez milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e quarenta e um reais e setenta e oito centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado por suposto aproveitamento de crédito de ICMS sem autorização da autoridade competente, bem como suposto recolhimento incorreto das contribuições ao Fundo de Proteção Social do Estado de Goiás (PROTEGE). Parte do débito foi incluído em REFIS. Após diligências, o valor da autuação foi reduzido e, em 06/09/2024, foi proferida sentença julgando parcialmente procedente o auto de infração.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Parcialmente favorável. 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando intimação quanto ao julgamento parcialmente favorável em 1ª instância.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis (ou parcelamento ordinário/extraordinário), gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.

Auto de Infração nº 4.0117000309-88	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
b. instância	2ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	21/01/2017
d. partes no processo	Estado de Goiás (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 22.832.416,27 (vinte e dois milhões, oitocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos).
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrar ICMS em função de suposta operação de exportação não realizada. Em 2ª instância, o auto foi julgado parcialmente procedente, com a redução do valor autuado. A Companhia ingressou com uma ação de tutela cautelar antecedente para garantir o débito por meio de seguro garantia e possibilitar a emissão de CND.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Não favorável 2ª INSTÂNCIA: Parcialmente favorável
h. estágio do processo	Aguardando ajuizamento de execução fiscal (débito já garantido).
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis (ou parcelamento ordinário/extraordinário), gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 40117000230-00	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
b. instância	2ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	21/01/2017
d. partes no processo	Estado de Goiás (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 36.926.744,24 (trinta e seis milhões, novecentos e vinte e seis mil, setecentos e quarenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para exigir ICMS em relação a operações de remessas de mercadorias para armazéns alfandegados e/ou entrepostos aduaneiros com a finalidade de formação de lote, cujas mercadorias não foram exportadas. Após diligência e novo julgamento, o valor do auto foi reduzido. A instância administrativa superiora determinou o sobrestamento do processo até definitiva do Supremo Tribunal Federal sobre a ADC 49/RN, que já foi julgada improcedente, com a declaração da inconstitucionalidade da exigência do ICMS em transferências de estabelecimentos de mesma titularidade.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Parcialmente favorável 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando inclusão do Recurso Voluntário em pauta de julgamento, após fim do sobrestamento.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.

Auto de Infração nº 13855.722229/2019-16	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	29/09/2019
d. partes no processo	União Federal (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 44.089.934,22 (quarenta e quatro milhões, oitenta e nove mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte e dois centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou valores mobiliários - IOF incidente sobre operações de crédito. Após julgamentos desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias, a Companhia opôs embargos de declaração em face do acórdão.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Desfavorável 2ª INSTÂNCIA: Desfavorável
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos embargos de declaração opostos pela Companhia.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 01.001758215-59	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais
b. instância	2ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	06/10/2020
d. partes no processo	Estado de Minas Gerais (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 251.467.318,57 (duzentos e cinquenta e um milhões, quatrocentos e sessenta e sete mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta e sete centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para exigir ICMS supostamente recolhido a menor, pelo aproveitamento de benefício fiscal fora do prazo de vigência. O processo foi julgado parcialmente procedente em 1ª instância e o recurso de 2ª instância não foi conhecido. A Companhia protocolou petição informando a suspensão de exigibilidade do crédito tributário discutido, por força de decisão liminar no Mandado de Segurança nº 5026739-10.2023.8.13.0024 e protestando pela eventual apresentação de recurso inominado em momento posterior. A exigibilidade permanecerá suspensa, por força da liminar, até decisão final no MS sobre a nulidade do julgamento realizado pela Câmara Especial de Recursos do CC/MG, podendo ser determinado novo julgamento
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Parcialmente favorável 2ª INSTÂNCIA: Mantida a decisão de primeira instância (parcialmente favorável);
h. estágio do processo	Aguardando decisão final no Mandado de Segurança nº 5026739-10.2023.8.13.0024.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto no patrimônio da Companhia.

k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.
---	--

Mandado de Segurança n.º 5026739-10.2023.8.13.0024	
a. juízo	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
b. instância	2ª instância da esfera judicial
c. data de instauração	09/02/2023
d. partes no processo	Minerva S.A. (polo ativo) x Presidente da Câmara Especial de Recursos do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000,00 (dez mil reais), valor da causa
f. principais fatos	Trata-se de Mandado de Segurança impetrado para que seja declarada a nulidade do julgamento do Auto de Infração nº 01.001758215- 59 por irregularidades praticadas nos julgamentos. A liminar foi concedida e mantida com a sentença, em virtude da concessão da segurança, com a declaração da nulidade do julgamento proferido na via administrativa. O Estado de Minas Gerais interpôs apelação contra a sentença favorável à Companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: Concedida 1ª INSTÂNCIA: Favorável 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando julgamento da apelação do Estado de Minas Gerais
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão da matéria envolvida, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.

k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.
---	--

Execução Fiscal n.º 1500968-20.2021.8.26.0066	
a. juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. instância	1ª instância da esfera judicial
c. data de instauração	09/06/2021
d. partes no processo	Estado de São Paulo (polo ativo) x Minerva Dawn Farms Indústria e Comércio de Proteínas S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 26.686.369,99 (vinte e seis milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, trezentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos)
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal proposta pela Fazenda do Estado de São Paulo em face da Companhia, pela suposta omissão de ICMS na modalidade de substituição tributária, nos períodos de 2015 e 2016. Em 18/06/2021, a Companhia foi citada e apresentou Exceção de Pré-Executividade. Em 17/11/2021, o Juiz proferiu despacho suspendendo a exigibilidade da execução fiscal até julgamento definitivo da Ação Anulatória nº 1055375-09.2020.8.26.0053 ou eventual revogação da decisão liminar proferida. Em 29/04/2024, a Companhia aderiu ao “Acordo Paulista”, com redução de juros e multa. Aguardando término do pagamento (previsto para 30/03/2029)
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: Concedida 1ª INSTÂNCIA: N/A 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguarda-se quitação integral do parcelamento “Acordo Paulista”, para o arquivamento definitivo da ação.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível.

j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Não se aplica. Débito parcelado.

Auto de Infração n.º 4.0120005061-71	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
b. instância	2ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	29/04/2020
d. partes no processo	Estado de Goiás (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.897.602,22 (cinco milhões, oitocentos e noventa e sete mil, seiscentos e dois reais e vinte e dois centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de ICMS por suposta ausência de emissão de nota fiscal referente à diferença de peso do gado bovino. Após decisão desfavorável em 1ª instância, a Companhia apresentou recurso. No julgamento do Recurso, a 2ª instância administrativa determinou a baixa dos autos em diligência.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Desfavorável 2ª INSTÂNCIA: Determinada baixa em diligência
h. estágio do processo	Aguardando resultado da diligência.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.

Execução Fiscal n.º 5025076-60.2022.8.13.0024	
a. juízo	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
b. instância	1ª instância da esfera judicial
c. data de instauração	14/02/2022
d. partes no processo	Estado de Minas Gerais (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 153.380.439,21 (cento e cinquenta e três milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos).
f. principais fatos	Trata-se de execução fiscal ajuizada em virtude de suposta redução indevida de ICMS de ICMS nas saídas de mercadorias produzidas em outros estados destinadas a contribuintes mineiros. A Companhia opôs os embargos à execução fiscal de nº 5078878-70.2022.8.13.0024, garantindo integralmente o débito, atualmente em fase pericial. Há determinação de suspensão da execução fiscal até o julgamento dos embargos.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: Concedida liminar com suspensão do feito até manifestação da Fazenda ou eventual revogação desta decisão 1ª INSTÂNCIA: N/A 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando julgamento dos Embargos à Execução Fiscal.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 4.141.119-5	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	14/06/2021
d. partes no processo	Estado de São Paulo (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 109.400.077,07 (cento e nove mil milhões, quatrocentos mil, setenta e sete reais e sete centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de ICMS por supostas diferenças em estoque. A Companhia protocolou Recurso Ordinário, em face da decisão desfavorável em 1ª instância.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Desfavorável 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso Ordinário.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.

Processo Administrativo n.º 15746.722867/2021-14	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	2ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	06/12/2021
d. partes no processo	União Federal (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.972.441,10 (vinte e um milhões, novecentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e dez centavos).
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de multa pela suposta apresentação de EFD-Contribuições com informações inexatas. Após decisão integralmente favorável à Companhia, o processo seguiu para julgamento de Recurso de Ofício.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Favorável 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando distribuição e julgamento do Recurso de Ofício.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 01.002709862-25	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais
b. instância	1ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	26/01/2023
d. partes no processo	Estado de Minas Gerais (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.190.046,85 (quatorze milhões, cento e noventa mil, quarenta e seis reais e oitenta e cinco centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de ICMS por supostas diferenças em estoque. Em 1ª instância, a Companhia obteve decisão parcialmente procedente, com a redução do crédito tributário cobrado na autuação, tendo a decisão sido mantida em 2ª instância. Tendo em vista o encerramento da via administrativa, a Companhia apresentou ação de Tutela Cautelar Antecedente, garantindo integralmente o débito.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Parcialmente favorável 2ª INSTÂNCIA: Parcialmente favorável, com manutenção da sentença de primeira instância
h. estágio do processo	Aguardando ajuizamento de execução fiscal, para discussão do débito na via judicial.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 15746.725966/2023-10	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	11/12/2023
d. partes no processo	União Federal (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 58.447.147,99 (cinquenta e oito milhões, quatrocentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativas a Títulos ou valores mobiliários - IOF incidente sobre supostas operações de crédito. Em 1ª instância, foi proferida decisão desfavorável, objeto de Recurso Voluntário pela Companhia.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Desfavorável 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso Voluntário
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 10494.720846/2023-11	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	20/12/2023
d. partes no processo	União Federal (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 17.169.844,86 (dezessete milhões, cento e sessenta e nove mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e seis centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado por suposta ausência de recolhimento dos impostos incidentes na importação de pescados, por divergência na classificação fiscal. A Companhia apresentou impugnação, pendente de julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: N/A 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando julgamento da impugnação.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 5.024.836-4	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	1ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	04/12/2023
d. partes no processo	Estado de São Paulo (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.890.151,34 (doze milhões, oitocentos e noventa mil, cento e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de ICMS em virtude de realização de operações com contribuinte posteriormente declarado inidôneo. A Companhia apresentou impugnação, pendente de julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: N/A 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando julgamento da impugnação.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio (ou parcelamento ordinário/extraordinário), em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 4.141.120-1	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	11/08/2021
d. partes no processo	Estado de São Paulo (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 9.723.210,03 (nove milhões, setecentos e vinte e três mil, duzentos e dez reais e três centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de ICMS, em virtude de suposta operação desacompanhada de documento fiscal. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias. A Companhia impetrou o mandado de segurança nº 1046947-67.2022.8.26.0053 requerendo a nulidade do julgamento administrativo. Tendo em vista o final da discussão na esfera administrativa, a Companhia ajuizou ação de Tutela Cautelar Antecedente com a apresentação de garantia integral do débito, enquanto aguarda o ajuizamento de execução fiscal.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Desfavorável 2ª INSTÂNCIA: Desfavorável
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do mandado de segurança de nº 1046947-67.2022.8.26.0053 e o ajuizamento de execução fiscal.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio (ou parcelamento ordinário/extraordinário), em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 15746.720066/2024-59	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal do Brasil
b. instância	1ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	29/01/2024
d. partes no processo	União Federal (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.768.266,86 (seis milhões, setecentos e sessenta e oito mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e seis centavos)
f. principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado para cobrança de GILRAT sobre aposentadoria especial. A Companhia apresentou impugnação, pendente de julgamento.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: N/A 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando julgamento da impugnação.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 5.050.211-6	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	18/07/2024
d. partes no processo	Estado de São Paulo (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 21.386.305,33 (vinte e um milhões, trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinco reais e trinta e três centavos).

f. principais fatos	Trata-se de Auto de infração lavrado para cobrança de ICMS sobre importações supostamente realizadas com alíquota incorreta e em virtude de suposto aproveitamento de crédito indevido. Em 1ª instância administrativa, o processo foi julgado parcialmente procedente, com a redução do crédito tributário exigido.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: Parcialmente favorável. 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando apresentação de Recurso.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remoto (R\$ 15.020.458,78) e Possível (R\$ 6.365.846,55)
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), em razão do valor envolvido.

Auto de Infração n.º 4.0124010421-17	
a. juízo	Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás
b. instância	1ª instância da esfera administrativa
c. data de instauração	15/10/2024
d. partes no processo	Estado de Goiás (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 27.932.468,27 (vinte e um milhões, trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e cinco reais e trinta e três centavos).
f. principais fatos	Trata-se de Auto de infração para cobrança de ICMS por ausência de recolhimento do imposto em supostas operações de venda com fim específico de exportação, sem a devida exportação das mercadorias. A Companhia apresentou impugnação ao auto de infração, com a comprovação de que as mercadorias

	foram exportadas.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	LIMINAR: N/A 1ª INSTÂNCIA: N/A. 2ª INSTÂNCIA: N/A
h. estágio do processo	Aguardando julgamento em 1ª instância administrativa.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do tributo em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, (ou parcelamento ordinário/extraordinário), em razão do valor envolvido.

Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia era parte nos seguintes processos judiciais de natureza cível, no montante de R\$ 44.793.607,56 (quarenta e quatro milhões, setecentos e noventa e três mil, seiscentos e sete reais e cinquenta e seis centavos) , que não estão sob sigilo e que são considerados como individualmente relevantes para a Companhia ou suas controladas, conforme abaixo:

Processo n.º 0002108-03.2020.8.26.0066	
a. juízo	4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça
b. instância	Tribunais Superiores
c. data de instauração	13/04/2020
d. partes no processo	Inbsp - Indústria e Beneficiamento de Sub-Produtos de Origem Animal Ltda. (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.936.104,94 (dois milhões novecentos e trinta e seis mil cento e quatro reais e noventa e quatro centavos)
f. principais fatos	Trata-se de Ação de Resolução Contratual c/c Perdas e Danos e Cobrança de Inadimplemento de Obrigações Contratuais ajuizada em face da Minerva. Em 13/04/2020, foi distribuída a presente ação em face da Companhia. Em 31/08/2020, foi proferida sentença parcialmente procedente. Em 02/03/2021, parcial provimento ao Recurso de Apelação interposto pela Minerva. Em 23/07/2021, publicada a decisão que inadmitiu o Recurso Especial da Inbsp.

	26/11/2024, Agravo conhecido para negar provimento ao Resp da Inbesp. 18/12/2024, Inbesp protocolou Agravo Interno.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	1ª instância: Desfavorável. 2ª instância: Parcialmente favorável. Tribunais Superiores: Aguardando julgamento.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Agravo Interno no Superior Tribunal de Justiça.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do montante em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.

Processo nº 1124308-87.2020.8.26.0100	
a. juízo	30ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b. instância	2ª instância da Esfera Judicial
c. data de instauração	19/12/2020

d. partes no processo	MCG International Pty Ltd. (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 6.841.881,39 (seis milhões oitocentos e quarenta e um mil e oitocentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos).
f. principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória por Perdas e Danos em virtude possível descumprimento contratual. Em 01/04/2024 foi proferida sentença que julgou procedentes os pedidos formulados pela parte autora. Em 13/09/2024 a Minerva interpôs Recurso de Apelação.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sentença julgou procedentes os pedidos formulados pela parte autora.
h. estágio do processo	Aguardando julgamento do Recurso de Apelação interposto pela Minerva.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Possível.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do montante em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.

Processo nº 1033262-87.2023.4.01.3900	
a. juízo	1ª Vara Federal Cível da SJPA
b. instância	1ª instância da Esfera Judicial
c. data de instauração	15/06/2023
d. partes no processo	Companhia Docas do Pará (CDP) (polo ativo) x Minerva S.A. (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35.015.621,23 (trinta e cinco milhões e quinze mil e seiscentos e vinte e um reais e vinte e três centavos)
f. principais fatos	Trata-se de Ação Indenizatória de reparação de danos materiais, lucros cessantes e direito de regresso em decorrência do acidente com o navio Haidar.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não houve decisão de mérito até o presente momento.
h. estágio do processo	Aguardando citação dos demais Requeridos.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto significativo no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	A Companhia, em caso de perda do processo, terá que efetuar o desembolso do montante em discussão, acrescido dos juros e multas aplicáveis, gerando um impacto negativo ao seu patrimônio, em razão do valor envolvido.

Processos ambientais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas eram partes em discussões administrativas e judiciais, que, individualmente consideradas, não são relevantes, à exceção dos abaixo destacados.

Processo Judicial n.º 0035481-71.2015.4.01.3900	
a. juízo	9ª Vara Federal do Estado do Pará
b. instância	2ª instância
c. data de instauração	18/12/2015
d. partes no processo	Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual do Pará e outros (polo ativo) x Minerva S.A. e outros (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 71,4 milhões (valor da causa)
f. principais fatos	Trata-se de uma Ação Civil Pública referente à apuração da responsabilidade da Companhia e outros com relação ao acidente relacionado com o naufrágio do navio que fazia a exportação de gado vivo a partir do Porto de Vila do Conde, em Barcarena/PA.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Em 19/05/2016, foi apresentada defesa pela Companhia Em 31/12/2016, aguardando inspeção judicial no Porto de Vila do Conde. Em 13/02/2017- Interposto recurso de Embargos de declaração. Em 07/03/17 - Decisão de Recurso de Embargos, que foram rejeitados. Em 18/12/17 realizada audiência de tentativa de conciliação, todavia diante da ausência de parte dos envolvidos, a audiência foi redesignada. Em 08/08/2017, acordo homologado no valor de R\$ 5 milhões. Em cumprimento provisório de sentença. Em 23/03/2018, houve interposição de Apelação que aguarda julgamento.

h. estágio do processo	Cumprimento Provisório de Sentença.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Não aplicável.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considerava este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que à época, se julgado desfavoravelmente, poderia causar impacto no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso a ação fosse julgada procedente relativamente à Companhia, a mesma teria que arcar com as perdas e danos que supostamente tenha dado causa e pagar reparações/indenizações eventualmente determinadas. Em virtude do montante envolvido, a Companhia entendeu que este processo era relevante sob o ponto de vista financeiro.

Processo Judicial n.º 0823390-08.2019.8.14.0301	
a. juízo	1ª Vara Cível e Empresarial de Abaetetuba/PA
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	12/03/2019
d. partes no processo	Associação dos Caboclos, Indígenas e Quilombolas da Amazonia (polo ativo) x Minerva S. A. e outros (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 25.466.455,31 milhões (valor atualizado, pela correção monetária aplicável, até 31/12/2024).
f. principais fatos	Trata-se de uma Ação Civil Coletiva referente à apuração da responsabilidade da Companhia e outros com relação a suposto despejo de dejetos no Rio Curuperê, em Abaetetuba (PA).
g. resumo das decisões de mérito proferidas	09/03/20 - Proferida decisão declarando a incompetência da 5ª Vara da Fazenda Pública e Tutelas Coletivas da Capital e determinando a remessa dos autos para a 1ª Vara Cível de Abaetetuba/PA. 29/01/21 - Proferida decisão pela 1ª Vara Cível de Abaetetuba, admitindo a competência para processamento do feito, haja vista a prevenção deste Juízo, onde já tramita Ação Civil Pública relativa aos mesmos fatos. 13/12/21 - Em sua contestação, o Estado do Pará

	apresentou preliminar de impugnação à gratuidade da justiça à associação autora, tendo o juízo indeferido a gratuidade processual. 19/02/2023 - Proferida Decisão que oportunizou à Cainquiama prazo adicional para a juntada de comprobatório da saúde financeira da Autora. 30/09/2024 - Proferida decisão que postergou o recolhimento das custas pela CAINQUIAMA e intimou as partes para especificarem as provas que pretendem produzir.
h. estágio do processo	Aguardando regularização processual da parte autora e fase de produção de provas
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considera este processo como relevante em razão da matéria, tendo em vista que, se julgado desfavoravelmente, poderá causar impacto na imagem da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso a ação seja julgada procedente relativamente à Companhia, a mesma teria que arcar com as perdas e danos que supostamente tenha dado causa e pagar reparações/indenizações eventualmente determinadas. Em virtude do montante envolvido e da matéria, a Companhia entendeu que este processo é relevante sob o ponto de vista financeiro e poderá causar impacto na imagem da Companhia.

Processo Judicial n.º 7002606-87.2024.8.22.0021	
a. juízo	1ª VARA GENÉRICA DA COMARCA DE BURITIS – ESTADO DE RONDÔNIA
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	12/09/2024
d. partes no processo	Estado de Rondônia (polo ativo) x Minerva S.A. e outros (polo passivo)
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.971.764,34 milhões (valor atualizado, pela correção monetária aplicável, até 31/12/2024).
f. principais fatos	Trata-se de uma Ação Civil Pública que tem por objeto, em síntese: 1) a retirada de invasores de uma área situada no interior da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, unidade de conservação estadual de uso sustentável; e 2) a condenação dos invasores e demais corresponsáveis pelos danos ambientais (materiais e morais coletivos) decorrentes da degradação ambiental causada na área invadida.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Não foram proferidas decisões relevantes
h. estágio do processo	Aguarda-se a citação dos demais réus.
i. chance de perda (possível, provável ou remota)	Não aplicável.
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia considerava este processo como relevante em razão do valor envolvido, tendo em vista que à época, se julgado desfavoravelmente, poderia causar impacto no patrimônio da Companhia.
k. análise de impacto em caso de perda do processo em questão	Caso a ação fosse julgada procedente relativamente à Companhia, a mesma teria que arcar com as perdas e danos que supostamente tenha dado causa e pagar reparações/indenizações eventualmente determinadas. Em virtude do montante envolvido, a Companhia entendeu que este processo era relevante sob o ponto de vista financeiro.

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas eram parte em aproximadamente 1969 ações de natureza trabalhista, incluindo reclamações trabalhistas individuais, ações coletivas e ações civis públicas, dentre os quais:

- (i) 1008 processos, com valor envolvido estimado em R\$ 31,92 milhões, foram avaliados pela administração da Companhia e seus assessores legais como de perda provável, estando referido valor devidamente provisionado em 31 de dezembro de 2024;
- (ii) 227 processos, com valor envolvido estimado em R\$ 14,56 milhões foram avaliados pela administração da Companhia e seus assessores legais como de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída pela Companhia; e
- (iii) 734 processos foram avaliados pela administração da Companhia e seus assessores legais como de perda remota.

De modo geral, identifica-se que boa parte das ações movidas contra a Companhia seguem uma cultura regional de litígios para discutir pequenas insatisfações cotidianas, sendo que os principais pedidos são relativos a: (a) adicional de insalubridade, horas extras; pausas térmica e psicofisiológica; e indenizações por acidente de trabalho e doenças ocupacionais.

Os valores em discussão nos referidos processos são divulgados na medida em que são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, sendo registrado nas provisões da Companhia apenas aqueles em que a possibilidade de perda é considerada provável. No entanto, a Companhia não pode assegurar que os prognósticos de probabilidade de perda irão de fato se concretizar, muito embora haja rígido controle para identificação e provisionamento, de forma que as perdas efetivas podem, eventualmente, ser significativamente maiores do que os valores provisionados.

O valor dos pedidos constantes das reclamações trabalhistas individuais, ações civis públicas e ações coletivas em discussão, em 31 de dezembro de 2024, representavam o valor global aproximado de R\$ 326 milhões e, considerando o parecer técnico dos advogados externos e a fase atual dos processos, a Companhia e suas controladas constituíram provisões para suas contingências trabalhistas, estimadas como perda provável, no valor aproximado de R\$ 31,92 milhões.

De toda forma, no entendimento da Companhia e suas controladas, nenhuma das ações de natureza trabalhista, individualmente consideradas, tem o potencial de impactar de forma relevante o patrimônio, a capacidade financeira ou os negócios da Companhia e de suas controladas, nem tampouco apresentam outros aspectos que possam influenciar a decisão de investimento dos acionistas da Companhia.

4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o valor total de aproximadamente R\$ 34,4 milhões em ações de natureza cível, trabalhista, tributária, dentre outras.

4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não era parte em processos sigilosos relevantes.

4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Termo de Ajustamento de Conduta, Acordos Judiciais e Processos Administrativos

Em 7 de julho de 2009, a Minerva firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (“TAC”) com o Ministério Público Federal do Estado do Pará, a fim de garantir que a compra de gado, pela Companhia, no Estado do Pará seja realizada apenas de fazendas fornecedoras diretas que (i) não estejam envolvidas com condições de trabalho análogas à de escravo, ou constantes no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo publicado periodicamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, (ii) não estejam localizadas em áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, por abrigarem atividades ilegais contra o meio ambiente; e (iii) não tenham envolvimento com invasão de terras indígenas, violência agrária, grilagem, desmatamento ou outros conflitos agrários, lesões às comunidades quilombolas e populações tradicionais no Estado do Pará. Na hipótese de a Companhia não cumprir com as obrigações por ela assumidas no âmbito do TAC aqui referido, poderá incorrer em impactos negativos significativos em suas atividades e em sua imagem.

Com o objetivo de cumprir as disposições previstas no TAC, a Companhia mantém um departamento interno de sustentabilidade corporativo, responsável por (i) monitorar o cumprimento, pelos seus fornecedores diretos, dos critérios socioambientais estabelecidos no TAC; (ii) orientar os pecuaristas através de eventos e visitas técnicas promovidos pela Companhia, para que eles se mantenham em conformidade com os referidos critérios; (iii) sugerir aos fornecedores não-conformes instruções para que estes se regularizem e retornem à lista de fornecedores habilitados a fornecimento de gado à Companhia.

Os fornecedores diretos que não atendem aos critérios socioambientais estabelecidos pela Minerva, tendo em vista as exigências do TAC firmado com o Ministério Público Federal do Estado do Pará, são bloqueados da base de fornecedores e somente podem voltar a fornecer gado para a Companhia caso comprovem ter sanado as irregularidades que levaram ao seu bloqueio. Apenas a título ilustrativo, a resolução de tais irregularidades pode ser comprovada por meio da celebração, pelo fornecedor, de um TAC próprio com o Ministério Público Federal, ou por meio do pagamento de uma multa, por exemplo. Ainda, anualmente a Companhia realiza auditoria em seus fornecedores, por meio da contratação de empresa de auditoria independente, internacionalmente reconhecida, para garantir que os critérios do TAC celebrado entre a Companhia e o Ministério Público Federal do Estado do Pará estão sendo atendidos. O relatório com as conclusões das auditorias é disponibilizado publicamente no site da Minerva.

Com a celebração do referido TAC, entre a Minerva S. A. e o Ministério Público Federal, a Companhia encontra-se no seleto rol de empresas que fizeram acordos nos termos e diretrizes firmados no projeto “carne legal” que contribuiu significativamente para redução do desmatamento na região Amazônica. Engajada no integral cumprimento do presente TAC, a Minerva S. A. apresentou os melhores resultados nos processos de auditoria do Ministério Público entre os principais atores, com 100% de conformidade no relatório de 2016 (publicado

em março de 2018), 99,74% de conformidade no relatório de 2017 (publicado em novembro de 2019), 100% de conformidade nos relatórios de 2019, 2020 e 2021 (publicados respectivamente em 2021, 2022 e 2023). Importante ressaltar que a Companhia também realizou de forma proativa auditorias nos estados do Mato Grosso e Rondônia seguindo os critérios socioambientais do Protocolo de Monitoramento de Fornecedores de Gado da Amazônia de forma voluntária, uma vez que não possui compromissos firmados com o Ministério Público Federal nos referidos estados. Os resultados mostraram que as comercializações realizadas pela Minerva Foods entre julho de 2020 e dezembro de 2021, em Rondônia, obtiveram 100% de conformidade. Para o estado do Mato Grosso, também foi obtido 100% de conformidade nas transações realizadas entre janeiro e dezembro de 2021.

Em 06 de outubro de 2015, a Companhia firmou um TAC com o Ministério Público do Trabalho de São José do Rio Preto/SP, a fim de continuar a cumprir e a aperfeiçoar os procedimentos e condições de trabalho de seus colaboradores da unidade de José Bonifácio/SP, nos termos da legislação trabalhista em vigor, inclusive, no que se refere às Normas Regulamentadoras aplicáveis.

Processos Administrativos, trata-se de processos administrativos iniciados pelo MAPA e atualmente conduzidos no âmbito da Corregedoria Geral da União decorrentes de fatos divulgados pela Companhia relativos a supostas irregularidades envolvendo Auditores Fiscais Federais Agropecuários (AFFA) no Estado de Tocantins. Atualmente não há elementos suficientes para estimativa de possíveis contingências.

Em 15 de junho de 2015, a Companhia firmou um Acordo Judicial com o Ministério Público do Trabalho de Goiânia, a fim de continuar a cumprir e a aperfeiçoar os procedimentos e condições de trabalho de seus colaboradores da unidade de Palmeiras de Goiás/GO, nos termos da legislação trabalhista em vigor, inclusive, no que se refere às Normas Regulamentadoras aplicáveis. Por força de referido acordo, a Ação Civil Pública – Processo nº 0011899-48.2014.5.18.0011, que era movida pelo Ministério Público do Trabalho de Goiânia contra a Companhia, foi encerrada.

Em 19 de janeiro de 2022, a Companhia firmou um Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, ambos do Estado do Tocantins, a fim de garantir que a compra de gado, pela Companhia, no Estado do Tocantins seja realizada apenas de fazendas fornecedoras diretas que (i) não estejam envolvidas com condições de trabalho análogas a de escravo, ou constantes no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo publicado periodicamente pela Secretaria de Trabalho, pertencente ao Ministério da Economia, (ii) não estejam localizadas em áreas embargadas divulgadas na internet no sítio dos órgãos do SISNAMA, por abrigarem atividades ilegais contra o meio ambiente; e (iii) não tenham envolvimento com invasão de terras indígenas, violência agrária, grilagem, desmatamento ou outros conflitos agrários, lesões às comunidades quilombolas e populações tradicionais no Estado do Tocantins.

Na hipótese de a Companhia não cumprir com as obrigações por ela assumidas no âmbito do TCA aqui referido, poderá incorrer em impactos negativos significativos em suas atividades e em sua imagem.

Com o objetivo de cumprir as disposições previstas no Termo de Compromisso, a Companhia mantém um departamento interno de sustentabilidade corporativo, responsável por (i) monitorar o cumprimento, pelos seus fornecedores diretos, dos critérios socioambientais estabelecidos no documento; (ii) orientar os pecuaristas através de eventos e visitas técnicas promovidos pela Companhia, para que eles se mantenham em conformidade com os referidos critérios; e (iii) sugerir aos fornecedores não-conformes instruções para que estes se regularizem e retornem à lista de fornecedores habilitados ao fornecimento de gado à Companhia. Os fornecedores diretos que não atendem aos critérios socioambientais estabelecidos pela Companhia, tendo em vista as exigências do Termo firmado com o Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado do Tocantins, são bloqueados da base de fornecedores e somente podem voltar a fornecer gado para a Companhia caso comprovem ter sanado as irregularidades que levaram ao seu bloqueio. Apenas a título ilustrativo, a resolução de tais irregularidades pode ser comprovada por meio de cumprimento de obrigação imposta. Ainda, anualmente está prevista a realização de auditoria por meio da contratação de empresa de auditoria independente, para garantir que os critérios do Termo celebrado entre a Companhia e os Ministérios Públicos Federal e do Estado do Tocantins estão sendo atendidos, sendo que o relatório com as conclusões das auditorias deve ser disponibilizado no site da Companhia.

Com a celebração do referido Termo de Compromisso, a Companhia encontra-se no seleto rol de empresas que fizeram acordos nos termos e diretrizes firmados no projeto “carne legal” que contribuiu significativamente para redução do desmatamento na região Amazônica. Engajada no integral cumprimento do presente Termo, a Minerva vem cumprindo com todas as condições de compra de matéria prima previstas e aguarda os melhores resultados nos processos de auditoria quando de sua realização, repetindo os resultados apresentados nos ciclos de auditoria realizados em decorrência de outros compromissos firmados.

Processos relevantes em outras jurisdições

Trata-se de ação ambiental, com pedido de indenização, para fins de restaurar as condições ambientais do rio Matanza- Riachuelo poluído. Está sendo ouvido pelo Supremo Tribunal Nacional de Justiça ou NSCJ. A NSCJ concordou em conhecer o caso como ação coletiva e ordenou que os réus apresentassem um plano integrado de limpeza da bacia hidrográfica (que deveria conter uma lista de agentes poluidores, entre outros aspectos). Em 2018, o NSCJ emitiu uma decisão em conexão com a análise da intimação de terceiros para comparecer no processo. O NSCJ ordenou à Autoridade de Cuenca Matanza Riachuelo (ACUMAR) que fornecesse uma lista das empresas declaradas como poluentes pela ACUMAR, e esta informou mais de 5.000 “agentes poluidores” (dos mais de 5.000 com atividade na bacia) dentre eles a Swift Argentina S.A., relativamente a Planta de Pontevedra. Até o momento, o NSCJ não apresentou uma

resolução sobre esta questão, sendo certo que a Swift Argentina não é parte nesse processo. Em agosto de 2022, a parte autora fez um pedido para exigir do Tribunal uma lista dos réus da ação, mas até o momento não houve nenhuma movimentação processual. Em outubro de 2024, a Suprema Corte de Justiça da Argentina decidiu (i) concluir sua supervisão da execução da sentença de 8 de julho de 2008 e (ii) encerrar o processo relacionado ao dano coletivo. Os casos —processos contenciosos— atualmente pendentes perante os juízes que estavam encarregados da execução da sentença deste caso como resultado da jurisdição conferida pela Suprema Corte (em 2012, a Corte delegou a execução da sentença aos seguintes tribunais: Juizado Nacional Federal Penal e Correccional nº 12 e Juizado Federal Penal e Correccional de Morón), relacionados à implementação do plano, continuarão seus procedimentos perante o tribunal com jurisdição territorial e material, de acordo com as regras processuais ordinárias aplicáveis.

Processos repetitivos ou conexos

Abaixo são apresentadas informações acerca dos processos judiciais, administrativos e arbitrais não sigilosos, repetitivos ou conexos, baseados em fatos ou causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas figuravam como parte em 31 de dezembro de 2024 e que, em conjunto, eram considerados relevantes:

Processos Previdenciários	
a. valores envolvidos	Aproximadamente R\$ 94 milhões (valores atualizados pela correção monetária aplicável até 31/12/2024)
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Nos processos previdenciários aqui referidos, as discussões dizem respeito aos questionamentos de constitucionalidade das modificações introduzidas pela Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001, (i) no artigo 25 c/c artigo 30, inciso IV, da Lei nº 8.212/1991, relativas à incidência da contribuição do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural); e/ou (ii) no artigo 6º da Lei nº 9.528/1997, referente à alíquota da contribuição do empregador rural pessoa física e a do segurado especial para o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Processos Cíveis	
a. valores envolvidos	Aproximadamente R\$ 827.886.526,09, com base na soma dos valores iniciais atribuídos as causas.
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Nos processos cíveis aqui referidos, parte das discussões dizem respeito à Ações Plúrimas de Indenização ajuizadas em face de Minerva S.A. e outros, objetivando o pagamento de indenização por danos morais e materiais, decorridos do naufrágio do Navio Haidar. Em resumo, os autores pleiteiam (i) pedidos de antecipação de efeitos da tutela com o pagamento de um salário mínimo por 24 meses; e/ou (ii) condenação por danos materiais e morais em torno de 60 salários mínimos. Em 51 das ações há sentença de improcedência e o prognóstico de perda é remoto. A soma do valor dos pedidos, devidamente atualizado até a data-base 31/12/2024 representa R\$ 2.068.877.899,36.

Processos Cíveis	
a. valores envolvidos	Aproximadamente R\$ 3.825.642,08, com base na soma dos valores iniciais atribuídos as causas.
b. prática do emissor ou de sua controlada que causou tal contingência	Nos processos cíveis aqui referidos, as discussões dizem respeito a Ações Plúrimas de Indenização ajuizadas em face de Minerva S.A., objetivando o pagamento de indenização por danos econômicos e financeiros, supostamente decorrentes das atividades de uma Controlada no Estado do Pará. Em nenhuma ação há decisão desfavorável e o prognóstico de perda é remoto. A soma do valor dos pedidos, devidamente atualizada até a data base 31/12/2024, representa o montante de R\$ 7.455.674,82.

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia dispõe de Política de Gerenciamento de Riscos (“Política”), cuja última versão revisada foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 09 de maio de 2023 e se encontra disponível para consulta nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.minervafoods.com>) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm>).

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i. os riscos para os quais se busca proteção

A Política tem como objetivo principal compreender, avaliar e estabelecer medidas de resposta para antecipar e reduzir possíveis perdas, com o intuito de manter os riscos em níveis aceitáveis pela administração. O gerenciamento de riscos integrado em todos os aspectos do negócio visa a garantir que as decisões sejam embasadas em uma compreensão sólida dos riscos envolvidos, promovendo uma abordagem proativa no monitoramento e mitigação de tais riscos.

Os principais fatores de risco aos quais a Companhia está exposta, detalhados nos itens 4.1 e 4.3 deste Formulário de Referência, são categorizados de acordo com sua natureza e origem, conforme descrito a seguir:

- (i) riscos estratégicos;
- (ii) riscos financeiros, subdivididos em
 - (a) riscos de mercado,
 - (b) riscos de crédito,
 - (c) riscos de liquidez;
- (iii) riscos de *compliance*;
- (iv) riscos operacionais.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os riscos identificados pela Companhia são avaliados e classificados quanto à probabilidade de ocorrência e a magnitude dos impactos decorrentes de sua materialização, permitindo que riscos considerados de maior relevância sejam tratados com prioridade.

Atendendo a uma demanda do Comitê de Auditoria Estatutário, em 2023 a Companhia contratou uma consultoria independente e habilitada para apoiar na construção da sua Matriz de Risco Corporativos. Durante este processo, foram envolvidas 18 áreas de negócio e respectivas diretorias. A Matriz de Riscos Corporativos foi concluída em dezembro 2023 e incluída como parte do processo de gestão riscos, visando identificar, avaliar e mitigar os riscos nas operações. A matriz foi revisada pela Diretoria e apresentada ao Comitê de Auditoria Estatutário, que apresentou para o Conselho de Administração em Fevereiro de 2024. O plano de Auditoria Interna para os anos de 2024 e 2025 serão elaborados com base na matriz e apresentados ao Comitê de Auditoria Estatutário. A principal ferramenta utilizada no gerenciamento de riscos é o mapa integrado de riscos da Companhia, elaborado, avaliado e monitorado pelas estruturas competentes responsáveis. Tal gerenciamento tem por premissa a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, por meio das seguintes ações:

- (i) identificação dos principais riscos de negócios, tanto internos quanto externos, aos quais a Minerva está exposta;
- (ii) quantificação dos impactos econômicos diretos e indiretos;
- (iii) avaliação contínua dos riscos, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro aos negócios, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais riscos;
- (iv) adoção de procedimentos internos de gestão de riscos, com atribuições e funções de competências hierárquicas entre diversas áreas e departamentos da Companhia;
- (v) análises dos riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa;
- (vi) monitoramento de mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia; e
- (vii) difusão da cultura de risco e consequente busca pelas melhores práticas de mercado.

Adicionalmente, a Companhia nota que utiliza, para fins de proteção patrimonial, diversos instrumentos de proteção às taxas de juros, variação cambial e preço de gado, tais como:

- transações de troca de taxas (swaps);
- contratos futuros de dólar norte-americano na B3;
- NDFs (non deliverable forwards);
- captações em moeda estrangeira;
- retenção de caixa em dólares norte-americanos;
- opções sobre contratos futuros de dólar norte-americano na B3;

- opções e entrada de recursos em dólares norte-americanos e euros (fechamento de câmbio pronto);
- recompra de Notes ou Bonds no mercado internacional;
- contratos futuros de boi gordo na B3; e
- opções sobre contratos futuros de boi gordo na B3.

Além dos instrumentos utilizados para proteção patrimonial dos riscos de variação de juros, câmbio e preço de compra de gado, acima descritos, a Companhia tem como prática a análise constante dos riscos de mercado aos quais está exposta e toma as seguintes medidas adicionais para mitigar os riscos de mercado descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência:

- Riscos de crédito: a Companhia limita sua exposição ao risco de crédito por cliente e por mercado, através de sua área de análise de crédito e gestão da carteira de clientes. Desta forma, busca-se reduzir a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas para a Companhia em caso de inadimplência ou implementação de barreiras sanitárias e/ou comerciais em países para os quais exporta. A Companhia adota uma política de crédito que estabelece um limite de crédito de até 30% do faturamento do cliente com pelo menos um ano de relacionamento. Adicionalmente, com o objetivo de reduzir o risco de crédito, a Companhia diversifica suas vendas a clientes, de modo que nenhum cliente represente mais de 5,0% de sua receita bruta de vendas. Além disso, a Companhia monitora o risco de crédito através de: (i) uma análise detalhada das demonstrações financeiras dos clientes; (ii) um sistema interno de classificação do risco dos clientes; e (iii) consultas às agências de notação de crédito.
- Riscos das operações internacionais e de exportação: a Companhia exporta seus produtos para mais de 100 países, dando ampla flexibilidade na alocação de seus produtos. Dessa forma, os riscos relacionados às operações internacionais e regulamentos são mitigados, pois a ocorrência de determinado evento que sujeite a Companhia a qualquer risco em determinado país não representa uma alteração relevante na receita total da Companhia, podendo esta ainda realocar o volume para outros mercados.
- Riscos de deterioração da conjuntura econômica: A Companhia exporta seus produtos para mais de 100 países de forma a mitigar o risco de concentração de mercado e ampliar a flexibilidade na alocação de seus produtos, caso haja deterioração da conjuntura econômica em determinados mercados.
- Riscos decorrentes da utilização de instrumentos financeiros derivativos: a Companhia opera instrumentos financeiros com o objetivo exclusivo de proteção patrimonial (hedge) e, portanto, não utiliza tais instrumentos para o fim de especulação financeira.

Além disso, a Companhia adota mecanismos para gerenciamento de riscos (hedge) cujo controle e gestão são de responsabilidade da Diretoria Financeira, seguindo as decisões tomadas por membros da Diretoria Executiva da Companhia, colaboradores e consultores externos, e utilizando-se de instrumentos de controle através de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Os riscos são monitorados diariamente para corrigir eventuais exposições adicionais e aderência à política de riscos, além de controles de margens e ajustes. Ademais, o Conselho de Administração possui mandato para estabelecer o nível de proteção (hedge) da dívida de longo prazo da Companhia.

A Companhia também possui uma estrutura formal para gerenciamento de riscos de commodities chamada de Beef Desk, coordenada pela área de inteligência de mercado. Através de reuniões diárias, diversas áreas da Companhia, tais como comercial, de planejamento e produção, de compra de gado, de tesouraria e de risco de mercado, coordenadas pela área de inteligência de mercado, discutem as forças de mercado e o potencial reflexo nas curvas de preços de insumos e produtos finais, balizando a estratégia de operação no curtíssimo prazo. Várias estratégias são utilizadas com o intuito de mitigar o risco de volatilidade de preços, assim como maximização das margens.

A Companhia dispõe de uma base operacional diversificada, uma vez que suas unidades industriais estão estrategicamente localizadas em 6 estados brasileiros (Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rondônia, São Paulo e Tocantins), no Paraguai nas cidades de Assunção, San Antonio e Belén, no Uruguai nas cidades de Canelones, Melo e Montevideu, na Argentina nas cidades de Berazategui, Colonia Caroya, Pontevedra, Rosario e Venado Tuerto, e em Ciénaga de Oro e Bucaramanga, na Colômbia, o que mitiga o risco sanitário de sua operação e reduz o risco de bloqueio total para comercialização de sua produção. Para informações adicionais vide item 1.2 deste Formulário de Referência.

A Companhia acredita possuir uma equipe experiente e segue as melhores práticas de governança. A Companhia acredita que sua liderança, tanto no mercado internacional, quanto nacional, se deve principalmente à sua estratégia gerencial diferenciada. Para maiores informações, vide descrição sobre “Administração Experiente e Estratégia Diferenciada” no item 1.2 deste Formulário de Referência.

Apesar da natureza altamente competitiva da indústria bovina, a escala elevada e a qualidade dos produtos da Companhia lhe permitem obter preços competitivos nos seus mercados, o que permite uma presença global e com um market share de aproximadamente 20% nas exportações da América do Sul.

Além da diversificação geográfica na atuação com commodities e produtos de alto valor agregado, a Minerva também conta com diversas linhas de negócio, que atendem diferentes segmentos do mercado, as quais são: (i) Minerva Fine Foods que opera com carnes processadas em diferentes modelos de preparação, congelamento, cozimento e embalagem, incluindo proteínas de aves, suínos e bovinos; (ii) Minerva Energia explorando o setor energético no Brasil, administrando contratos de compra nos mercados livre e regulamentado; (iii) Minerva Foods Asia fornecendo de carnes premium para mercados internacionais e conta com uma trading de importação e exportação de carnes congeladas; (iv) Minerva Casings atuando na produção e comercialização de envoltórios naturais oriundos das operações de abate para o mercado de embutidos; (v) Minerva Biodiesel gerando energia renovável a partir do sebo bovino; (vi) Minerva Ingredients produzindo e comercializando ingredientes para pet food, como sebo, farinhas de osso e sangue e ossos; (vii) Minerva Foods Shop uma loja modelo situada na cidade Barretos/SP com foco no consumidor final; (viii) Minerva Leather a qual industrializa e comercializa couros de alta qualidade oriundos do abate da Minerva Foods para os setores de calçados, vestuário, móveis e automotivo; e (ix) MyCarbon uma empresa subsidiária da Minerva Foods focada na atividade de comercialização de créditos de carbono e produtos e serviços ligados à transição para uma economia de baixo carbono.

Não obstante, a Companhia vem buscando aprimorar seus métodos de gestão, maximizar as oportunidades e avançar na cadeia de valor da indústria. Assim, definiu sua estratégia de inovação e dividiu-a em quatro frentes que tem ligação direta com a operação, o investimento no desenvolvimento de novos negócios e com a sustentabilidade: análise de dados e ferramentas de otimização, iniciativas de venture capital e mercado de carbono.

A diversificação geográfica e de negócios somados ao compromisso e engajamento com a Sustentabilidade da sua cadeia de valor de forma material, focada na ecoeficiência das operações e no combate às mudanças climáticas e desmatamento ilegal na América do Sul são importantes fatores no gerenciamento e mitigação dos riscos operacionais.

Para a proteção dos riscos de compliance, a Companhia também possuiu uma área independente de Compliance a qual estabeleceu um programa de integridade para condução suas atividades pautadas na ética, integridade e cumprimento das legislações a fim de prevenir, detectar e corrigir eventuais atos contrários ao estabelecido.

Além disso, vem de forma contínua fortalecendo as melhores práticas de governança, com foco nos pilares de anticorrupção, prevenção a perdas e fraudes, e implementando processos de monitoramento das práticas adotadas em nome da Companhia, revisão dos documentos, diligências, verificação de conflitos de interesses, ações de comunicação e realização de treinamentos, de modo a garantir o atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, tanto nacionais, quanto internacionais, pela Companhia, pelos

seus colaboradores, pela Administração e fornecedores. A materialidade do Programa de Integridade pode ser observada pela divulgação do seu primeiro Relatório Anual de Compliance, que acompanha as principais atividades realizadas ao longo do ano de 2022, disponível em minervafoods.com/etica-e-compliance/

Ademais, a Companhia disponibiliza a sua Administração e aos seus colaboradores orientações mínimas sobre a conduta deles esperada (por exemplo, como agir no contato com agente público, orientações quanto a receber ou oferecer presentes, brindes, patrocínios ou outros), sendo que, em caso de violação das regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia, são aplicadas sanções internas, conforme previsto no Código de Ética – Guia de Conduta.

Em linha com seus valores e princípios, a Companhia também estabeleceu um Código de Conduta dos Parceiros de Negócio com as orientações mínimas sobre a conduta esperada pelos fornecedores, clientes, representantes de demais terceiros brasileiros que mantêm relacionamento com a Companhia. Desta forma, buscamos nos relacionar com parceiros e profissionais que sejam aderentes às boas práticas e estejam em conformidade com a legislação vigente.

Como forma de estabelecer um canal de contato para recepcionar as denúncias, sugestões, críticas, reclamações, tanto do público interno, quanto externo, a Minerva S.A. possui o “Conexão Minerva”, como é denominado o canal de denúncia, disponível 24h e que possibilita usuários realizarem registros anônimos. O Canal é confidencial, independente e imparcial na análise dos casos recebidos e preserva o anonimato, bem como assegura a transparência, sem que ocorram retaliações, proporcionando gerenciamento apropriado e tempestivo dos temas abordados por meio do canal, além de possuir um Comitê de Ética e Integridade para dirimir dúvidas e deliberar sobre os temas recebidos.

Sobre os aspectos de meio ambiente, a Companhia permanece pautada em atender a todos os requisitos ambientais aplicáveis ao tipo de atividade, realizando periodicamente os monitoramentos ambientais para verificação da eficiência dos sistemas. Houve ainda a implementação de novas tecnologias em algumas de suas unidades, e o desenvolvimento de estudos para avaliar as necessidades e garantir resultados dentro dos padrões nas demais, bem como investimentos para aumentar a eficiência da gestão de todos os resíduos gerados. O gerenciamento de requisitos legais é realizado continuamente e todos os aspectos significativos identificados pela Companhia são monitorados, de forma a evitar qualquer dano ambiental e não cumprimento de requisito legal. Devido a este monitoramento, todos os impactos ambientais estão controlados, quando não, mitigados.

No Compromisso com a Sustentabilidade assumido pela Companhia em 2021, foram estabelecidas metas visando a ecoeficiência nas operações, a redução da intensidade das

emissões de gases do efeito estufa (GEE) nos escopos 1 e 2 em 30% até 2030; manter emissões líquidas zero na matriz energética das operações (escopo 2), meta atingida em 2020 e mantida em 2021, com 100% da energia advinda de fontes renováveis; analisar cenários de descarbonização e trajetória futura de emissões; ampliar os investimentos em energia renovável; e investir em tecnologias para aumentar a eficiência no tratamento de efluentes e emissões atmosféricas.

Ainda em 2021, foi realizado um estudo com uma consultoria especializada para definir o plano de descarbonização para emissões dos escopos 1 e 2. O levantamento avaliou as emissões da Minerva Foods nos últimos anos, o perfil de emissões do setor de produção de proteínas e desenhou cenários de emissões considerando as perspectivas operacionais e estratégicas da Companhia, tendo como base metodologias reconhecidas internacionalmente. Como resultado, a Companhia obteve por meio de uma Curva MAC (Marginal Abatement Cost Curve – Curva de Custo Marginal de Abatimento) um indicativo dos projetos mais eficientes em termos de custo por abatimento de emissões para priorização nos próximos anos. A lista de projetos a serem implementados, com impacto nas emissões de escopo 1, contemplam, entre outros, a modernização e troca de tecnologia das Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) e a troca de combustíveis utilizados nas caldeiras nas operações da Argentina e Colômbia.

Por fim, vale ressaltar que os diversos departamentos da Companhia, dentro de suas atribuições e funções hierárquicas, são responsáveis por monitorar e mitigar os riscos relacionados à sua área e competência de atuação, sendo que o controle e monitoramento de riscos realizado por cada departamento é diretamente orientado e supervisionado pela Administração da Companhia. Eventuais desvios são reportados para a Administração da Companhia, à qual cabe tomar as medidas para minimizar os impactos negativos. Ademais, os trabalhos de monitoramento e assecuração do ambiente de riscos seguem os valores e princípios éticos estabelecidos no Código de Ética da Companhia.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Em linha com o disposto no item 8.2 da sua Política, a Companhia mantém uma estrutura organizada responsável pela aplicação do processo de gerenciamento de riscos, em diferentes níveis da organização, que abrange o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Finanças, Riscos e Estratégia, a Diretoria, a Auditoria Interna e todos os seus colaboradores.

Nesse contexto, as áreas envolvidas, de acordo com as suas respectivas atribuições, coordenam o processo de gestão de riscos através da identificação e classificação, avaliação de impacto e probabilidade, comunicação, conscientização de pessoas,

monitoramento e melhoria contínua, considerando também riscos que possam impactar significativamente a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia.

Para tanto, a Política define as seguintes principais responsabilidades aos órgãos internos da Companhia:

Conselho de Administração: órgão responsável por aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos, tem dentre suas atribuições a serem exercidas diretamente e/ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário, (i) analisar e implementar medidas mitigatórias dos fatores de riscos aos quais a Minerva está exposta; (ii) estabelecer o nível de proteção (*hedge*) da dívida de longo prazo da Companhia; (iii) definir o nível de apetite ao risco da Minerva na condução de seus negócios; e (iv) monitorar, constantemente, as mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar as atividades da Companhia e (v) avaliar, anualmente, a estrutura e o orçamento da Auditoria Interna, assegurando que sejam suficientes ao desempenho de suas funções.

Diretoria: tem por atribuição adotar mecanismos para gerenciamento de riscos (*hedge*), cujo controle e gestão são de responsabilidade da Diretoria Financeira, seguindo as decisões tomadas por membros da Diretoria da Companhia, colaboradores e consultores externos, utilizando-se de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. A Diretoria Financeira é responsável por, uma vez identificadas as exposições da Companhia a riscos de mercado, consolidar todos os parâmetros e buscar proteção com operações no mercado de bolsa de valores, de modo a mitigar e/ou neutralizar os riscos da Companhia. Cabe, ainda, à Diretoria avaliar, ao menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (*compliance*) e prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

Comitê de Finanças, Riscos e Estratégia: tem entre suas principais atribuições auxiliar o Conselho de Administração (i) no monitoramento dos indicadores financeiros e avaliação da eficácia das políticas financeiras aplicadas pela Companhia, no cumprimento de suas responsabilidades, compreendendo, mas, não se limitando, a emissão de recomendações ao Conselho de Administração sobre os riscos e estratégias de mitigação, com vistas a conferir maior eficiência e qualidade às decisões tomadas pelo Conselho de Administração, e com isso, alcançar excelência na gestão financeira adotada pela Companhia; (ii) no monitoramento e avaliação das estratégias aplicada pela Companhia, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial, com seus potenciais reflexos na posição financeira, operacional e estratégica da Companhia; (iii) na análise e emissão de recomendações às propostas de planos estratégicos e de negócios, bem como das demais diretrizes e orientações relacionadas às estratégias da Companhia a serem

submetidas ao Conselho de Administração; e (iv) a identificação e análise de eventuais oportunidades de negócios, bem como o debate de outras questões que o Conselho de Administração julgar pertinente, objetivando a obtenção de maior eficiência e qualidade às decisões tomadas pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, nos termos de seu regimento interno, o Comitê de Comitê de Finanças, Riscos e Estratégia, juntamente com o Conselho de Administração da Companhia, deve analisar, constantemente, o desempenho financeiro e a estratégia da Companhia monitorando mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida.

O Comitê de Finanças, Riscos e Estratégia reporta-se, periodicamente, ao Conselho de Administração, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia.

Comitê de Auditoria Estatutário: compete ao Comitê, sem prejuízo das demais atribuições previstas na regulamentação aplicável e nas normas internas da Companhia, ou de atribuições adicionais que venham a lhe ser outorgadas pelo Conselho de Administração:

- (i) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia;
- (iii) supervisionar e acompanhar os trabalhos da área de Auditoria Interna, da área de controles internos da Companhia e da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar, em coordenação com o Comitê de Finanças, Riscos e Estratégia, as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho quanto à adequação ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia, inclusive a Política de Transações com Partes Relacionadas;
- (vi) monitorar a independência, qualidade e adequação do trabalho dos auditores independentes às necessidades da Companhia, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, bem como diligenciando para que não sejam contratados serviços extras de auditoria que possam comprometer a independência dos auditores;
- (vii) auxiliar no contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho;
- (viii) avaliar o relatório de recomendação de deficiências dos controles internos apontados pela auditoria independente;
- (ix) acompanhar as instâncias competentes da Companhia no tratamento dado às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo Canal de Denúncias, adotando medidas para garantir a proteção, o anonimato e a não-retaliação dos eventuais denunciante;
- (x) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê;
- (xi) quando necessário ou pertinente, reunir-se com os demais comitês

da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (xii) quando necessário ou pertinente, sugerir ao Conselho alterações ao seu próprio Regimento Interno e/ou regras complementares para o seu funcionamento; e (xiii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia, observando o conteúdo mínimo exigido na regulamentação aplicável.

Auditoria Interna: é responsável pela verificação e avaliação da efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e de governança da Companhia, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração da Companhia, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Abaixo apresentamos organograma que contempla a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia:

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração e diversos órgãos da Companhia mencionados neste item 5.1, no limite de suas atribuições, monitoram e avaliam, utilizando-se de procedimentos e mecanismos que a Companhia considera adequados, o processo de gerenciamento de riscos da Companhia e se as operações efetuadas estão de acordo com as políticas adotadas, bem como se representam ou não exposição a riscos que comprometam o atendimento dos seus objetivos.

O resultado desta avaliação, com o intuito de assegurar o cumprimento das diretrizes de riscos, é submetido ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria Interna Estatutário e interações com a Diretoria.

Mais além, conforme exposto acima, a Companhia monitora continuamente os riscos de mercado aos quais está exposta por meio dos controles internos e estruturas organizacionais deste Formulário de Referência. Com base nisso, a Administração da Companhia entende que a sua estrutura operacional e os controles internos por ela utilizados são adequados ao porte, riscos e complexidade das atividades da Companhia, sendo suficientes para a contínua verificação da efetividade dos mecanismos de gerenciamento de riscos de mercado por ela adotados.

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O sistema de controles internos da Companhia consiste em um processo estruturado, que abrange a estrutura organizacional descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência e todos os colaboradores da Companhia, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios da Companhia e da elaboração confiável das demonstrações financeiras da Companhia, em linha com os dispositivos legais e com as normas editadas pelos órgãos reguladores aplicáveis. Os sistemas e fluxos de processos são continuamente reavaliados pela Administração da Companhia e testes de aderência são regularmente aplicados com o intuito de aferir a efetividade dos controles existentes.

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas por Auditores Independentes conforme resolução CVM 80/2022, a qual, anualmente, elabora uma carta de recomendações em relação aos controles internos da Companhia, cujos principais pontos são listados no item “d” abaixo.

Os Diretores da Companhia mantêm um processo de revisão, aprimoramento e melhorias dos controles internos relativos à preparação e elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, com o objetivo de manter a transparência e fornecer informações contábeis confiáveis aos seus acionistas e ao mercado em geral.

As limitações inerentes ao processo e eventuais pontos com necessidade de melhoria, identificados na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, não geraram impactos relevantes em referidas demonstrações financeiras anuais ou trimestrais e estão sendo monitorados de forma constante para alcançar melhoras nos graus de controle da Companhia.

A Companhia tem como prática em sua organização relativa a controles internos o uso de sistemas de software de alta tecnologia, usando inclusive, alguns módulos integrados do SAP que auxiliam na governança e no controle da veracidade e integridade das informações dispostas nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia possui, ainda, mecanismos e procedimentos para monitoramento constante dos seus processos operacionais e financeiros, objetivando, dentre outros: (1) manutenção de registros que reflitam, de forma apurada e precisa, as transações e

disposições de ativos da Companhia; (2) segurança de que as transações registradas permitem a preparação das demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e que os recebimentos e desembolsos da Companhia sejam efetuados somente com as autorizações da Administração da Companhia; (3) segurança em relação à prevenção ou detecção tempestiva de operações de aquisição, uso ou venda não autorizados de ativos da Companhia que possam ter um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras; (4) identificação e correção de deficiências ou inobservâncias que comprometam a conformidade da Companhia com políticas e normas por ela adotadas, tais como eventuais casos de fraudes, danos ou desvios de patrimônio; (5) segurança de informação aos sistemas informatizados da Companhia e proteção de dados restritos; bem como (6) gestão constante dos fatores de risco aos quais a Companhia está exposta, conforme o item 5.1 deste Formulário de Referência.

Com relação aos seus controles internos (*Compliance*), a Companhia de forma contínua vem fortalecendo as melhores práticas de governança com base em padrões e *frameworks* reconhecidos internacionalmente, com foco não só nas temáticas de ética e integridade mas também de anticorrupção e prevenção a perdas e fraudes. Por meio do Programa de Integridade denominado “Jeito Ético de Ser Minerva” o departamento de Compliance atua na revisão de Políticas e Procedimentos, diligências, verificação de conflitos de interesses, ações de comunicação, realização de treinamentos, *risk assessment*, bem como monitoramento contínuo das práticas adotadas em nome da Companhia. Tais ações reafirmam o compromisso da Companhia no atendimento a todas as leis e normas regulamentares aplicáveis, tanto nacionais quanto internacionais, pelos seus colaboradores, Alta Administração e Parceiros de Negócios. Ademais, treinamentos anuais de integridade são disponibilizados aos executivos da Alta Administração bem como aos demais colaboradores, fornecendo orientações mínimas sobre a conduta deles esperada na condução de suas atividades. Violações às regras internas ou exigências externas envolvendo a Companhia poderão ensejar em sanções internas conforme previsto no Código de Ética – Guia de Conduta. A materialidade do Programa de Integridade pode ser observada pela divulgação do seu Relatório Anual de Compliance, que acompanha as principais atividades realizadas ao longo do ano, disponível em minervafoods.com/etica-e-compliance/

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira – principal área responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e que se reporta diretamente para a Presidência da Companhia – conta com

o suporte do Conselho de Administração, demais Diretorias, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Finanças, Riscos e Estratégia, o Comitê Fiscal e demais áreas de assessoramento coordenam o processo de revisão das demonstrações financeiras, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis.

Os controles internos que influenciam a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras são revisados e monitorados pelas estruturas internas da Companhia descritas a seguir:

- Conselho de Administração: O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia, responsável, dentre outras atribuições, pela apreciação do relatório da administração, das contas da Diretoria e das demonstrações financeiras da Companhia, pela aprovação e revisão do orçamento anual, pela propositura de destinação do lucro líquido de cada exercício, pela fiscalização da gestão dos diretores, pelo estabelecimento do valor de alçada da diretoria para determinadas atividades, pelo estabelecimento de políticas e diretrizes gerais de negócio, pela definição da estratégia de longo prazo, o controle e a fiscalização de desempenho da Companhia, pela criação de comitês e pela escolha e destituição dos auditores independentes da Companhia. O Conselho de Administração tem como missão, também, de proteger e valorizar o patrimônio da Companhia por meio de atuação ética e responsável, otimizando, no longo prazo, retorno sobre o investimento dos seus acionistas e agindo sempre de acordo com os interesses da Companhia.
- Conselho Fiscal: o Conselho Fiscal é um órgão societário não permanente, que age de forma independente da Administração e dos auditores independentes contratados pela Companhia. Tem como responsabilidade (i) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; (ii) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; (iii) opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas a modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão; (iv) quando solicitados, deverão assistir às reuniões do Conselho de Administração ou da Diretoria, dando o suporte e fundamentação necessários às decisões do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso; (v) denunciar, por qualquer de seus membros, aos demais órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências

úteis à Companhia; (vi) convocar a assembleia geral ordinária, se os órgãos da administração retardarem por mais de 1 (um) mês essa convocação, e a extraordinária, sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes, incluindo na agenda das assembleias as matérias que considerarem necessárias; 5 (vii) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia e reportar suas conclusões aos acionistas; (viii) examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar; (ix) requisitar a presença de auditores independentes da Companhia nas reuniões para eventuais esclarecimentos quanto aos demonstrativos financeiros e pareceres; (x) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como sobre aqueles que considerar relevantes; (xi) comparecer, representado por ao menos 1 (um) de seus membros, às Assembleias Gerais e responder aos pedidos de informações formuladas pelos acionistas; (xii) opinar, ao Conselho de Administração, sobre a contratação, substituição e remuneração dos auditores independentes da Companhia; (xiii) analisar os procedimentos existentes para o recebimento, retenção e tratamento das denúncias relacionadas às demonstrações financeiras, recebidas pela Companhia através de canal de denúncias, incluindo procedimentos para submissão confidencial ou anônima sobre preocupações relacionadas com matérias questionáveis sobre contabilidade e auditoria; (xiv) identificar os aspectos contábeis críticos e analisar a adequada aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); (xv) reunir-se, sempre que necessário, com os auditores independentes, com a diretoria e com a auditoria interna da Companhia para esclarecimento de dúvidas sobre as demonstrações financeiras, controles internos e outros assuntos relevantes de sua competência; e (xvi) exercer essas atribuições, durante a liquidação, tendo em vista as disposições especiais que a regulam.

- Comitê de Finanças, Riscos e Estratégia: O Comitê de Finanças, Riscos e Estratégia é um órgão de assessoramento, vinculado ao Conselho de Administração, competindo-lhe auxiliar o Conselho de Administração (i) no monitoramento dos indicadores financeiros e avaliação da eficácia das políticas financeiras aplicadas pela Companhia, no cumprimento de suas responsabilidades, compreendendo, mas, não se limitando, a emissão de recomendações ao Conselho de Administração sobre os riscos e estratégias de mitigação, com vistas a conferir maior eficiência e qualidade às decisões tomadas pelo Conselho de Administração, e com isso, alcançar excelência na gestão financeira adotada pela Companhia; (ii) no monitoramento e avaliação das estratégias aplicada pela Companhia, bem como na análise da conjuntura econômica brasileira e mundial, com seus potenciais reflexos na posição financeira, operacional e estratégica da Companhia; (iii) na análise e emissão de recomendações às propostas de planos

estratégicos e de negócios, bem como das demais diretrizes e orientações relacionadas às estratégias da Companhia a serem submetidas ao Conselho de Administração; e (iv) a identificação e análise de eventuais oportunidades de negócios, bem como o debate de outras questões que o Conselho de Administração julgar pertinente, objetivando a obtenção de maior eficiência e qualidade às decisões tomadas pelo Conselho de Administração.

- Comitê de Auditoria Estatutário: O Comitê de Auditoria é órgão estatutário, de natureza colegiada, funcionamento permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração, tendo por finalidade assessorá-lo nas matérias de sua competência. Compete ao comitê (i) opinar na contratação e destituição dos auditores independentes, assim como monitorar a efetividade do trabalho de tais auditores e sua independência; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras da Companhia; (iii) supervisionar e acompanhar os trabalhos da área de Auditoria Interna, da área de Controles Internos da Companhia e da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, (iv) avaliar e monitorar, em coordenação com o Comitê de Finanças, Riscos e Estratégia, as exposições de risco da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com (a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia; (v) avaliar, monitorar e recomendar ao Conselho de Administração quanto à adequação ou ao aprimoramento das políticas internas da Companhia, inclusive a Política de Transações com Partes Relacionadas; (vi) monitorar a independência, qualidade e adequação do trabalho dos auditores independentes às necessidades da Companhia, discutindo e avaliando o plano anual de trabalho elaborado, bem como diligenciando para que não sejam contratados serviços extras de auditoria que possam comprometer a independência dos auditores; (vii) auxiliar no contato e reporte direto da auditoria independente com o Conselho de Administração; (viii) avaliar o relatório de recomendação de deficiências dos controles internos apontados pela auditoria independente; (ix) acompanhar as instâncias competentes da Companhia no tratamento dado às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo canal de comunicação Canal de Denúncias, adotando medidas para garantir a proteção, o anonimato e a não-retaliação dos eventuais denunciantes; (x) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia que tenham relação com o escopo do Comitê; (xi) quando necessário ou pertinente, reunir-se com os demais comitês da Companhia, com a Diretoria e com o Conselho, para discutir políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (xii) quando necessário ou pertinente, sugerir ao Conselho alterações ao seu próprio Regimento e/ou regras complementares para o seu funcionamento; e (xiii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente

com as demonstrações financeiras da Companhia, observando o conteúdo mínimo exigido na regulamentação aplicável.

- Diretoria: a Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos necessários ao seu funcionamento regular e à consecução do seu objeto social, por mais especiais que sejam, incluindo renunciar a direitos, transigir e acordar, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes. Dentro das inúmeras competências, ressalta-se a de elaborar, anualmente, o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral. As Diretorias têm como obrigações e competências coordenar, administrar, dirigir e supervisionar suas atribuições executivas e administrativas, dentro de suas respectivas áreas, com o intuito de garantir a existência de mecanismos de controles internos que visem assegurar a eficiência operacional, gerenciamento adequado das atividades e dos negócios da Companhia, bem como o reporte adequado das informações financeiras que impactam e abrangem diretamente as demonstrações financeiras da Companhia.
- Auditoria Interna: é responsável pela verificação e avaliação da efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e de governança da Companhia, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração da Companhia, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

O estatuto social da Companhia e os regimentos internos dos órgãos acima, em especial do Conselho de Administração e dos Comitês, estão disponíveis para consulta nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://ri.minervafoods.com/>) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm>).

Adicionalmente, a Companhia nota que os auditores independentes externos da Companhia também exercem papel importante nesse processo. A contratação da prestação de serviços de auditoria independente tem por finalidade emitir parecer imparcial, com vistas às melhores práticas contábeis e as normas brasileiras e internacionais de auditoria, acerca das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia correspondentes ao exercício anual, além de emitir relatórios de revisão das informações trimestrais (ITRs) individuais e consolidadas. Os auditores independentes executam procedimentos para avaliação de riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras. Para tanto, eles revisam os controles internos relevantes, de modo que haja uma apresentação adequada das demonstrações

financeiras da Companhia. Atualmente, as demonstrações financeiras da Companhia são auditadas pela BDO Auditores Independentes.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A avaliação contínua dos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras envolve um processo consolidado e sistematicamente supervisionado pelos Conselho da Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Finanças, Riscos e Estratégia, Comitê de Auditoria Estatutário e Diretoria da Companhia.

A Companhia nota ainda que dispõe de área de Auditoria Interna (conforme descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência) que é a principal responsável pela verificação e avaliação da efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e de governança da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Os controles são avaliados de forma recorrente e o resultado dos testes são reportados à administração. As deficiências identificadas possuem plano de ação, incluindo um responsável designado e data de implantação. Além disso, qualquer exceção observada nas atividades que possam afetar as demonstrações financeiras é comunicada imediatamente para que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos independentes da Companhia, durante a execução de seus trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, performaram entendimento dos controles internos relevantes e performaram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Como resultado da avaliação do auditor independente, não foram apontadas deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração discutiu todos os apontamentos levantados com o auditor independente, indicados como não significativos, e concluiu que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foram afetadas de forma significativa. Ainda assim, como responsável pela manutenção de uma estrutura de controles sobre a elaboração de demonstrações financeiras, a Diretoria entende que seus processos e controles precisam ser eficazes e, neste sentido, está comprometida em seguir com a melhoria e manutenção contínua dos controles internos da Companhia.

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Minerva S.A. ("Companhia") possui um Programa de Integridade denominado "Jeito Ético de Ser Minerva" o qual está alinhado com os mais elevados padrões de governança, integridade e transparência aceitos internacionalmente promovendo assim, um ambiente íntegro sem buscar resultados a qualquer custo. O Programa é composto por 7 elementos que em seu conjunto visa prevenir, detectar, corrigir e monitorar continuamente potenciais riscos que a Companhia possa estar exposta e desde 2023, divulga seu Relatório Anual de Compliance tornando público as principais iniciativas do programa. Para conhecer mais sobre o Programa de Integridade "Jeito Ético de Ser Minerva" acesse <https://minervafoods.com/etica-e-compliance/>.

Além dos 7 elementos, o Programa de Integridade é também suportado pelo Comitê de Ética e Integridade cujo objetivo é legitimar as determinações expressas no Código de Ética - Guia de Conduta em todas as unidades de negócio, incluindo seus colaboradores e parceiros de negócios. Referido Comitê possui caráter permanente sendo composto por cinco membros, todos eleitos e destituíveis pelo Presidente da Companhia, os quais representam as áreas Administrativa, Jurídica, Recursos Humanos, Planejamento e Controle e Financeira, sendo ao menos um deles membro da alta direção.

O Programa é dotado de autonomia e independência para execução de suas atividades e possui recursos materiais, financeiros e profissionais adequados e dedicados exclusivamente às atribuições do Departamento de Compliance. Os 7 elementos do Programa de Integridade são:

1. Apoio da Alta Administração: O apoio incondicional da Alta Administração para com as ações do Departamento de Compliance é a pedra angular do Programa vez que

ao cumprir leis, regulamentos aplicáveis e as diretrizes do próprio Programa de Integridade, de maneira inequívoca promove o acultramento ético.

2. **Avaliação de Riscos:** A Companhia adota uma abordagem proativa para a avaliação de riscos de Compliance, pautada no entendimento detalhado das atividades e exposições a riscos nos diversos setores em que atua, considerando fatores como geografia, regulação de mercado, cultura organizacional e dinâmica de negócios. Esta abordagem permite a identificação de vulnerabilidades que podem comprometer a integridade da Companhia. A matriz de risco é subsidiada por controles a serem observados nas três linhas de defesa – Negócio, Compliance e Auditoria Interna – as quais devem atuar cooperativamente para garantir que os riscos sejam avaliados e tratados adequadamente, e que as ações corretivas necessárias sejam aplicadas sempre que necessário.
3. **Processos, Procedimentos e Controles:** Este elemento estabelece documentos complementares aos Códigos de Conduta e Ética e diversos outros temas relacionados ao Programa, em resposta ao processo de avaliação de riscos e adequação às melhores práticas de integridade.
4. **Treinamento e Comunicação:** Valendo-se do elemento monitoramento e melhoria contínua, o Departamento de Compliance estabelece plano anual de ações de treinamento e comunicação, abordando variados temas de integridade de escopo global e devidamente aprovado pela Alta Administração. As matérias são disseminadas ao longo do ano e através de canais oficiais, internos e externos, em formato digital e/ou físico de acordo com a necessidade do público elegível.
5. **Canal de Denúncias e Investigação:** Denominado Conexão Minerva, o canal confidencial da Minerva contribui para um ambiente ético e de respeito vez que está disponível aos públicos interno e externo, 24 horas todos os dias da semana, com atendimento em 3 idiomas sendo Português, Inglês e Espanhol, garantido o anonimato, confidencialidade e não retaliação aos denunciante. O sistema utilizado é de uma empresa terceira e independente, que faz a administração e recepção inicial dos relatos fazendo a triagem dos mesmo e redirecionando para um Ouvidor designado da Minerva. As denúncias são objeto de apreciação pelo Comitê de Ética, que também delibera sobre aquelas mais sensíveis para a Companhia.

6. Auditoria e Monitoramento: Testes de aderência e monitoramentos são realizados oportunamente para verificarem a aderência das políticas internas e do código de ética pelas áreas de negócio.
7. Avaliação e Melhoria Contínua: Sempre que necessário é realizada a revisão e a atualização das políticas de integridade com adaptação às novas regulamentações, dinâmicas do negócio e exigência da sociedade civil, além das formas de capacitação contínua dos colaboradores por meio de ações de comunicação e treinamento, que abordam constantemente a importância da integridade e ética no ambiente de trabalho e tomadas de decisão.

Adicionalmente aos 7 elementos, o Programa também tem estabelecido políticas e procedimentos, sendo o Código de Ética – Guia de Conduta (“Código de Ética”) e o Código de Conduta dos Parceiros de Negócios que reúnem as diretrizes gerais aos colaboradores e parceiros. A última versão do Código de Ética foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2024 e o Código de Conduta dos Parceiros de Negócio foi aprovado pela Diretoria da Companhia em 28 de julho de 2022 e ambos estão divulgados no site compliance.minervafoods.com.

Os colaboradores da Companhia recebem treinamento sobre suas diretrizes de ética e integridade no momento da contratação e em reciclagens anuais. Além disso, várias iniciativas de comunicação interna são conduzidas a fim de conscientizar os colaboradores sobre os temas ligados à integridade. Já seus parceiros de negócios são formalmente informados sobre elas pelo Código de Conduta de Parceiros de Negócios da Companhia, ao qual aderem por meio da assinatura de um termo de ciência, e pelos respectivos contratos de fornecimento e prestação de serviços. Além disso, a Companhia mensura e monitora com diligência os impactos da sua cadeia.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Na estrutura organizacional, a Companhia possui diversas áreas de apoio responsáveis pelo aprimoramento dos controles internos, assessorando e fortalecendo as decisões e atividades relativas à gestão de riscos internos. As 3 principais áreas que atuam no dia a dia deste processo são: (i) Auditoria interna, responsável por verificar os controles internos e sua efetividade; (ii) *Compliance*, responsável por elaborar, divulgar e atualizar

procedimentos internos para regular os processos administrativos; e (iii) SGI, responsável por elaborar, divulgar e atualizar procedimentos internos ligados a saúde, segurança e meio ambiente.

Além dessas áreas principais, a Companhia possui o Comitê de Auditoria Estatutário, órgão colegiado vinculado diretamente ao Conselho de Administração, o qual é responsável, dentre outras atribuições, avaliar e monitorar as adequações ou aprimoramentos das políticas internas, avaliar o relatório de recomendação de deficiências dos controles internos apontados pela auditoria independentes e acompanhar as instâncias competentes no tratamento dado às denúncias de fraudes e/ou irregularidades recebidas pelo Canal de Denúncias, adotando medidas para garantir a proteção, o anonimato e a não-retaliação dos eventuais denunciante. A Companhia também possui na sua estrutura Comitê de Ética e Integridade responsável, dentre outras atribuições, pela deliberação das denúncias e reclamações recebidas no Canal de Denúncias, além de disseminar a cultura de gerenciamento de riscos à integridade e controles internos na Companhia, assessorando o Conselho de Administração na promoção, adoção e legitimação das determinações expressas no Código de Ética - Guia de Conduta.

O Comitê de Ética e Integridade é constituído em caráter permanente e é composto por 5 (cinco) membros, todos eleitos e destituíveis pelo Presidente da Companhia, os quais devem representar, obrigatoriamente, as áreas (i) Administrativa; (ii) Jurídica; (iii) Compliance; (iv) Gente e Gestão; (v) Financeira, sendo ao menos um deles membro da alta direção.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

A Companhia dispõe de Código de Ética cujas disposições são aplicáveis a todos os membros do Conselho de Administração, ao acionistas controladores, membros da Diretoria Executiva, demais colaboradores e parceiros de negócios incluindo fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados, abrangendo a matriz, as unidades e as empresas controladas no Brasil e em outros países onde atua. Nenhuma pessoa, independentemente do cargo ou posição que ocupa, do tempo de casa ou de qualquer outra particularidade, tem autoridade para solicitar ou praticar qualquer ação que seja contrária ao Código de Ética.

Os padrões de conduta estabelecidos no Código de Ética são inegociáveis. Portanto, não estão sujeitos a qualquer tipo de renúncia ou exceção em razão de demandas comerciais, operacionais, competitivas, práticas do setor ou exigências de outra natureza.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Ética prevê que eventuais descumprimentos de quaisquer das disposições descritas no Código de Ética sujeitará o responsável às sanções internamente cabíveis, conforme a natureza e gravidade da infração, podendo variar desde uma simples advertência até o desligamento do colaborador ou rescisão de contrato no caso de fornecedores, clientes e prestadores de serviços, sem prejuízo às medidas judiciais cabíveis.

Já o Código de Conduta dos Parceiros de Negócio prevê que eventuais descumprimentos de quaisquer das disposições nele descritas podem implicar o encerramento do contrato estabelecido entre as partes e/ou demais sanções nele previstas, sem qualquer ônus ou penalidade para a Companhia, além do bloqueio cadastral para eventuais possibilidades de novas contratações até comprovação de regularização, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis. Caso o descumprimento cause danos à Companhia, o parceiro de negócio será obrigado a indenizar todos os prejuízos que a Companhia venha a sofrer ou incorrer, direta ou indiretamente.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Ética foi formalmente revisada e aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 25 de março de 2024 e se encontra disponível para consulta nas páginas eletrônicas da Companhia (<https://www.minervafoods.com/codigodeetica>).

Já o Código de Conduta dos Parceiros de Negócio foi aprovado pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 28 de julho de 2022 e se encontra disponível para consulta na página eletrônica da Companhia (<https://www.minervafoods.com/codigodoparceiro>).

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O “Conexão Minerva”, como é denominado o Canal de Denúncias na Minerva S.A., é operado por empresa terceirizada contratada pela Companhia (Ouvidoria), de modo a garantir a sua independência, autonomia e imparcialidade.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Denúncias se encontra disponível aos públicos interno e externo da Companhia, que podem registrar sugestões, críticas, reclamações e denúncias. O mesmo está disponível 24 horas todos os dias da semana, com atendimento em 3 idiomas sendo Português, Inglês e Espanhol.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

As denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias são tratadas com confidencialidade, sendo também facultado aos usuários, se assim desejarem, formular denúncias anônimas.

Adicionalmente, não é admitida qualquer forma de retaliação relacionada, direta ou indiretamente, à apresentação de denúncias, observado que toda e qualquer retaliação deve ser prontamente informada via Canal de Denúncias, ficando os possíveis infratores sujeitos à aplicação das sanções e medidas previstas no Código de Ética.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

As denúncias, reclamações e demais questões relacionadas a supostos descumprimentos ao Código de Ética, demais políticas internas da Companhia e às legislações e normas externas registradas por meio do Canal de Denúncias, são encaminhadas ao ouvidor/secretário do Comitê de Ética e Integridade da Companhia, que deverá analisar os registros, dando o encaminhamento interno para averiguação e investigação complementar (quando necessários), e realizar seu acompanhamento.

O ouvidor/secretário possui independência técnica nas apurações dos relatos recebidos, com autonomia para obter informações e conduzir tratativas em conjunto com os pontos focais designados para este fim, tendo por objetivo a compilação das evidências necessárias ao endereçamento correto do caso.

Após as apurações necessárias, cabe ao Comitê de Ética deliberar e fazer com que sejam cumpridas as medidas disciplinares consideradas cabíveis aos casos em que as irregularidades sejam efetivamente comprovadas, independentemente do cargo, nível hierárquico ou tempo de serviço da pessoa investigada

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No contexto da contínua busca pelo aperfeiçoamento de sua estrutura de governança, visando a aprimorar suas regras e procedimentos corporativos e assegurar maior transparência a seus acionistas e ao mercado em geral, na assembleia geral extraordinária e ordinária realizada em 25 de abril de 2022, aprovou-se alteração ao Estatuto Social da Companhia, de modo a incluir a previsão de criação de seu comitê de auditoria estatutário (“CAE”).

A proposta de criação do CAE, além de buscar aprimorar a estrutura de governança da Companhia, também visava a atender aos requisitos estabelecidos pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão para as companhias listadas no segmento especial do Novo Mercado (art. 22 do Regulamento), que requer a instalação de comitê de auditoria como órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Companhia destaca que, recentemente, as atribuições de sua auditoria interna foram reformuladas, conforme versão da Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 09 de maio de 2023.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, não houve qualquer alteração significativa nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou nos mecanismos e procedimentos que são adotados pela Companhia para o gerenciamento de tais riscos.

A Companhia informa um complemento em sua Política de Gerenciamento de Riscos, com a adição do departamento de Auditoria Interna em seus controles internos e responsabilidades, o qual devem avaliar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controles internos e de governança da Companhia, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Não há outras informações relevantes quanto à política de gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia, além daquelas previstas nos outros itens da seção 5 deste Formulário de Referência.